

Teresa Pires do Rio Caldeira

CIDADE DE MUROS

Crime, Segregação e Cidadania em São Paulo

Tradução

Frank de Oliveira e Henriques Monteiro

Parte III

SEGREGAÇÃO URBANA, ENCLAVES FORTIFICADOS E ESPAÇO PÚBLICO

edusp

editora 34

6 SÃO PAULO: TRÊS PADRÕES DE SEGREGAÇÃO ESPACIAL

A segregação — tanto social quanto espacial — é uma característica importante das cidades. As regras que organizam o espaço urbano são basicamente padrões de diferenciação social e de separação. Essas regras variam cultural e historicamente, revelam os princípios que estruturam a vida pública e isolam como os grupos sociais se inter-relacionam no espaço da cidade. Ao longo do século XIX, a segregação social teve pelo menos três formas diferentes de expressão no espaço urbano de São Paulo. A primeira estendeu-se do final do século XIX até os anos 1940 e produziu uma cidade concentrada em que os diferentes grupos sociais se comprimiram numa área urbana pequena e criaram segregações por tipo de moradia. A segunda forma urbana, a centro-periferia, dominou o desenvolvimento da cidade dos anos 40 até os anos 80. Nela, diferentes grupos sociais estão separados por grandes distâncias: as classes média e alta concentram-se nos bairros centrais com boa infra-estrutura, e os pobres vivem nas precárias e distantes periferias. Embora os moradores e elementos sociais ainda coexistam e discutam a cidade em termos do segundo padrão, uma terceira forma vem se configurando desde os anos 80 e mudando consideravelmente a cidade e sua região metropolitana. Sobrepõe-se ao padrão centro-periferia, as transformações recentes estão gerando espaços nos quais os diferentes grupos sociais estão muitas vezes próximos, mas estão separados por muros e tecnologias de segurança, e tendem a não circular ou interagir em áreas comuns. O principal instrumento desse novo padrão de segregação espacial é o que chamamos de "enclaves fortificados". Trata-se de espaços intrinsecamente fechados e monitorados para residência, consumo, lazer e trabalho. A sua principal justificação é o medo do crime violento. Esses novos espaços atraem aqueles que estão abandonando a esfera pública tradicional das ruas para os pobres, os "marginalizados" e os setores.

Meu interesse em descrever e analisar esses múltiplos, especialmente os dos últimos 15 anos, é duplo. Primeiro, quero demonstrar a necessidade de revisar o mapa cognitivo da segregação social na cidade, atualizando as referências através das quais a vida cotidiana e as relações sociais são entendidas. A não ser que a oposição centro-periferia seja revista e a maneira pela qual se conhece a organização da desigualdade social no espaço urbano seja modificada, não será possível entender os processos dinâmicos da cidade. Segundo, quero mostrar que essas mudanças espaciais e seus instrumentos estão transformando significativamente a vida pública e o espaço público. Em cidades fragmentadas por enclaves fortificados, é difícil manter os princípios de acessibilidade e livre circulação, que estão entre os valores mais importantes das cidades modernas. Com a construção de enclaves fortificados, o caráter do espaço público muda, assim como a participação dos cidadãos

na vida pública. As transformações na esfera pública de São Paulo são semelhantes a mudanças que estão ocorrendo em outras cidades ao redor do mundo e expressam, portanto, uma versão particular de um padrão mais difundido de segregação espacial e transformação na esfera pública.

O historiador da arte T. J. Clark analisa a organização da vida urbana e da intervenção de classes em Paris do final do século XIX e mostra como ela se expressa na pintura moderna. Escrevendo sobre o quadro *Pixie e a Concertista*, de Degas, e os personagens nele representados, T. J. Clark argumenta que

a cena aqui — isto é, uma pintura certamente supérflua — provavelmente se enquadra em que as classes coexistam mas não se tocam, onde cada uma estava abstrata num tipo de sonho, crítico, voltado para si mesma ou para algum espetáculo, deixando escapar sinais ambíguos (...). As classes existem, mas os espaços de Hausmann permitem que elas não sejam vistas. (...) A hierarquia existe, mas os espaços de Hausmann têm de Degas) e sustentada pelos espaços vazios e pelo flair das cenas. (Clark 1984: 73, 75, grifo no original)

Essa análise sobre a relação entre formas urbanas, intervenções de classes e expressão artística sugere maneiras de considerar os padrões de segregação espacial de São Paulo, especialmente as transformações recentes. Em sua análise das pinturas impressionistas de Paris, Clark identifica as principais características do novo tipo de espaço público (e sua representação) exemplificados no final do século XIX pela reconstrução de Paris promovida por Hausmann. Os novos bairros incorporaram as condições para o asfalto e o individualismo, permitindo tanto a livre circulação quanto a desintegração das diferenças e ajudando, assim, a consolidar a imagem de um espaço público aberto e igualitário. Esses são exatamente os valores que estão em xeque atualmente em São Paulo e em muitas outras cidades onde o espaço público não mais se relaciona ao ideal moderno de universalidade. Em vez disso, ele promove a separação e a ideia de que os grupos sociais devem viver em enclaves homogêneos, isolados daqueles percebidos como diferentes. Consequentemente, o novo padrão de segregação espacial serve de base a um novo tipo de esfera pública que acentua as características de classe e as estratégias de separação.

A seguir, delineio as características gerais das três padrões de segregação da cidade, usando indicadores geográficos, demográficos e socioeconômicos. No capítulo 7, analiso o aspecto mais revelador do novo modelo de segregação: a criação de espaços privados e privados pelas classes média e alta. No capítulo 8, discuto as transformações resultantes na vida pública e nas intervenções públicas e no o caso de Los Angeles como comparação.

A CIDADE CONCENTRADA DO INÍCIO DA INDUSTRIALIZAÇÃO

De 1890 até cerca de 1940, o espaço urbano e a vida social em São Paulo foram caracterizados por concentração e heterogeneidade.¹ Na última década do século XIX, a população de São Paulo cresceu 13,9%, ao ano (ver a Tabela 6), mas a área urbanizada não se expandiu proporcionalmente. Por volta de 1914, a densidade populacional da cidade era de 110 habitantes por hectare, comparada a 83 habitantes em 1881 (F. Villages citado por Rodrik 1997: 165). Com o advento da industrialização, a organização espacial mudou: os serviços e negócios financeiros associadas à exportação de café — a atividade econômica dominante no caso de São Paulo até a década de 1930 — foi transformada num espaço urbano caótico. Na virada do século, a convergência em intensa expansão de novas fábricas e uma série de outras e residências, tinham que ser construídas rapidamente para abrigar as ondas de trabalhadores chegado a cada ano.² As fábricas não eram especialmente separadas, as fábricas eram concentradas perto das casas, e comércio e serviços intercalavam-se com residências.

Tabela 6
Evolução da população
Cidade de São Paulo e Região Metropolitana, 1872-1996

Ano	São Paulo	Taxa de crescimento anual (%)	Outros municípios da RM	Taxa de crescimento anual (%)	Região metropolitana Total	Taxa de crescimento anual (%)
1872	21.345	4,12				
1890	46.830	13,96				
1900	239.320	13,96				
1920	579.033	4,31				
1940	1.332.261	4,23				
1960	2.179.096	5,18	241.794	6,75	1.508.045	5,44
1980	3.270.446	5,38	957.960	7,20	2.602.785	5,93
1990	4.804.446	5,39	2.215.113	8,74	4.739.466	5,66
1996	6.483.217	3,16	4.099.508	6,34	8.139.725	4,46
1996	9.839.436	0,40	5.796.736	3,21	15.444.541	1,88
			4.743.798	3,07	16.593.234	1,43

Fonte: Para 1872-1991, IBGE, Censo Brasileiro; para 1996, IBGE, Censo 1996.
Notas: A região metropolitana de São Paulo é formada pelo município (cidade) de São Paulo e outros 38 municípios adjacentes (ODM).

1. A análise histórica de São Paulo durante o período de 1890-1940 baseia-se nos seguintes estudos: Bonaldi 1982 e 1983; Langlois 1971; Moore 1970; Rolak 1983, 1994 e 1997; Ribeiro (1993) descreve uma análise semelhante para o caso do Rio de Janeiro.

2. Os novos habitantes da cidade que chegavam para o trabalho em fábricas recém-construídas eram predominantemente migrantes europeus. Eles vieram para o Brasil buscando melhores condições de vida e trabalho, e também para escapar da pobreza por uma política de "desenvolvimento" a população brasileira. Em 1893, as pessoas nascidas no exterior representavam 35% da população da cidade, de acordo com o censo. Esse foi o pico da imigração europeia, que diminuiu depois de 1900, quando a taxa de crescimento da população começou a cair. Em 1920, os estrangeiros representavam 35% da população (Fusaro 1984: 106).

Embora a elite e os trabalhadores vissem relativamente próximos uns dos outros, havia uma evidência de a elite ocupar a parte mais alta da cidade — em direção ao eixo central onde se localizava a Avenida Paulista — e os trabalhadores viverem nas áreas mais baixas, liderando as margens dos rios Tietê e Pinheiros e próximo ao sistema ferroviário. No começo do século, a segregação social se expressava também nas moradias, enquanto a elite das indústrias e da produção de café e uma pequena classe média viviam em mansões ou casas projetadas, mais de 80% das habitações de São Paulo eram alugadas (Bondehli 1983: 146). A proporcionalidade de uma casa não era definitivamente uma opção para os trabalhadores, que em suas vilas viviam em cortiços ou casas de cômodos, todos superlotados.² Essas condições precárias contribuíam um bom investimento na época e refletiam pela cidade. Não havia prédios de apartamentos para alugar na época, e proletários pela trabalhadores, basicamente, se especializavam, alugavam casas só para sua família, em geral casas geminadas. Algumas famílias construíam estas casas geminadas para seus trabalhadores especializados tanto como uma forma de atraí-los com a oferta de melhores moradias como para discipliná-los com a ameaça de despejo.

Numa cidade concentrada como era São Paulo, que havia crescido e mudado rapidamente, as preocupações com a discriminação, classificação e controle da população eram intensas no começo do século. Como também foi logo na cidade europeia no início da industrialização, essas preocupações eram frequentemente expressas em termos de saúde e higiene, sempre associadas à moralidade. Quem quer que se industrializava estava ligado ao saneamento. Em conjunto, elas se tornaram o tema central das preocupações da elite e das políticas públicas durante as primeiras décadas do século XX.

A elite paulista diagnosticou as desordens sociais da cidade em termos de doença, sujeira e promiscuidade, ideias logo associadas ao crime. Em 1890, o estado de São Paulo criou o Serviço Sanitário, segundo pelo Código Sanitário de 1894. Logo em seguida, agentes do estado começaram a visitar as moradias dos pobres, especialmente os cortiços, procurando por doenças e mantendo estatísticas e registros. Essas visitas geravam reações negativas era clara para as classes trabalhadoras, a elite começou a separar-se delas. Tendo epidemias — assim como temem o crime hoje — e identificando os pobres e suas condições de vida a doenças e epidemias, os membros das elites começaram a mudar-se das áreas densamente povoadas da cidade para regiões um pouco afastadas e com empreendimentos limpos.

² Em 1909, a média de pessoas por prédio em São Paulo era de 11,07 (Bondehli 1982: 151).

³ Uma das principais entidades populares na época não se organizou no campo de trabalho, mas seguiu-se à decisão do governo de vacinar a população contra a varíola e mandou agentes sanitários para as áreas pobres do Rio de Janeiro e fim de estabelecer suas casas e destruir aquelas organizações existentes. A Revolta da Vacina Oligarquizada em 1904, quando o prefeito Pereira Passos lançou um programa radical de reformas urbanas do tipo higienizante, alvejando grandes áreas do centro da cidade e destruindo muitas habitações de moradores pobres.

bilhões excluídos. Uma dessas regiões era o novo bairro com o sugestivo nome de Heliópolis. Eles também se moviam para áreas outras áreas exclusivas: Campos Elíctos e a Avenida Paulista. Ao mesmo tempo, representantes das elites na administração municipal e em instituições como a Federação das Indústrias estavam planejando organizar, limpar e abrir o centro da cidade como "flammarum fixa em Paris, e alisar os trabalhadores, instalando-os em casas uniformitárias que elevavam seus padrões morais. Identificaram a concentração de trabalhadores e as condições anti-higênicas a elas associadas como um mal a ser eliminado da vida da cidade. Imaginaram a dispersão, o isolamento, a liberdade e a limpeza como soluções para o meio urbano caótico e suas tensões sociais.

Durante as décadas de 20 e 30 — anos que podem ser considerados um período de transição entre diferentes padrões de organização das diferenças sociais na cidade e entre diferentes modos de intervenção das autoridades públicas — as preocupações com o saneamento e o controle social são evidentes em pelo menos quatro níveis políticos e institucionais: o governo municipal, a associação dos industrialistas, os movimentos sindicais e populares, e o governo federal.

No âmbito municipal, os prefeitos e seus secretários procuraram abrir avenidas, alargar ruas, embellezar e organizar o centro da cidade. No entanto, a cidade estava mal equipada para lidar com as transformações urbanas resultantes do mesmo influxo de novos moradores da virada do século. As concepções sobre planejamento urbano e sobre o papel da intervenção estatal no espaço eram bastante precárias até a segunda década do século (Moreno 1970: caps. 19 e 21; Laine 1991). A única legislação urbana anterior — o Código de Posturas de 1875, revisado e consolidado em 1886 — mostrava uma preocupação com saneamento, recursos naturais e ordenação do espaço público e do comportamento público. O código estatutário e legislação das ruas e avenidas, a altura dos prédios e o número de andares, a dimensão das portas e janelas, além de proibir a maioria dos tipos de uso privado das ruas, que deveriam ser mantidas abertas à circulação (ver Rohlf 1997: 32-5). As primeiras leis sobre construção e zoneamento foram elaboradas no meado da década de 1910, enquanto as peças mais importantes da intervenção e legislação urbana apareceram no final dos anos 20.³

³ A Lei Municipal 1.074, de 1915, criou a primeira divisão da cidade em quatro zonas (centro, urbana, suburbana e rural) e exigiu que as planas de construção fossem aprovadas pela administração municipal. O Ato 849, de 1916, regulamentou a construção. A Lei Municipal 2.611, de 1923, estabeleceu diretrizes mínimas para um lote urbano (300 m²) e regras para a provisão das ruas. Ela também estabeleceu que, para empreendimentos maiores que 40 mil m², o diretor-geral de São Paulo deveria emitir uma licença. Em 1924, a companhia que estava iniciando novos empreendimentos imobiliários, a Companhia Paulista de Imobiliários e Construção, começou a desenvolver empreendimentos imobiliários em bairros chamados "Jardins", que eram adaptados às classes média e alta desde os anos 20 (São Paulo, Semur 1995: 151). Em 1929, a cidade aprovou um plano geral de obras (Lei Municipal 3.477, Código Antier Suburbano), que estabeleceu as regras para a legislação anterior e estabeleceu um número de três andares por edifício, com uma altura encorajada a consentimento vertical. Esse código foi reconhecido em 1934 (ver Moreno 1970: 346-7) para uma crítica desse plano.

⁴ Ver Fideles (1971b) para uma análise da relação entre as práticas legais e a ocupação da terra no Brasil e especulatividade na periferia de São Paulo. Ver Katsis (1997) para uma análise da legislação urbana e da mesma dinâmica legal/legal entre 1880 e 1936.

⁵ Embora decisões importantes baseadas no plano tenham ocorrido e se tornados no final da década de 20, as principais obras foram executadas depois de 1936, durante a administração de Prudente de Mello.

O principal efeito dessa legislação urbana inicial foi estabelecer a distinção entre um território central para a elite (o perímetro urbano), regido por leis específicas que eram sempre cumpridas, e as regiões suburbanas e rurais habitadas pelas pobres e relativamente não legalizadas, onde as leis eram contornadas com menor rigor. O mecanismo que produziu essa distinção é equivalente àquele que descrevi no capítulo 4 em relação à política ambiental legal. Esse mecanismo é constituinte da ocupação da terra brasileira e da legislação desde o início da colonização (Holsman 1991b). Como as fronteiras do legal e do ilegal são mal definidas, o executor tem a autoridade de fato para dar a palavra final em disputas de terra e determinar a legalidade caso a caso. As leis urbanas de 1910 estabeleceram uma divisão da cidade em quatro zonas: central, urbana, suburbana e rural. A maioria das leis criadas na época aplicava-se apenas às zonas central e urbana, deixando as outras regiões [e a legislação a essas zonas, como as exigências de registro de empreendimentos e regras para abrir ruas, logo formularam-se exceções. As exigências de que novas ruas tivessem infraestrutura e dimensões mínimas, por exemplo, podiam ser legalmente ignoradas depois de 1923, quando uma nova lei ofereceu a possibilidade de parcelamento urbano não se aplicavam a essas "ruas particulares". Mais prováveis mente o melhor exemplo desse mecanismo refere-se à instalação de infraestrutura urbana pela cidade, que desde o início do século dependia do status legal da rua, não ou irregular ou ilegal, e assim sendo caracterizava infra-estrutura urbana. Embora estas também não fossem progressivamente assimiladas à legalidade urbana por meio de várias leis (1936, 1950, 1962 e 1968), os decretos eram suficientemente ambíguos para deixar ao executor a determinação de quais ruas precisavam ou não ser legalizadas, e por consequente para a melhoria urbana, e quais não precisavam.

O mais famoso empreendimento urbanístico do governo municipal no começo do século levou a uma transformação do padrão de segregação e representou uma mudança na concepção da intervenção do Estado no planejamento urbano. Foi o Plano de Avenidas, elaborado por Francisco Prudente de Mello, um advogado, irmão de José Prudente de Mello, o último prefeito da República Velha. O plano propunha mudar o sistema de circulação da cidade adotando uma rede de avenidas partindo do centro até os subúrbios. Ele exigiu uma considerável demolição e remodelação da região central, cuja zona comercial foi reformada e aumentada, estimulando a especulação imobiliária. Consequentemente, os trabalhadores que não

podiam pagar os elevados aluguéis acabaram expulsos do centro. O Plano de Avenidas também optou por investir nas ruas em vez de expandir o serviço de bondes. Uma das principais causas da concretização da cidade era que o transporte coletivo baseava-se no sistema de bondes, que requeria instalações caras e, portanto, expensas e lentas. Porque esse sistema cobria apenas uma pequena área da cidade, era difícil desenvolver os moradores pobres do centro da cidade, onde trabalhavam. O lançamento de um sistema de bondes, associado à progressiva abertura de novas avenidas, possibilitou a expansão da cidade em direção à periferia.

A segunda fonte de influência nas transformações urbanas veio do grupo de industriais congregados na Federação dos Industriais e liderados por Roberto Simonsen. Eles estavam interessados em estudar os padrões de consumo e moradia de classes trabalhadoras a fim de reformá-los. Promoveram a criação de uma rede de instituições que se especializaram no estudo e documentação das condições de vida das classes trabalhadoras, especialmente a habitação popular, consideradas "o maior problema social" (Bendaki 1983: 147). Convincentes de que os empregados não podiam arcar com a responsabilidade de resolver esse problema, os industriais eram favoráveis à aquisição da casa própria pelas trabalhadoras, o que poderia reduzir suas despesas com moradia e aumentar suas possibilidades de consumo. Obviamente, também estavam interessados em organizar o espaço da cidade para a expansão industrial.

A terceira fonte era o movimento sindical, que se tornou bastante forte sob a influência anarquista. Ele promoveu uma série de greves importantes em São Paulo durante a década de 10 (Faurio 1977) e na década de 20, através a outro movimento de oposição que levaram à derrota da República Velha. A habitação era um tema central nos movimentos de trabalhadores, expresso principalmente em discussões sobre o aluguel e seu controle. Desde a década de 10, os sindicatos anarquistas promoveram a formação de "ligas de inquilinos" para boicotar o pagamento de aluguel. Apesar dessa mobilização, e a despeito da sua contribuição para a mudança do regime político, a "questão da moradia" acabou sendo tratada inicialmente por cada trabalhador, e não coletivamente.

Finalmente, a quarta influência na transformação urbana foi o governo federal, especialmente depois da Revolução de 1930. O recém-criado Ministério do Trabalho defendeu a criação de oportunidades para as classes urbanas adquirirem a casa própria. Assim como os industriais, os representantes do Ministério do Trabalho estavam interessados em conter despesas com aluguel e disseminar o valor da casa própria, que consideravam uma das bases da estabilidade social. O governo federal tomou várias iniciativas para propagar a casa própria, nem todas igualmente bem-sucedidas.⁶ O fator que teria o maior impacto na cidade e nos arraboados

⁶ Em 1937, o governo federal criou os Institutos de Fomento, e em 1946, o Fundação de Casa Popular, para construir casas de baixo custo para trabalhadores. Mas essas poucas experiências não tiveram o impacto desejado. Virgílio também promoveu as Casas Escondidas, que começaram a financiar casas para a classe média.

habituais das camadas trabalhadoras ocorreu em 1962, no contexto de uma crise de habitação marcada por aluguéis altos provocados pela crise econômica associada à Segunda Guerra Mundial e pela reforma das regiões centrais em várias cidades brasileiras. Esse fator foi a Lei do Inquilinato, que congelou todos os aluguéis residenciais nos valores de dezembro de 1941. Essa medida deveria durar dois anos, mas foi sucessivamente renovada até 1964, com apenas algumas pequenas aumentos em resposta à inflação. Em São Paulo, a consequência imediata foi uma diminuição do mercado de aluguéis, já que deixava-se de construir unidades de aluguel, isso afetou a paridade de trabalhadores para a periferia, onde podiam encontrar terrenos baratos (e irregulares) para construir suas casas.¹³

A interseção dessas variáveis incluídas e proibidas, associada ao pronunciado aumento populacional causado por migrações internas desde o começo dos anos 30, levou a um novo padrão de segregação urbana, que irá caracterizar São Paulo nos 30 anos seguintes.¹⁴ No novo arranjo, pobres e ricos viviam separados: distância, crescimento econômico e repressão política permitiriam uma peculiar distribuição de um em relação ao outro.

CENTRO-PERIFERIA: A CIDADES DIFERENÇA

O novo padrão de urbanização é comumente chamado centro-periferia e tem dominado o desenvolvimento de São Paulo desde os anos 40. Esse padrão tem quatro características principais: 1) é disperso em vez de concentrado — a densidade populacional caiu de 110 hab/km em 1914 para 53 hab/km em 1963 (P. Vilages citados por Rolnik 1997: 163); 2) as classes sociais vivem longe uma das outras no espaço da cidade: as classes média e alta nos bairros centrais, legalizados e bem-equipados, os pobres na periferia, precária e quase sempre ilegal; 3) a aquisição da casa própria torna-se a regra para a maioria dos moradores da cidade, ricos e pobres; 4) o sistema de transporte baseado no uso de ônibus para as viagens trabalhistas e automóveis para as classes média e alta.¹⁵ Esse padrão de urbanização consolidou-se ao mesmo tempo em que a cidade tornou-se o centro industrial do país, com a expansão de indústrias pesadas em substituição às manufaturas têxteis e de alimentos (uma mudança associada à implantação da pro-

dução de automóveis), e quanto a cidade recebeu um grande fluxo de migrantes do Nordeste do Brasil.¹⁶ Durante esse período, a expansão urbana e a industrialização ultrapassaram os limites do município de São Paulo, provocando rápidas transformações nos municípios circundantes, oficialmente integrantes do região metropolitana de São Paulo.

ÔNIBUS, IRREGULARIDADE E AUTOCONSTRUÇÃO: A EXPANSÃO DA PERIFERIA

O lançamento do sistema de transporte público baseado em ônibus foi fundamental para o desenvolvimento do novo padrão de urbanização. Embora o preço da terra na periferia fosse relativamente baixo e houvesse incentivos à venda desde a década de 1910, a permanência de ocupados principalmente devido à falta de transporte. Até o final dos anos 30, os únicos loteamentos ocupados fora do centro eram aqueles próximos às estações ferroviárias. No entanto, eles eram poucos e sua possibilidade de expansão, limitada, pois as pessoas precisavam andar até a estação.¹⁷ No final dos anos 30, a abertura de novas avenidas tornou possível a difusão do uso dos ônibus. Os primeiros começaram a rodar em 1924 no final da década já desafiavam o monopólio do sistema de bondes pertencente à São Paulo Tramway Light & Power Co., popularmente conhecida como Light.¹⁸ Precando de menos infraestrutura e sendo portanto mais flexíveis, os ônibus passaram a circular por ruas não salientadas de bairros distantes do centro da cidade. Enquanto em 1946 os deslocamentos por bondes respondiam por 52,2% do total de viagens em transporte público, em 1966 eles haviam caído para 2,4% do total. Ao mesmo tempo, os deslocamentos em ônibus subiram de 43,6% em 1948 para 91,2% em 1966 (Vieira, R., citado por Kowarick e Bondioli 1994: 133). Os bondes concentraram suas operações em 1968.

O principal agente da expansão dos serviços de ônibus não foi o governo, mas empresários particulares, a maioria dos quais também eram especuladores imobiliá-

¹³ O crescimento da população é mostrado na Tabela 6. Entre 1930 e 1960, mais de 1 milhão de pessoas se estabeleceram na região metropolitana. Entre 1960 e 1970 e entre 1970 e 1980, o número de migrantes ultrapassou 2 milhões por período (Pinho 1999: 2).

¹⁴ Cf. Langenhieb 1971. Borekalders imobilizaram a maioria dos lotes vendidos antes dos anos 30, os quais permaneceram desocupados por uma década ou um século de período (Pinho 1999: 2).

¹⁵ Em 1948, apenas 4,3% dos deslocamentos urbanos em transporte público eram a casa e o trabalho eram feitos por trem; durante os anos 50 e 60, a porcentagem dos deslocamentos por trem caiu drasticamente (6,8% do total (Vieira, R., citado por Kowarick & Bondioli 1994: 133)).

¹⁶ Esse fenômeno foi conhecido como fluxo da zona 20, quando a cidade decidiu não renovar o contrato com a Light e regular o monopólio do sistema de ônibus. Ao mesmo tempo, o povo da zona 20 municipal decidiu começar a construir a Avenida 9 de Julho, e a maioria das novas avenidas radicais.

¹⁷ Para uma análise das várias discussões da Lei do Inquilinato, ver Bondioli (1983 e 1994). Para uma análise da política imobiliária de Vargas, ver Santos (1979).

¹⁸ Desde 1934 várias restrições foram impostas à construção estrangeira. No mesmo período, cerca no Nordeste lutaram com que muitos se deslocassem para São Paulo. Durante o período de 1933-1939, 36% da 235 mil pessoas que migraram para o estado de São Paulo eram brasileiros (Makris 1979: 302).

¹⁹ A análise que se segue é baseada em Baur et al. (1989), Bondioli (1983), Caldeira (1984), Cury et al. (1976) e Langenhieb (1971).

rios.¹⁶ Como consequência, o sistema era irregular e ilegítimo, projetado para servir sobretudo aos interesses imobiliários. Ele tornou possível vender lotes localizados no meio do mato¹⁷ e ajudou a criar um tipo peculiar de corpo urbano no qual áreas ocupadas e vazias intercalavam-se aleatoriamente por vastas áreas. Não havia nenhum planejamento prévio e as regiões ocupadas eram aquelas nas quais os especuladores tinham decidido investir. Sua estratégia era deixar áreas vazias no meio das ocupadas para que fossem colocadas no mercado mais tarde por preços mais altos. A urbanização da periferia foi deixada principalmente para a iniciativa privada, com pouco controle ou ajuda das autoridades governamentais até a década de 70. A despeito dos discursos da elite e do governo em favor tanto da eficácia das casas próprias para os pobres quanto de um planejamento racional para a expansão da cidade, o processo de abertura e venda de lotes na periferia que expandiu a cidade excepcionalmente da periferia, enquanto regular e cuidadosamente o que definiu como periférico urbano, deixou as zonas subúrbanas e rural quase sem regulamentação e portanto abertas às mais diversas formas de especulação. Os especuladores imobiliários desenvolveram várias práticas legais ou ilegais para maximizar suas lucros: da grilagem e fraude ao não suprimento de serviços urbanos básicos e desvio pelo das dimensões mínimas do lote exigidas por lei, ou pelo uso de falsas práticas e que a maioria dos trabalhadores que compravam terrenos na periferia para construir suas casas descobriu com o tempo que suas propriedades estavam prejudicadas por alguma forma de ilegalidade e suas títulos não podiam ser registrados. Ou eles haviam comprado um terreno grilado, ou não conseguiram regularizá-lo porque suas dimensões estavam abaixo dos limites exigidos por lei, ou porque localizavam-se em lotesamentos sem a infra-estrutura exigida pelos códigos municipais. Além disso, os trabalhadores normalmente construíam suas casas sem aprovar a planta na prefeitura, já que geralmente não podiam pagar com o custo que isso envolvia. Assim, mesmo quando os lotes eram legais, irregularmente a construção não era.¹⁸

A Secretaria de Planejamento de São Paulo estimou no início dos anos 90 que 65% de toda a população da cidade mora em residências atingidas por pelo menos uma das várias formas de ilegalidade (Rothik *et al.*, s.d.: 39). Todavia, os trabalhadores sempre entenderam que é extremamente a condição de ilegalidade dos lotes e da construção, e o caráter legal prévio da periferia como um todo, que permite que eles se tornem proprietários e resolvam seus problemas de moradia

(ver Cárdenas 1984: caps. 1-3; Heblson 1991b). Os lotes na periferia eram acessíveis aos trabalhadores tanto em função de sua ilegalidade quanto porque estavam "no meio do mato", em bairros sem asfalto, eletricidade, água, esgoto, telefones, escolas ou hospitais e ligados à cidade por um sistema delicado de ônibus nos quais gastavam muitas horas por dia. Tais infra-estruturas urbanas e serviços tendiam a ser instalados ou melhorados apenas durante períodos democráticos e sob a pressão política de movimentos de moradores da periferia. Nos anos 50, trocas infra-estruturas urbanas por votos, política que acabou urbanizando o primeiro assentamento da periferia (incluindo a famosa Vila Militar), que por sua vez tornou-se sua principal base política. A mais importante mobilização dos moradores da periferia, no entanto, ocorreu nos anos 70 e caracterizou-se pela organização dos movimentos locais autônomos.

Os moradores da periferia também foram negligenciados pelo fato de que nunca puderam contar com nenhum tipo de financiamento para construir suas casas. Os poucos programas criados para eles ou tinham exigências que não podiam cumprir, ou foram rapidamente reestruturados para a classe média, como é o caso do Banco Nacional de Habitação (BNH). Porquanto, os trabalhadores terminaram construindo suas casas através da autoconstrução, o processo a longo prazo pelo qual os trabalhadores compram um lote, constroem um quarto ou um banheiro nos fundos do lote, onde passam a morar, e então gastam décadas expandindo e melhorando a construção, mobilizando e decorando a casa (ver as Fotos 1, 2 e 3). Esse processo mudou radicalmente o status residencial da maioria da população. A partir dos anos 40, a aquisição da casa própria em São Paulo expandiu-se consideravelmente, ao mesmo tempo que o aluguel diminuía. Enquanto em 1920 esta taxa subia para 41%,¹⁹ em 1991, 63,2% já estavam nessa categoria.²⁰ Hoje, a proporção de habitantes próprios nos bairros periféricos (68,51%) é maior do que a média da cidade (63,57%),²¹ confirmando a distinção da autoconstrução como a principal alternativa habitacional das camadas trabalhadoras (ver Tabela 3).

A expansão da área urbanizada da região metropolitana de São Paulo, resultante basicamente do deslocamento dos trabalhadores em direção à periferia e da instalação de indústrias em algumas dessas regiões, é expressa no Mapa 1.20. Ela mostra que a maior expansão ocorreu durante os anos 50. Dos anos 40 até os anos

¹⁶ Em 1948, os dados sobre problemas reportados por 31% dos declarantes entre a casa e o trabalho, e os dados particulares, por 12,6%. Em 1946, no entanto, a situação havia se invertido: os dados particulares eram 7,7% dos declarantes e os dados públicos, apenas 15,5% (Verde, R., citado por Kornicki e Bondick 1994: 153).

¹⁷ Todas essas formas de ilegalidade ou irregularidade afetam as pessoas que compram uma casa de dois e pagam por ela. Elas constituem um caso diferente do da ilegalidade, quando alguém compra uma barraca, e onde as pessoas normalmente não compram ou não vivem nessas barracas.

¹⁸ Em 1977, na zona leste da cidade, onde se localiza o Jardim das Gramíneas, moradores que usavam telhas para se ao trabalho gastavam uma média de 13 horas por dia fora de casa, indo no ônibus para o trabalho e trabalhando. Em 1987 a situação permaneceu inalterada (Cárdenas 1994: 62, Memo 1988: 41).

¹⁹ Para 1920, Bondick (1982: 146; para 1960 e 1991). Como resultado.

²⁰ Segundo o Laboratório de Demografia do Centro de Estatística e Sociologia da UNICAMP, e Anderson e Anderson (dados não publicados sobre o trabalho dos mapas usados neste capítulo).

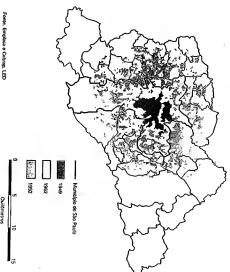


Fotos 1, 2 e 3: Diferentes estilos de uma casa autoconstruída no Jardim das Cantêas, 1980, 1989 e 1993.

80, o processo de expansão periférica afetou não só a cidade de São Paulo, mas também os 38 municípios circundantes que formaram uma conurbação para constituir sua região metropolitana. Vários desses municípios apresentaram a mesma característica urbana e as mesmas altas taxas de crescimento populacional dos distritos da periferia da capital e funcionaram como sua extensão. Alguns desses municípios também acomodaram muitas das novas indústrias instaladas na região nas décadas de 50 e 60. A principal área de desenvolvimento industrial foi a região suldeste da cidade — o ABCD.²¹

Mapa 1

Expansão da Área Urbana, Região Metropolitana de São Paulo, 1949-1992



Fonte: Fundação de Cultura, UNO

21. Encontra-se no Apêndice um mapa da região metropolitana com os nomes de todos os municípios (Mapa 3).

A medida que a metrópole se expandiu, as preocupações das autoridades públicas em regular o espaço construído, dotar a expansão de infraestrutura e regulamentar os efeitos mais perversos também aumentaram. Os regulamentos e planos multiplicaram-se a partir dos anos 60. No entanto, como já havia acontecido antes, essas medidas encontraram principalmente nas áreas centrais ocupadas pelas classes média e alta, enquanto as periferias permaneceram negligenciadas até os anos 70.

ALOPANDO OS RIOS E MELHORANDO O CENTRO

O padrão de habitação da classe média de São Paulo também mudou, especialmente depois do final dos anos 60. Seus membros também se tornaram proprietários, mas através de um processo completamente diferente. Ao contrário do planejamento e não tiveram de construir suas casas. Mandaram-se para prédios de apartamento, o primeiro tipo de habitação a ser produzido por grandes empresas privadas, se expandiu de forma significativa nos anos 70, transformando os bairros centrais. Além disso, os edifícios eram o principal tipo de construção para escritórios, não apenas no centro mas também em novas áreas comerciais nas regiões da e entre as cidades.

Uma análise da história da verticalização de São Paulo permite entender como as autoridades públicas, tanto locais quanto federais, tentaram regular a expansão urbana e estruturaram as áreas mais nobres da cidade. O crescimento municipal e os regulamentos de construção deterioraram onde os edifícios podiam ser construídos e que dimensões podiam ter, além de terem criado barreiras à construção de prédios de apartamentos para camadas de baixa renda. Políticas federais tiveram as condições de financiamento de apartamentos para a classe média e para a produção de grandes empreendimentos imobiliários que dominaram o mercado de residências coletivas a partir dos anos 70. Em conjunto, as políticas federais e locais ajudaram a transformar os prédios de apartamentos no principal tipo de moradia das classes média e alta.

A construção de edifícios em São Paulo começou na primeira década do século XX e localizou-se no centro da cidade. Conforme demonstra Nilda Sonzatti Martins Pereira, até 1940, 70% de todos os edifícios localizavam-se nos bairros centrais e 65% eram não-rendimentais. Em 1940, apenas 4,6% da população de São Paulo vivia em apartamentos e apenas 2,1% dos domicílios estavam em prédios de escritórios (Pereira 1987: 75).²² Durante a década de 40, a construção de edifícios continuou limitada à região central e a uns poucos bairros circunvizinhos, mas a porcentagem de edifícios residenciais começou a aumentar. Naquela época já era

possível vender separadamente unidades em prédios de apartamentos, mas a maioria dos edifícios residenciais era para alugar.²³ De acordo com Carlos Lemos (1978: 54), quando iniciou-se a construção de prédios de apartamentos residenciais nos anos 40, eles eram entregues e associados a corredores, polígonos e áreas de preservação e liberdade. Os apartamentos eram, portanto, uma solução indesejada para a classe média. Isso é confirmado por uma pesquisa realizada pelo Ibope (Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística) em dezembro de 1945 entre os moradores das classes média e alta da cidade de São Paulo, em que 70,8% dos entrevistados declararam preferir casas a apartamentos e 83,3% estavam de alto nível educacional.²⁴ Na época, a maioria dos entrevistados pagava aluguel; apenas 17,2% dos homens entrevistados possuíam residência própria; 55,2% tinham a intenção de comprar uma casa, mas apenas 1,6% tinha a intenção de comprar um apartamento.

Até o final da década de 50, a construção de edifícios não foi muito controlada pela administração municipal. De 1957 em diante, no entanto, leis municipais começaram a controlar a expansão da cidade afetando, em particular, a construção de edifícios. As leis tiveram dois efeitos principais: por um lado, fecharam o mercado imobiliário de prédios de apartamentos para a população de baixa renda; por outro, direcionaram os novos edifícios para fora do centro. Ambos os efeitos acabaram parando o remodelamento da região central que espalhou os prédios para as novas periferias. Essas tendências são presenteadas dos anos 50 até o presente.

Em 1957, a Lei Municipal 3.261 limitou pela primeira vez o coeficiente de aproveitamento do terreno: ele não poderia exceder a 6 vezes nos prédios comerciais e 4 vezes nos prédios residenciais (leis 4, o total da área construída não podia ser maior do que 4 ou 6 vezes o tamanho do lote).²⁵ Além disso, essa lei determinou que a cota mínima de terreno por apartamento deveria ser de 35 m²; isto é, a cada unidade deveria corresponder pelo menos 35 m² da área do terreno. Embora vivamos à primeira vista sintonizados com a ideia de que coeficientes sempre aumentam, a prefeitura suas próprias regras de aproveitamento —, ela acabou causando um aumento do tamanho dos apartamentos e fomentando o deslocamento de novos edifícios residenciais para regiões fora do centro da cidade, onde os lotes eram mais baratos. Desde esta época, os apartamentos se tornaram uma forma de moradia quase exclusiva da classe média.

Se as leis municipais explicam porque a construção de apartamentos de baixa renda foi interrompida e porque os edifícios começaram a ser erguidos fora da

²² O Decreto 5.481, de 25 de junho de 1938, regulamentava a venda de apartamentos individuais em prédios com mais de cinco andares (Pereira 1987: 72). No ECU, a propriedade em condomínio foi regulamentada apenas em 1961 (Mackenzie 1996: 36).

²³ As pesquisas originais do Ibope estão no Arquivo Edgar Leuenroth, na USP. Os dados que aqui usamos são do volume 2, das pesquisas de 1945. Os documentos não são numerados e são identificados apenas pelo data.

²⁴ Esta lei foi inspirada por Anísio Mello, prefeito e planejador de São Paulo, que era favorável ao controle da expansão vertical e da densidade populacional da cidade.

região central, elas não explicam porque alguns anos mais tarde a classe média estava se mudando para um tipo de residência que antes havia rejeitado fortemente. Este fenômeno pode ter melhor entendimento considerando-se a próxima importante intervenção do Estado no mercado imobiliário de apartamentos, dessa vez em âmbito federal: a criação, em 1964, do BNH e do SFH (Sistema Financeiro de Habitação). Esse sistema, que começou a operar em larga escala em 1967, foi criado especificamente para promover a construção e financiamento de uma política para famílias de renda baixa e muito baixa. No entanto, como é sabido, nos anos 70 o BNH tornou-se a principal fonte de financiamento para a classe média, e o que de mais financeiramente eram apartamentos em prédios recém-contratados. Do total de recursos fornecidos pelo SFH entre 1965 e 1983, apenas 6,4% foi para famílias com renda menor do que 3,5 salários mínimos (Brant *et al.*, 1989: 38).²⁶

O SFH promoveu uma forte transformação num mercado imobiliário que vinha sendo dominado por incorporadores relativamente pequenos e famílias que construíam suas próprias residências. Ele estimulou o surgimento de grandes empresas de incorporação imobiliária, que tornavam viável o empreendimento do SFH para contrair edifícios ou conjuntos habitacionais para serem vendidos com financiamento do BNH. Embora dados para São Paulo não estejam disponíveis, Ribeiro e Lago mostram que no Rio de Janeiro, do total de incorporadores imobiliários registrados na cidade no final dos anos 1980, 60% havia iniciado suas atividades durante a década de 70 (1994: 373). Esses incorporadores tinham muito mais capital do que os empreendedores anteriores e dominaram completamente o mercado imobiliário a partir dos anos 70, primeiro nas regiões centrais das áreas metropolitanas e mais recentemente também nas periferias. Esses incorporadores construíam sobretudo edifícios, mas também alguns condomínios fechados horizontais.

Especialmente durante a década de 70, os anos do "milagre econômico", o BNH (associado a grandes incorporadores) desempenhou um papel fundamental no mercado imobiliário. Em São Paulo, 80,3% dos prédios de apartamentos residenciais colocados no mercado entre 1977 e 1982 receberam financiamento do BNH (Salgado 1987: 58). A entrada do SFH no mercado imobiliário fez com que o número de prédios de apartamentos registrados por ano no município de São Paulo mais do que dobrasse.²⁷ Considerando-se que 63% das unidades financiadas pelo SFH entre 1970 e 1974 eram para o assim chamado mercado médio (isto é, para a classe média), 25% para o mercado econômico e apenas 12% para o mercado popular (Rothik *et al.*, 1981), não é difícil concluir que os prédios de apartamentos eram moldados de classe média. Em outras palavras, a classe média conseguiu empregar muitos recursos sob o domínio do governo, e as camadas trabalhadoras, que não tinham recursos para comprar no mercado formal e que só raramente atingiam as exigên-

cias do BNH para um prédio de empreitima, construíam casas por conta própria na periferia sem nenhuma ajuda financeira. Além disso, o financiamento viação de prédios de apartamentos pelo SFH é provavelmente uma das principais razões pelas quais a classe média em São Paulo abandonou o sonho de morar em casa.

Como seria de esperar, durante a década de 70 a distribuição de apartamentos para a cidade expendeu-se consideravelmente, principalmente na parte ocidente da cidade. O tipo de edifícios e sua distribuição espacial foram novamente influenciados por uma nova regulamentação municipal: o Código de Zonamento de São Paulo, aprovado em 1972, que dividiu a cidade em oito zonas com diferentes coeficientes de aproveitamento e tipos de uso do solo (residência, comércio, indústria, serviços etc.). O maior coeficiente de aproveitamento na cidade foi fixado em 4 e aplicava-se a uma área correspondente a apenas 10% da região urbana total. A maior parte dos bairros de elite ficou em zonas classificadas como exclusivamente residenciais e com coeficientes de aproveitamento baixo. Uma vez que agora as planas fraudulentas ficavam mais difíceis depois que o BNH começou a financiar a construção (de financeiras apenas residenciais), o novo código causou um aumento nos preços dos terrenos e reforçou a tendência de deslocamento dos edifícios para longe das regiões centrais.

Prédios de apartamentos de classe média continuaram a ser construídos principalmente em direção ao sudoeste e cada vez mais longe do centro. Ao mesmo tempo, em meados dos anos 70 construíram-se os primeiros grandes condomínios fechados num padrão de quase-círculo, alguns deles fora da cidade. Esse tipo de empreendimento imobiliário foi estimulado pelo novo zoneamento, que permitia que os prédios excedessem os coeficientes de aproveitamento em algumas áreas se eliminavam a taxa de ocupação e criavam áreas verdes e equipamentos para uso coletivo. A construção de edifícios comerciais e de escritórios durante os anos 70 seguiu a mesma tendência espacial. O centro de São Paulo não era mais o único núcleo comercial e de serviços. Os escritórios se espalharam pela Avenida Paulista, pelos jardins e pela Avenida Parana Lima, todos na parte sudoeste da cidade. Edifícios comerciais e residenciais foram construídos um atrás do outro numa área cada vez maior.

GRANDES DIFERENÇAS, GRANDES DIFERENÇAS

No década de 70, São Paulo tinha se tornado uma cidade na qual pessoas de diferentes classes sociais não só estavam separadas por grandes distâncias, mas também tinham tipos de habitação e qualidade de vida urbana radicalmente diferentes. Desde o final dos anos 60, a cidade tem realizado estudos que indicam essas diferenças. Em 1968, o IPEA (Instituto Brasileiro de Planejamento) mostrou que 32,4% dos domicílios não tinham ligação de água, 41,3% não estavam ligados à rede de esgotos e 15,9% não dispunham de coleta de lixo (citado por Camargo *et al.*, 1976: 28).²⁸

²⁶ Ver Saldaña (1990) para uma análise das políticas de habitação durante a existência do BNH.
²⁷ O número de prédios de apartamentos registrados por ano no município de São Paulo passou de uma média de 2465 entre 1959 e 1966 para 580 entre 1970 e 1976 (Dutra 1987: 25). Para análises do Rio de Janeiro que mostram um padrão semelhante, ver Ribeiro (1993) e Ribeiro e Lago (1995).

²⁸ O IPEA foi a base para o primeiro plano urbanístico geral da cidade, o Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado aprovado em 1971 (Lei Municipal 7.680).

Além disso, o plano indicou que 60% das ruas não eram asfaltadas e 76% não tinham iluminação pública (São Paulo, Sempre 1995: 19). A distribuição de infraestrutura e de serviços públicos era bastante desigual. Enquanto no centro 1,3% dos domicílios não tinha água encanada, 4,5% não estavam ligados a rede de esgoto, 1,7% não tinha asfalto e 0,5% não tinha coleta de lixo, num distrito novo na periferia leste, como Itaquera, em 89,3% dos domicílios não havia água encanada, 96,9% não dispunham de esgoto, 87,5% não tinham asfalto e 71,9% não dispunham de coleta de lixo.²⁹

A expansão da periferia sob essas condições precárias criou sérios problemas de saneamento e saúde. As taxas de mortalidade e especialmente de mortalidade infantil, que haviam diminuído entre 1940 e 1960, aumentaram de 1960 até meados da década de 70. A expectativa de vida diminuiu de 62,3 anos no período de 1957-1967 para 60,8 anos no período de 1969-1971. No mesmo tempo, a mortalidade infantil aumentou de 62 (por mil nascidos vivos) para 80 em 1973. As taxas de mortalidade infantil eram muito mais altas na periferia do que nos distritos centrais. Em 1975, por exemplo, em São Miguel Paulista, na periferia leste, a taxa de mortalidade infantil era de 134, enquanto no Jardim Paulista era de 44,6 (São Paulo,EMPLAS 1982: 419).

Em resumo, nos anos 70 os pobres viviam na periferia, em bairros precários e em casas autoconstruídas; as classes média e alta viviam em bairros bem-equipados e centros, uma porção significativa delas em prédios de apartamentos (ver boxes 4 e 5). O sonho da elite da República Velha fora realizado: a maioria era proprietária de casa própria e os pobres estavam fora do seu caminho. Esse padrão de segregação social dependia do sistema viário, automotivo e doméstico, e sua consolidação ocorreu no mesmo tempo que São Paulo e sua região metropolitana se tornaram o principal centro industrial do país e o seu mais importante pólo econômico. As novas indústrias (muitas delas metalúrgicas) localizavam-se na periferia da cidade e nos municípios circundantes. O comércio e os serviços, no entanto, permaneceram nas regiões centrais, não apenas no velho centro, mas também próximo às novas áreas de residência das classes média e alta em direção à zona sul da cidade.

Tanto o Censo de 1970 quanto o de 1980 demonstraram a extensão da divisão da cidade entre centro e periferia. Um estudo de 1977 produzido pela Secretaria de Economia e Planejamento do Estado de São Paulo, baseado nos dados do Censo de 1970, ilustrou a segregação. Ele fez uma análise discriminante por países usando as seguintes variáveis para cada distrito da cidade: renda familiar, saneamento básico, densidade demográfica, crescimento populacional, uso residencial do

²⁹ Uma documentação detalhada das desigualdades sociais e sanitárias na cidade e na região metropolitana em meados da década de 70 encontra-se em Cury *et al.* (1976). Via Calçada (1984) fez uma análise do processo de gentrificação e para um estudo de caso em São Miguel, na periferia leste, no final dos anos 70.

³⁰ São Paulo tinha 6,1 milhões moradores circundando em 1950, em 1966 deu em 415 mil e em 1993 em 4,1 milhões (IDBCE 1970: 373; São Paulo, Sempre 1995: 89).

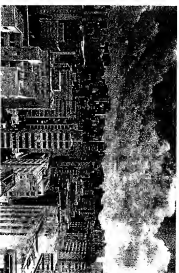


Foto 4: Condição, um bairro central de São Paulo que construiu edifícios comerciais e residenciais, 1980.



Foto 5: Jardim das Camélias, bairro da periferia leste da cidade de São Paulo, 1980.

solo urbano e mortalidade proporcional. Esse estudo mostrou que os distritos da cidade estavam distribuídos em oito regiões homogêneas, isto é, grupos de bairros com características sociais e urbanas similares. A região I era a central, a mais rica e bem-equipada; a região VIII era a mais pobre, com muitos infra-estruturas urbanas e a mais distante do centro (São Paulo, Sepúlva 1977). As outras ficavam em posições intermedieiras, estando as mais ricas mais próximas do centro. Dados do Censo de 1980 confirmaram esse padrão. Na região I, que abrangia apenas 6,9% dos domicílios e 6,3% da população, 99,1% dos domicílios tinham ligação elétrica, 97,6% eram ligados a rede geral de esgotos e 73,2% dispunham de rede. Na região VIII, que abrangia 22,0% dos domicílios e 14,1% da população, 90,8% dos domicílios tinham ligação elétrica, mas apenas 19,1% estavam ligados à rede de esgotos e apenas 4,9% dispunham de rede. Em termos de rede familiar média, na região I, aquelas com rede de até cinco salários mínimos eram 18,4% do total, na região VIII, eram 6,6% do total (Caldiera 1984: 26-8).

Essa separação dos grupos sociais na cidade entre associada a um período de relativa desintegração e a mudança de classes. Pelo menos três fatores contribuíam para essa desintegração e ajudaram a criar um sítio de uma separação entre as classes, que muitos interpretaram como um sinal de paz social. Primeiro, a separação espacial das classes tornou-se menos evidente porque freqüentemente o trabalho remunerado à circulação em algumas regiões centrais. Segundo, o crescimento econômico a partir dos anos 50, e especialmente durante os anos 70 — os “anos do milagre” —, gerou otimismo e ajudou a focalizar a atenção no progresso e na mobilidade social. Terceiro, a repressão dos governos militares baniu organizações políticas e a expressão pública de oposição ao regime.

Nas “calmas” não durou muito. Nos últimos anos do regime militar, o movimento sindical foi reorganizado na região metropolitana de São Paulo e movimentos sociais exigiram serviços e equipamentos urbanos atrelados por toda a periferia. A elite não permitia que a propriedade da casa, em vez de ser um modo de estabilidade social e mobilidade da classe trabalhadora, seja, no entanto, politizada por moradores da periferia, levando-os a reivindicar seus direitos à cidade. Tão logo iniciou-se a “abertura política” em meados da década de 70, movimentos sociais emergiram por toda a periferia. Os moradores pobres de São Paulo, que haviam sido esquecidos no silêncio das margens da cidade, apresentaram rapidamente que, se pudessem se organizar, provavelmente poderiam melhorar a qualidade de vida nos seus bairros. A mobilização política daqueles que não antes haviam sido excluídos da arena política tornou visível a periferia e ajudou a população de São Paulo a perceber o padrão de segregação social e organização espacial da cidade. O modelo centro-periferia passou a ser invocado em negociações políticas entre os funcionários do governo e os representantes dos movimentos sociais. Foi também o modelo usado pelos meios de comunicação de massa nas suas freqüentes reportagens sobre manifestações, e pelos cientistas sociais, que observaram fenômenos de polarização que não haviam previsto. Esse modelo tornou-se, assim, uma referência comum para moradores, organizações políticas, planejadores e cientistas sociais. No entanto, à medida que a periferia encontrava seu caminho na vida política e intelectual da cidade, outros processos já estavam mudando sua configuração de

tal forma que, num curto período de tempo, o modelo centro-periferia não era mais capaz de representar acuradamente as dinâmicas sócio-espaciais da cidade.

PROLIFERAÇÃO DE BAIRROS NAS DECADAS DE 80 E 90

A São Paulo do final dos anos 90 é mais diversa e fragmentada do que era nos anos 70. Uma combinação de processos, alguns deles semelhantes aos que estavam outras cidades, transformou o padrão de distribuição de grupos sociais e atividades através da região metropolitana. São Paulo continua a ser altamente segregada, mas as desigualdades sociais são agora produzidas e inseridas no espaço urbano de modos diferentes. A oposição centro-periferia continua a marcar a cidade, mas os processos que produziram esse padrão mudaram consideravelmente, e novos fatores já estão gerando outros tipos de espaços e uma distribuição diferente das classes sociais e atividades econômicas. São Paulo hoje é uma região metropolitana mais complexa, que não pode ser marcada pela simples oposição entre ricos versus pobres, entre mais ricos e mais pobres. Ela não oferece mais a possibilidade de ignorar as diferenças de classes, entre de mais nada, é uma cidade de mais com uma população observada por segregação e discriminação social.

Vários foram os processos que se combinaram para provocar as mudanças recentes no padrão de segregação espacial de São Paulo. Nos anos 80 e 90, a taxa de crescimento populacional em São Paulo caiu significativamente, como resultado de uma queda acentuada nas taxas de fecundidade (ver capítulo 1) combinada com emigração. Isto é, reverteu-se a tendência demográfica que haviam caracterizado a cidade nos últimos cem anos. Essa mudança demográfica contribuiu para a uma transformação nos padrões residenciais especialmente para os moradores mais ricos e os mais pobres. Pela primeira vez na história da São Paulo moderna, moradores ricos estão deixando as regiões centrais da capital para bairros regiões distantes. Embora a riqueza continue geograficamente concentrada, a maioria dos bairros centrais de classe média e alta perderam população no período de 1980-1996, enquanto a proporção de moradores mais ricos aumentou substancialmente em alguns municípios no noroeste da região metropolitana e em distritos no sudoeste da cidade habidos anteriormente por pessoas pobres. Nessas novas áreas, o principal tipo de habitação é o *condômino fechado*. Ao mesmo tempo, a aquisição da casa própria por meio da autoconstrução na periferia tornou-se uma alternativa menos viável para os trabalhadores pobres. Isso é o resultado da combinação de dois processos: o empobrecimento causado pela crise econômica dos anos 80 e as melhorias na infra-estrutura urbana na periferia, inclusive a ligação de terrenos, resultante da pressão dos movimentos sociais e de um novo tipo de ação dos governos municipais. Em outras palavras, enquanto as rendas diminuíam, a periferia melhorou e tornou-se mais cara. Como resultado, muitos moradores pobres tiveram de abandonar de lado o sonho da casa própria e cada vez mais optar por viver em favelas ou em cortiços, que aumentaram substancialmente.

A dinâmica econômica e a distribuição de atividades econômicas também mudou. O setor industrial, especialmente na cidade de São Paulo, perdeu sua pre-

[illegible]

³⁵ 7,5% dos distritos da cidade perderam população nos anos 70. Estes tinham 1,87% da população em 1980. Para uma análise do crescimento da população de acordo com os setores distritos da cidade durante o período de 1960-1980, ver Caldeira (1984: cap. II).

nos os bairros tradicionais de classe média como São Amaro, Pinheiros, Consolação, Perdizes, Vila Mariana e Itaim Bibi, que tinham crescido muito nas décadas anteriores. Esses distritos continuaram a perder população e a taxa bruta mais alta durante os anos 30, 34 e 36 ocorreu no processo de êxodo e pimento não da periferia que tinha sido formado principalmente nos anos 40 e 50 (Vila Maria, Ipiranga, Vila Colliera, Vila Prudente, Santana). Além disso, áreas mais distantes da periferia que haviam crescido mais do que 10% ao ano nos anos 60 praticamente não cresceram (menos de 1% ao ano) durante os anos 80 e perduram população durante o começo do ano 90. Essas regiões incluem Peregrina do O, Limão, Campo Belo, São Miguel, Socorro, Jandaia, Arrazul e Japanez, bairros distribuídos em todas as direções da periferia e que vieram melhorar significativamente sua infra-estrutura urbana durante os anos 80. As áreas azuis que continuaram a ter taxas altas de crescimento foram aquelas nos limites da cidade e que não tinham sido urbaniza-
-das antes.³⁷

Non os municípios da região metropolitana, média de crescimento populacional tão significativamente mais alta do que na capital (Tabela 6). As taxas mais baixas de crescimento foram os dos municípios rurais nas fronteiras da região ou em importantes centros industriais como a região do ABCD e Osasco, fatores pelos municípios mais urbanizados e com maior ultra-estrutura urbana. Alguns desses municípios também tiveram empígio, enquanto todos os outros receberam menos migrantes.³⁰ As taxas mais altas registraram-se no oeste e norte da região metropolitana, e nos anos 80 em alguns municípios da parte leste. Em geral, as áreas a oeste da capital tiveram uma maior dinâmica econômica e social. Seu crescimento populacional parece dever-se ao deslocamento de moradores da cidade de São Paulo, especialmente em suas áreas, assim como a transformações econômicas. A cidade com a mais alta taxa de integração na região metropolitana foi Santana do Parnaíba. Este município recebeu intenso investimento imobiliário para residências da classe alta assim como para novos colônias de recreação e de comércio. Enquanto isso, o crescimento no Estado teve duas tendências gerais: a mudança do modelo de autocentrismo. No entanto, estas duas tendências gerais: a região oeste também em autocentrismo, enquanto a zona leste apresenta vertentes regionais emprededoras para o crescimento.

¹⁶ As taxas médias de crescimento populacional entre 1980 e 1991, e 1991 e 1996, respectivamente, foram: -0,61 e -1,30 no Ilham Ilham; -1,90 e -3,37 no Santo Amaro; -1,15 e -2,53 na Vila Militar; -1,67 e -2,43 em Copacabana; -0,68 e -1,33 na Vila Mariz; -0,69 e -0,95 nas Pedrêtas.

³⁸ Altamir de São Paulo, Osasco, Santo André, São Caetano e Salicofópolis tiveram emigração entre 1980 e 1991 (São Paulo, Emplasa 1994: 136).

METHICILLIN E EMANOSULFONATO NA PNEUMONIA

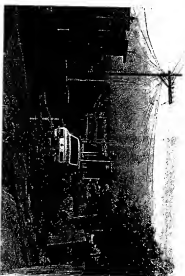
A respeito da cidade, sua população é constituída basicamente por moradores mais pobres com emprego, embora não tenha muito mais do que as décadas anteriores. Em 1991, os 20 distritos com maior percentagem de chefes de domicílio ganhando em média menos de três salários mínimos tinham entre si, em distritos nos limites da cidade, especificamente na região I, 79 anos e 11 dias de idade, mais de 50% dos chefes de domicílio ganhavam menos de três salários mínimos. Como seletos de esperar, os distritos mais pobres tinham também a ser homogeneamente pobres, com uma proporção muito pequena de moradores com renda mais alta. Nos distritos mais pobres, a taxa de moradores que ganhavam menos de três salários mínimos para aqueles que ganhavam mais de 20 salários foi de 3,50 para 1.

Os maiores males portados de São Paulo, que estão se estabelecendo nos limites da cidade, continuam a se refletir da autoconstrução e da ilegalidade, como indicam um comparção entre os dados do censo e o registro de propriedades urbanas da cidade. As áreas da periferia que tiveram o maior crescimento de população e de número de domicílios são também aquelas em que há as maiores discrepâncias entre o número de domicílios conhecidos pelo Censo de 1991 e o número de unidades residenciais oficialmente registradas no IPTU em 1990. O TCU (Cadastro de Propriedades Urbanas) e o registro das construções urbanas do município, que incluam apenas as construções legais, enquanto o Censo registra todos os tipos de edificações, revelam, portanto, a discrepância entre as duas fontes sobre a extensão do fenômeno da construção ilegal no interior legal da cidade, onde a diferença entre as duas fontes é de 433.12,9%.⁴¹ Guimaraes teve um crescimento populacional de 14,5% entre 1980 e 1991 (o maior da cidade) e um aumento de 29,0% no número de domicílios, mas o aumento na área residencial construída registrada foi de apenas 10,6%, mas o aumento na área residencial construída registrada foi de apenas 10,6%, mas o aumento na área residencial construída registrada foi de apenas 10,6%,

[illegible]

⁴⁹ Os dados TPEL são organizados de acordo com os velhos distritos. Para o Censo de 1991 usou uma tabulação especial de distritos com base nos velhos distritos (veja pela Empiras (São Paulo, Empiras 1994: 349)).

⁴⁴ O TPCU registrou 19,337 unidades produzidas em Goiânia em 1990, enquanto o censo registrou 104,155 domicílios em 1991. Para a cidade como um todo, o censo registra 2.339.953 domicílios, enquanto o TPCU em 1990 registra 1.638.994, uma diferença de 50,74%. Este é um reflexo do problema antigo. Rolnick descreveu as alas propostas de censos que não regularizadas no final do século XIX e no início do século XX (1997: 60, 77).



Figos 6 e 7. Uma rua no Jardim das Cantileas em 1980 e 1989. No começo dos anos 80, a maioria dos bairros era asfaltada, e nenhuma possuía calçada, iluminação ou esgoto. Em 1989, todos os ruas tinham asfalto, calçadas, iluminação e esgoto, embora muitos casas ainda carecessem em construção.

da administração local, que reconstruiu suas políticas de modo a atender às reivindicações dos moradores na periferia.⁴⁵ Mesmo políticos de direita perceberam que seu futuro político em um sistema de eleições livres dependia da atenção que prestassem à periferia. No final dos anos 70 e começo dos 80, a administração local e estadual de São Paulo (assim como de vários outros estados brasileiros) patrocinaram diversos projetos de alto investimento em infraestrutura, especialmente saneamento, que transformaram o Brasil no maior fornecedor de empréstimos do Banco Mundial na área de desenvolvimento urbano (Melo 1994: 343).

Os movimentos sociais influenciaram a ação da administração local não só na criação de serviços públicos e de infraestrutura urbana, mas também na transformação do status legal da periferia. Uma das principais reivindicações dos movimentos sociais era a legalização das propriedades na periferia. Eles buscaram as administrações municipais a dar status análogo aos incorporadores legais, tornando possível a regularização de seus lotes e terrenos para o mercado formal de imóveis. A aprovação da Lei Leônidas (Lei Federal n. 7.561 em 1979) tornou mais fácil processar incorporadores imobiliários que vendiam terras sem a infraestrutura requerida pela lei e dessa forma desencorajou essa prática comum.⁴⁶ No entanto, ela também diminuiu o estoque de lotes regulares e baratos disponíveis, já que o valor dos terrenos aumentou como resultado tanto da construção de infraestrutura e equipamento urbano quanto da regularização de lotes. Como incorporações legais e lotes em áreas com melhor infraestrutura são obviamente mais caros do que lotes ilegais em regiões precárias, os bairros que recebiam essas melhorias se tornaram muito caros para a já empobrecida população.⁴⁷

Esse fenômeno de melhoria mais legalização associado a uma diminuição no crescimento populacional e mais apertado não nos limites da cidade, onde a expansão através da autoconstrução continua, mas no anel interno adensado e que constitui a nova periferia nos anos 70. Um bom exemplo dessa transformação é a área na periferia leste ao longo da nova linha de metrô e em torno dos velhos centros dos distritos. O novo distrito de São Miguel Paulista, por exemplo, que corresponde a parte mais antiga do distrito maior avarado, teve um crescimento populacional de 2.77% de 1980 a 1991, enquanto a maioria dos distritos na margem leste da cidade cresceu entre 35% e 85%. No entanto, em várias regiões da periferia leste, incluindo São Miguel, a taxa de construção oficialmente registrada aumentou consideravelmente no período de 1977 a 1987 (125% em São Miguel, 110% em

⁴⁵ Como mostra R. Cordeiro (1983), os apêndices do estudo já estavam se tornando necessários à necessidade de novas políticas locais quando foram alvo de reivindicações dos governos locais. Poderiam, então, atender a suas exigências de maneira relativamente rápida.

⁴⁶ De acordo com os cálculos de Secretaria Municipal de Planejamento, em 1981 havia 3.567 incorporações imobiliárias legais na periferia de São Paulo, correspondendo a 35% de uma área urbana. Em 1990, os empreendimentos imobiliários legais tinham caído para 16% da área urbana (Rothak et al. 2002: 94-95).

⁴⁷ Entrevistas com jovens moradores da periferia analisadas no capítulo 2 confirmam sua percepção de que entrar o custo de uma casa na cidade tinha ficado impossível para eles.

Emelino e 84% em Itaquara), indicando sua melhora e legalização. Embora esse processo ainda seja limitado, parece que algumas dessas regiões estão começando a entrar no mercado imobiliário legal e a passar por um processo de capitalização na produção de moradia, à medida que incorporadores maiores começam a investir e a construir moradias legais, especialmente edifícios de apartamentos.¹⁰ Esse tipo de moradia é menos acessível à população mais pobre.

Em suma, o crescimento da pobreza, combinado com melhores condições e terrenos mais valorizados na periferia, expulsou os mais pobres para os limites da cidade ou para outros municípios da região metropolitana, tornando a autoconstrução favelas ou cortiços. Os moradores de favelas representavam 1,1% da população da cidade em 1973, 4,4% em 1980, 8,9% em 1987 e 18,1% em 1993 — ou seja, mais de 1,9 milhão de pessoas. A maioria das favelas em 1993 localizava-se na periferia, especialmente nas zonas sul e norte (frequência do O, Campo Limpo, Capital do Socorro e Pinheirão-Jaraguá) (Cidade 1990: 63 e São Paulo, Sampa: 1995: 1.977).

As estimativas sobre o número de pessoas que vivem em cortiços na cidade de São Paulo variam enormemente. A Sampa estima que, em 1991, 15,8% (1.506.709) da população do município vivia em cortiços (São Paulo, Sampa 1995: 79-80). Entre é um número muito maior do que aquele a que chegou a Fipe (Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas, Universidade de São Paulo) para 1993: 595.110 ou 6% dos moradores tem menos de 2,5 anos e a maioria dos chefes de domicílio (54,3%) tem entre 15 e 34 anos de idade (Fipe 1994: 13, 14). Esse dado aponta a hipótese de que os cortiços são uma alternativa para uma nova geração de pobres urbanos para quem a autoconstrução ficou inaceitável.

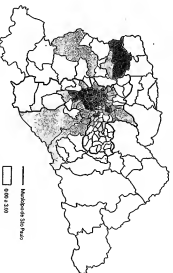
Todas as fontes estão de acordo, no entanto, sobre a localização dos cortiços. Embora haja cortiços na periferia, a maioria está ou no centro velho (SE) ou em antigas regiões industriais e bairros de classe média baixa decadentes, nos quais as muitas casas e fábricas estão sendo transformadas em cortiços (Módica, Bica, Redenção e Liberdade). Algumas dessas regiões mostraram uma diminuição contínua da população desde pelo menos o início dos anos 60. De fato, as taxas mais altas de perda de população estão em bairros industriais e bairros operários formados na virada do século. Na última década, no entanto, partes dessas bairros mostraram sinais de recuperação e um início de envolvimento. A Mófica é um desses casos. Embora essas moradoras considerem o crescimento dos cortiços um de seus principais problemas, há também outros processos moldando o bairro. Eles incluem a abertura da linha leste-oeste do metrô, que tem sido acompanhada de construção de novos prédios de apartamentos para as classes médias, alguns dos quais são com-

domínios fechados. Algumas fábricas também foram transformadas em centros de lazer e consumo. Essas transformações nos padrões urbanos, residenciais e sociais nessas regiões contribuem para o aumento de incerteza e perda experimentado pelos antigos moradores.

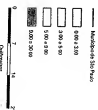
TRANSFORMAÇÕES NO CENTRO E DESLOCAMENTO DOS RICOS

A riqueza continua a ser altamente concentrada numa parte muito pequena da cidade de São Paulo, como mostra o Mapa 2. Assim sendo, o padrão centro-periferia ainda molda o espaço urbano. No entanto, vários indicadores sugerem claramente mudanças recentes nesse padrão. Apesar da concentração de riqueza ainda ser significativa, um deslocamento sem precedentes de moradores ricos e a construção de novas áreas de comércio e serviços estão reformulando o padrão espacial de agregação social.

Mapa 2
Bairros Média Média dos Chefes de Domicílio (em salários mínimos),
Região Metropolitana de São Paulo, 1991



Fonte: Censo de 1991



¹⁰ O mesmo processo parece estar ocorrendo na periferia do Rio de Janeiro, como indicado por Ribeiro e Lago (1993).

¹¹ Um cortiço informalmente tem muitos quartos. Em média, há 6,7 famílias por cortiço, mas em algumas áreas, como a Mófica, o número é mais alto (12,1).

Nos anos 80 e 90, as classes média e alta mudaram seu estilo de vida e seu uso da cidade de diversas maneiras. Como consequência, os distritos nos quais continuavam morar ou aqueles para os quais estão se mudando passaram por várias mudanças. Em 1991, apenas 11,4% dos distritos da cidade tinham uma população na qual mais de 25% dos chefes de domicílio ganhavam mais de 20 SM. Esses distritos abrigam 10% da população, mas 41% dos chefes de domicílio que ganhavam mais de 20 SM por mês.³⁰ A maioria desses distritos pertencia população ou cresceu muito pouco entre 1980 e 1991. Apenas dois tiveram crescimento da população: Morumbi (2,33%) e Vila Adelaide (5,33%). Entre 1991 e 1996, com exceções ocorreram em bairros tradicionais de classe média que tinham todos as taxas mais altas de crescimento nos anos 70, associações com o boom dos apartamentos e do financiamento para a classe média. A maioria delas tem as mais altas taxas de crescimento vertical e de densidade populacional na cidade. Dois desses distritos (Jardim Paulista e Morumbi) são os mais homogêneos entre os de cidade.³¹

Devido ao fato de uma proporção significativa de pessoas de classes média e alta morarem em edifícios de apartamentos, seja nos bairros que cresceram nos anos 70, seja nos novos bairros para os quais elas começaram a se mudar nos anos 80, examinamos o mercado imobiliário de apartamentos para ajudar a entender seu deslocamento.³² Nos anos 80 e 90, o mercado de apartamentos em São Paulo foi muito diferente do que tinha sido nos anos 70. Essa mudança se deveu não só a crise econômica do começo dos anos 80, mas também à redução de financiamentos do BNH, que em 1987 caíram para 10% do que tinham sido em 1980 (Ferreira 1989: 492). A única exceção foi 1986, o ano do Plano Cruzado, quando uma recuperação efêmera monetária fez baixar a inflação, aumentou os lucros de muitas especulações imobiliárias e fez crescer tanto o número de incorporações imobiliárias (677) quanto o preço por metro quadrado.³³ Depois disso, porém, o mercado caiu ainda mais, especialmente depois da extinção do BNH no final de 1986 e do retorno da inflação, com o fracasso do Plano Cruzado. Em 1991 e 1992 o número de novas incor-

porações foi o mais baixo registrado desde meados dos anos 70 (cerca de 150). Com inflação alta e virtualmente sem opções de financiamento, ficou muito mais difícil para a classe média comprar apartamentos. Como resultado, há indicadores de que alguns analistas chamam de "dilatação" na produção de apartamentos, isto é, a construção de unidades maiores e mais sofisticadas para as classes mais altas (Ferreira Filho 1992: 39).³⁴ Depois de 1993, o número de incorporações começou a crescer novamente e a média anual para o período de 1993-1996 (365) foi mais alta do que para os dez anos que precederam o fim do BNH (280) (Ferreira 1997: 7). Um dos fatores desse crescimento é a emergência de cooperativas de futuros proprietários e sistemas de autofinanciamento, que em 1996 foram responsáveis por 10% dos novos empreendimentos. Sua introdução causou um diminuição no preço médio dos apartamentos em 1996 (Ferreira 1997: 32). O fim da inflação alta decorrente do sucesso do Plano Real, assim como as novas oportunidades para financiamentos a longo prazo, tornaram possível o crescimento do mercado imobiliário depois de 1993.

Apesar da crise imobiliária, prédios de apartamentos continuaram a ser construídos. Em 1957, era possível encontrar apartamentos em 20 distritos centrais; em 1979, eles eram encontrados em 47 distritos (Ferreira 1987: 77, 141).³⁵ Em 1991, havia um significativo número de apartamentos em 84 dos 96 distritos da cidade. Os apartamentos não só se espalharam, mas estavam sendo construídos em vários padrões — de conjuntos populares construídos por companhias governamentais de habitação a luxuosos empreendimentos imobiliários. Um dos fenômenos mais interessantes e aquele que produzirá as mudanças mais importantes na maneira de morar das classes média e alta foi a disseminação dos condomínios fechados. Esse é um tipo de empreendimento de múltiplas residências, sobre o qual, inicialmente, foram construídos com cercas e muros por sistemas de segurança, eventualmente ocupando um grande terreno com áreas verdes e incluindo todo tipo de instalações para uso coletivo. Na última década, eles se tornaram o tipo de residência preferido pelas elites.

Condomínios fechados não são construídos nos bairros centrais tradicionalmente, já que requerem grandes lotes que só são acessíveis em áreas não muito adensadas.

³⁰ Esses distritos são: Jardim Paulista, Morumbi, Alto de Pinheiros, Morumbi, Conselheiro, Pinheiros, Itaim Bibi, Santo Amaro, Faria Lima, Campo São e Vila Adelaide. Vale lembrar que São Paulo, como o Brasil em geral, é uma sociedade desigual, com uma alta percentagem de pessoas vivendo em uma extrema população empobrecida. A desigualdade social tornou-se ainda mais profunda, apesar de 14,8% dos chefes de domicílio na cidade ganharem mais de 20 SM em 1991.

³¹ A razão dos chefes de domicílio que ganhavam mais de 20 SM em relação àquela que ganhavam menos de 3 e de 4,39 no Jardim Paulista e de 3,94 em Morumbi. Apenas em 11 distritos da cidade esse ratio é maior que 1,0.

³² Os apartamentos representavam 20,8% do número total de domicílios na cidade de São Paulo em 1991, de acordo com o censo.

³³ A base para o aumento e a localização de prédios de apartamentos colossais no centro do entre 1976 e 1996 é a *Enciclopédia — Empresa Brasileira de Lendas de Predicção* (CET Lenda, Pelicciolo Assanti).

³⁴ Durante os anos 80, um dos temas mais constantes em artigos de jornal sobre bairros, tanto locais quanto internacionais, era a associação com "apartamentos de luxo". Isso parece ser o caso do mercado de construção de apartamentos que mais fluiu nos últimos 15 anos. Apartamentos de quatro dormitórios representavam 30,77% dos apartamentos lançados no mercado em 1984, e 20% em 1994 e 1996. No entanto, essa proporção caiu para uma média de 6,8% de 1987 a 1993 (Ferreira 1994: 6). Ela aumentou novamente após 1994, e em média para 1994-1996 foi de 20,4%. (Ferreira 1997: 11). Houve também uma tendência de diminuição da área média dos grandes apartamentos depois de 1985. A despeito disso, a área média dos apartamentos com quatro dormitórios é quase o dobro daquela dos apartamentos com três dormitórios (185 m² de área útil média versus 85,57 m²). Além disso, enquanto a área média dos apartamentos com três dormitórios variou consideravelmente (Ferreira 1997: 9).

³⁵ Havia 55 distritos dos anos 50 até os anos 80.

A mudança no estilo predominante de prédio de apartamentos é indicada por uma alteração na relação entre área total do terreno e área construída. De acordo com o TRL, de 1980 a 1990, a área total construída de prédios residenciais na cidade cresceu 59,27%, enquanto a área total usada por prédios residenciais cresceu 75,34%. Como resultado, o coeficiente de aproveitamento de edifícios de apartamentos residenciais em São Paulo caiu de 4,36 para 3,95.³⁶ O fato de que as construtoras já estavam pelo desenvolvimento sem precedentes de dois distritos na periferia da cidade: Morumbi e Vila Andrade.

Esses dois distritos não-centrais e adjacentes são emblemáticos das mudanças mais dramáticas que ocorreram na cidade. (Mudanças similares estão acontecendo em alguns municípios a noventa de regime metropolitano.) Eles foram afetados pelo intenso investimento imobiliário não só dos novos tipos de residências para os ricos, mas também de novos conjuntos de edifícios comerciais e de escritórios. O fato de os novos empreendimentos terem se localizado nessas áreas deve-se (em vez de exclusivamente residencial, como ocorre em partes dos distritos centrais) quanto um coeficiente de aproveitamento alto (4). Algumas dessas regiões eram rias ou habitadas por pessoas pobres. Como resultado, com a expansão dos novos empreendimentos, os distritos passaram a apresentar um novo padrão de organização espacial, que mistura moradias ricas e pobres de um lado, e residência e rogenidade funcional.

O Morumbi e a Vila Andrade tiveram um significativo crescimento populacional nos anos 80.³⁷ Apesar de o Morumbi ser um bairro de classe alta, há pelo menos 25 anos, ele mudou radicalmente depois do início da década de 80. O que era um bairro de enormes mansões, terrenos vazios e áreas verdes, foi transformado, depois de uma década de construção frenética, num distrito de edifícios. No final dos anos 70, ele foi "descolado" por incorporadores imobiliários que decidiram aproveitar o baixo custo do terreno e o código de zoneamento favorável e o transformaram no bairro com o mais alto número de novos empreendimentos imobiliários da cidade durante os anos 80 e 90. Mais de 400 novas incorporações residenciais

com mais de 14 mil novas unidades foram construídas entre 1980 e 1996.³⁸ Apesar disso, o bairro ainda tem apenas 0,6% dos apartamentos da cidade, comparados aos 5,75% do Jardim Paulista. Enquanto no Jardim Paulista 88% dos domicílios são apartamentos, no Morumbi eles são apenas 33,6%. A Vila Andrade, adjacentes ao Morumbi, é uma extensão do mesmo processo numa área que era mais pobre e que continha se expandiu, enquanto a expansão do Morumbi parece vir perdendo dinamismo nos últimos anos.

Como mencionamos, a novidade no Morumbi e na Vila Andrade não é só o volume de construção, mas também o tipo de edifícios: os conjuntos habitacionais mudados. Os condôminos fechados começaram a ser construídos nos anos 70, durante o boom do mercado imobiliário e do financiamento estatal. O empreendimento que deu início ao desenvolvimento acelerado do Morumbi foi o "Portal do Morumbi". Esse conjunto de 16 prédios de 25 andares foi inaugurado em 1976. Tem 880 apartamentos, mescla com quatro dormitórios, mescla com terra, e abriga 3.500 moradores, um terço dos quais com menos de 14 anos de idade. A área total do empreendimento é de 160 mil m², dos quais 120 mil m² são áreas comuns que incluem parques e instalações esportivas. Esse conjunto foi literalmente erigido no meio do nada. Toda a infraestrutura urbana necessária (incluindo eletricidade, água e esgoto) foi fornecida pelo incorporador imobiliário, a Construtora Alfredo Matará. Até hoje, as ruas que passam pelos fundos do conjunto continuam sem urbanização e sem asfalto ou calçadas (ver Fotos 8 e 9).

Esse tipo de empreendimento, com coeficiente de aproveitamento baixo já que a transformação é recente e ainda há no bairro muitas mansões e espaços desocupados, explica porque o Morumbi e a Vila Andrade ainda têm uma densidade populacional consideravelmente mais baixa do que o Jardim Paulista (3.500 e 4.200 habitantes, respectivamente, em comparação a 16.900). Existem também importantes diferenças sociais entre as duas regiões. Embora ambas concentrem riqueza, Morumbi e Vila Andrade não são tão homogeneamente ricos como os velhos bairros centrais. No Morumbi, hoje, 43,9% dos chefes de domicílio ganham mais de 20 SM (a percentagem mais alta da cidade), enquanto na Vila Andrade essa porcentagem é de 26,2%. A renda média no Morumbi é de 28,3 salários mínimos (a média mais alta da cidade), e na Vila Andrade, de 17,24. No entanto, nas duas regiões a proporção de chefes de domicílio que ganham mais de 20 SM em relação aos que ganham menos de 3 é significativamente mais baixa do que no Jardim Paulista (2,55 no Morumbi e 0,87 na Vila Andrade, comparados a 4,59 no Jardim Paulista e 3,98 em Moema).³⁹ Enquanto no Jardim Paulista apenas 8,36% dos moradores ganham mais de 3 SM, no Morumbi 17,22% estão nessa faixa e na Vila Andrade, 30,02% (mais do que os 26,19% que ganham mais de 20 SM). Essa maior heterogeneidade

³⁶ Dados do TRL para 1980 são foram publicados para 1990 dos operários em São Paulo, Sengul (1992). O coeficiente de aproveitamento pode ser calculado dividindo-se a área construída horizontal ou vertical e um indicador referente ao coeficiente de aproveitamento por área total registrada. Em 1980, o TRL registrou 566,66 apartamentos no Morumbi e 3.972 no Jardim Paulista. Em 1990, o TRL registrou 566,66 apartamentos no Morumbi e 3.972 no Jardim Paulista. A área total registrada em 1980 foi de 1.984.710 m², e em 1990, de 1.18.531 m². O fato de que a área registrada em 1990 é menor do que em 1980, devido a diferenças de 77,4%. Os distritos não-quais a diferença entre a proporcionalização de prédios de apartamentos e famílias de renda alta e pequena são apalados com maior propriedade. Conquanto Cezar, Pinheiro e Freitas).

³⁷ As taxas anuais de crescimento da população para 1990-1991 e para 1991-1996 são 2,31% e 0,75%, no Morumbi, e 2,93% e 4,93%, na Vila Andrade.

³⁸ De 1980 a 1997, houve 217 novos empreendimentos imobiliários no Morumbi, construídos a 4.972 unidades, a maioria de luxo. De 1993 a 1996, o número de empreendimentos foi de 177, e as unidades, 8.348.

³⁹ Além do Morumbi, as médias mais altas de rendas de chefes de domicílio em 1991 foram: 22,53 no Jardim Paulista, 21,44 no Alto de Pinheiros e 22,08 em Moema.



Figura 8 e 9: Condomínio fechado Recreio do Morumbi: entrada principal e rua lateral não pavimentada.

na distribuição de renda é uma característica das novas áreas de expansão da cidade e da região metropolitana, onde os empreendimentos imobiliários para pessoas com rendas mais altas estão localizados em regiões que eram pobres e praticamente habitadas, e onde os apartamentos para as classes altas são construídos ao lado de imensas favelas.

Os vizinhos dos condomínios fechados em volta do Real Parque e da Avenida Giovanni Gronchi, no coração do Morumbi, são moradores de duas das mais famosas favelas de São Paulo. Em 1987, havia 23.349 pessoas morando em favelas nos distritos do oeste e sudoeste da cidade, o que correspondia a 35,62% dos moradores de favelas de São Paulo.⁴⁹ Em 1993, os moradores de favelas desses distritos aumentaram para 482.304, o que representava 25,36% dos residentes de favelas de São Paulo (São Paulo, Sampa 1995: 76).

Depois de 15 anos de intensa incorporação imobiliária para as classes mais altas em regiões com infra-estrutura precária combinada com a proliferação de favelas, o Morumbi exibe um quadro impressionante de desigualdade social e exemplifica a nova face da segregação social na cidade (ver Fotos 10 e 11). Quando se observa a área em torno de sua avenida principal, a Avenida Giovanni Gronchi, e os edifícios de seus edifícios, fica-se perplexo com a imagem dos incorporadores imobiliários para doar cada conjunto de apartamentos de características "distintas", além de aquisições monumentais e dos nomes vagamente aristocráticos, os prédios têm características típicas, como uma piscina para cada apartamento, três quartos de empregada, sala de espera para convidados no térreo, sala especial para guardar roupas, porcelanas e prataria e assim por diante. Todo esse luxo contrasta com a visão que se tem das favelas dos apartamentos: os mais de 3 mil barracos da favela Paraísopolis, uma das maiores de São Paulo, que fornece os empregados domésticos para os condomínios vizinhos. Para pessoas interessadas em viver exclusivamente entre seus pares, os muros têm mesmo de ser altos, e as residências para as classes altas não diferenciam suas cercas identificadas acima dos muros, assim como climas de vidro e guardas particulares.

A construção massiva de acordo com os interesses dos incorporadores imobiliários e com pouco planejamento ou controle por parte do Estado, além de formar completamente a paisagem, criou um espelho estético. Edifícios imensos foram construídos um após o outro em ruas estreitas e com infra-estrutura inadequada. Na Vila Andrade, por exemplo, apenas 57,6% das domicílios estão conectados à rede de esgoto, uma porcentagem mais baixa do que em vários distritos da periferia pobre (para o total da periferia a porcentagem é de 74%). Os edifícios são imensos e muitas das novas ruas não têm calçadas — provavelmente com a intenção de manter distantes as pessoas que não têm automóvel. O tráfego é intenso e os com-

⁴⁹ Não estão disponíveis dados atuais de favelas no Morumbi e na Vila Andrade porque os resultados do Censo de Favelas são fornecidos de acordo com uma outra demarcação espacial: as administrações regionais. Para as estimativas apresentadas no texto, considere a população que vive em favelas nas administrações regionais do Itaquera e do Campo Limpo, que incluem o Morumbi e a Vila Andrade, mas não moradores do que resta do distrito.



Foto 10: Morumbi, desqualificando-se: vizinhos pedem de apartamentos com pedras esculpidas e tinta para a favela, 1992.

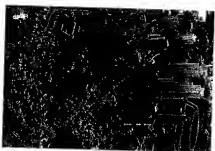


Foto 11: Morumbi, vista aérea: edifícios de alto lado a lado com os barracos da favela, 1992.

gestioneamento, uma rotina.⁶¹ Apesar de altos investimentos da cidade e da construção de pontes, túneis e vias expressas ligando o Morumbi ao centro da cidade, através do rio Pinheiros, as vias de acesso são insuficientes e o transporte público é simplesmente ruim. Isso dificulta o cotidiano dos mais pobres, mas também é inconveniente para as classes médias, já que o bairro ainda carece de serviços básicos de comércio. Apesar de alguns grandes shopping centers e hipermercados estarem agora operando na região, o abastecimento cotidiano de alimentos requer um automóvel, um tipo de dependência que pode ser contornada nas melhores das bairros centrais de São Paulo, onde, como se diz, pelo menos o pão pode ser comprado a pé. O transporte das crianças e adolescentes também depende dos automóveis, mesmo para ir às escolas particulares do bairro, que contam entre os melhores serviços ali disponíveis.⁶² Ao contrário dos bairros centrais da cidade e das regiões pobres da periferia, o Morumbi e a Vila Andrade não são lugares onde os moradores rotineiramente caminham pelas ruas. Ironicamente, esses bairros, com suas ruas estreitas, infraestrutura ruim e ligações precárias com o resto da cidade, dependentes de automóveis para quase tudo. Consequentemente, mudar para um dos apartamentos de luxo da região significa suportar tráfego pesado e serviços urbanos deficientes. No entanto, para os moradores dos novos conjuntos fechados, as inconveniências parecem ser mais do que compensadas pela sensação de segurança que ganham por trás dos muros, vivendo exclusivamente entre iguais e longe do que consideram ser os perigos da cidade.

NECESSO, DESINTEGRALIZAÇÃO E OS NOVOS ESPAÇOS PARA ATIVIDADES TERCEIÁRIAS

Não é só o padrão residencial e a distribuição de moradores de diferentes grupos sociais o que está mudando na cidade e na região metropolitana. Nas duas últimas décadas, São Paulo passou por uma significativa recessão econômica e por uma mudança na estrutura de suas atividades econômicas. Entre 1980 e 1990, o valor adicionado total, ou VAT, diminuiu (-3,75%), em São Paulo.⁶³ Em 1990, o valor adicionado total per capita era de apenas 61,6% do que tinha sido em 1985 (Anuário 1993: 35, 36). A crise afetou especialmente o setor industrial, que tinha

⁶¹ No Portal do Morumbi, por exemplo, que está situado entre a estação e uma apimentada saída, na boca do metrô, especialmente de manhã, o congestionamento chega a ser tão ruim que os moradores podem levar mais de uma hora para entrar ou sair do metrô e chegar à avenida que os liga à cidade.

⁶² Apesar de poder ter acesso barato e pela possibilidade de encontrar grandes instalações, muitas das tradicionais escolas particulares se mudaram para o Morumbi ou abriam novas filiais. Isso é algumas vezes mencionado como um motivo para as pessoas se mudarem para o Morumbi.

⁶³ O valor adicionado total (VAT) corresponde, para cada município, ao valor das vendas de mercadorias, prestação de serviços e serviços de construção, deduzido o valor das vendas de mercadorias, em cada ano civil. Esse indicador é calculado pela Secretaria da Fazenda.

tido o mais dinâmico da cidade e da região metropolitana desde a década de 50. Embora a produção industrial da região metropolitana de São Paulo continuasse a representar 30,7% da produção nacional em 1987, esta perdeu o significado mais baixo do que os 41,3% de 1970 (Araújo 1992: 56).

Enquanto em 1970 a cidade de São Paulo detinha quase metade da força de trabalho industrial do estado, em 1991 ela detinha menos de um terço (Gonçalves e Semagnini 1992, e Leme e Meyer 1997: 71). A diminuição da participação do setor industrial na economia urbana ocorreu em todo o estado. De São Paulo, mais focal em 1991 tinha praticamente a mesma proporção da força de trabalho (38,4%) que em 1970 (39,7%), depois de ter aumentado da força de trabalho (38,4%) participação do setor industrial na força de trabalho diminuiu significativamente até alcançar 32,1% em 1991, depois de ter crescido de forma consistente desde os anos 50, alcançando 42% em 1980 (Gonçalves e Semagnini 1992, e Leme e Meyer 1997: 64).⁴⁵ Na região metropolitana como um todo, o percentual de participação do setor industrial no total da força de trabalho ocupada caiu continuamente nos últimos anos de 36,5% em 1988 para 29,6% em 1993 (Leme e Meyer 1997: 77).

A média que o setor industrial exerceu, o papel das atividades terciárias na economia urbana aumentou. Se 114 um grande debate entre os cientistas sociais no Brasil ou "trabalhistas". Alguns (por exemplo, Gonçalves e Semagnini 1992, Araújo 1992) argumentam que a expansão do terciário é um reflexo do desenvolvimento de um tipo de produção mais flexível, no qual muitas atividades antes registradas como produção industrial começaram a ser adquiridas como serviços, e no qual o papel da tecnologia moderna e das atividades de finanças se expandiu. Outros, no entanto, tentam relativizar estas asserções, mostrando que os setores do terciário que de fato se expandiram são muito precários, como por exemplo o comércio ambulante e atividades não especializadas e sub-empregadas desemparelhadas sem acesso além do alcance deste trabalho desenvolver essas hipóteses, poderia de surgir sentido o que está acontecendo em São Paulo não seria diferente dos processos de reestruturação industrial que ocorrem em outras cidades, como Los Angeles e as chamadas cidades globais (Scott e Soja 1996, Sassen 1991). É uma característica desses processos que tanto o pólo mais dinâmico quanto o pólo mais precário da

economia se expandam simultaneamente, provocando formas agudas de desigualdade social.

Essas mudanças econômicas têm todo tipo de implicações para o meio urbano, do abandono ou conversão de fábricas à criação de novos espaços urbanos e novos tipos de instalações para comércio e escritórios. Depois de terem se deslocado do centro velho para a Avenida Paulista e para a Avenida Faria Lima nos anos 60, os principais complexos de edifícios de escritórios estão agora se mudando para subúrbios, ao longo do rio Pinheiros e na mesma direção dos novos conjuntos habitacionais, shopping centers e hipermercados.⁴⁶ Dessa forma, os novos espaços urbanos para as atividades terciárias estão se desenvolvendo por meio de um processo bem conhecido nos Estados Unidos: o deslocamento de empregos e residências de áreas centrais e urbanizadas para áreas distantes por meio de um processo de incorporação imobiliária que abandona o mercado residencial quando este se tornou muito difícil (Ferreira Filho 1992: 29). Eles seguem o mesmo padrão argumentado e de planejamento dos condomínios fechados, e se não são necessariamente mudados como os complexos residenciais, certamente são fortalecidos e utilizados para controlar seus próprios trabalhadores. Como mudos auto-suficientes, esses arranjos são extremamente vantajosos e podem ser instalados em qualquer lugar onde o terreno seja barato o suficiente para tornar o investimento lucrativo. Como ocorre com os complexos residenciais, eles estão sendo instalados em regiões que antes eram pobres. A avenida que simboliza a nova expansão, a Rte. Luis Carlos Bertrini, rapidamente delimitou uma antiga favela, graças a um programa pago pelos novos ocupantes da região. Em 1998, a maioria das moradas precárias havia desaparecido, mas ainda se viam algumas delas e alguns bares para as comidas mais pobres. Pode-se esperar, no entanto, que num curto período de tempo a avenida esteja completamente transformada pelos novos edifícios, que exibem uma versão local do estilo arquitetônico pós-moderno, e totalmente purgada dos moradores pobres. Até que isso ocorra, a Bertrini oferece um espetáculo de desigualdade social da mesma qualidade que o do Morumbi, com seus condomínios fechados expandido as favelas.

Finalmente, o deslocamento das novas atividades terciárias em direção a este recita uma oposição entre as partes leste e oeste da cidade que o modelo centro-periferia tinha eliminado. Enquanto os novos investimentos em conjuntos de escritórios e condomínios fechados para a classe alta estão concentrados no lado oeste de microplô, a região leste, tradicionalmente mais industrial, perdeu dinamismo com a diminuição das atividades industriais. Algumas das velhas fábricas foram

⁴⁴ No estado de São Paulo, a participação do setor industrial na produção total caiu de 47,1% em 1980 para 41,3% em 1991. Simultaneamente, a participação das atividades terciárias aumentou de 49,7% para 54,6%.

⁴⁵ Ela cresceu de 34,7% em 1980 (Sasse 1990: 24) para 39,6% em 1970 (Gonçalves e Semagnini 1992).

⁴⁶ O estudo de economia urbana que estou citando considera apenas dois setores: o industrial e o terciário, que representam 60% da produção total. A participação econômica é composta pelas atividades industriais (37,2%) para a cidade em 1991.

⁴⁷ A área da cidade alinda pelo movimento das atividades terciárias segue o rio Pinheiros, em ambas as margens, de Lage — passando pelo Itaquera e Morumbi — até o Campo Limpo a oeste, e do Alto de Pinheiros até Santo Anselmo, passando pelo Itaquera e pelo Vila Olímpica, a leste. Em todas essas áreas podemos observar a construção de condomínios fechados da classe alta com varredura e de maiores residências com centros comerciais e de escritórios.

transformadas em shopping centers, lojas de departamento ou centros de lazer, mas muitas simplesmente foram abandonadas. Enquanto as zonas leste e sudoeste continuam a ser as mais pobres, mais industriais, que se expandem sobretudo por meio de construções ilegais e carecem de um número significativo de empreendimentos imobiliários para a classe alta, a fronteira entre da cidade abriga as classes mais altas, suas empreendimentos residenciais e as novas atividades terciárias "modernas". Essa oposição ajuda a trazer mais complexidade para a paisagem da cidade. Já transformada pela melhoria da periferia e pelo relativo desenvolvimento do centro rico. Para compreender o quadro, no entanto, é necessário examinar a região metropolitana como um todo.

A Região Metropolitana

Os outros municípios da região metropolitana foram muitas vezes tratados como uma simples extensão da periferia da capital. Isso foi verdadeiro no ano 60 e 70, mas nos últimos quinze anos os processos que afetam essas cidades têm sido mais complexos, modificando as antigas relações com o centro. A infraestrutura urbana melhora significativamente, como na periferia da capital. Do ponto de vista demográfico, os outros municípios continuam crescendo mais do que o centro (Tabela 6), e nesse sentido ainda demonstram o comportamento típico da periferia. Do ponto de vista econômico, no entanto, a crise dos anos 80 afeta diferentemente os municípios que eram muito industrializados e os que não eram, modificando a relação de simples complementaridade com a capital. Enquanto as regiões mais industriais sofriam drasticamente os efeitos da crise, grandes investimentos imobiliários e em atividades terciárias em locais que eram até então basicamente rurais geraram um bom desempenho econômico com bases de crescimento contínuas nas regiões a oeste e noroeste (Azeiteiro 1993: 37). O dinamismo dessas regiões é tal que pela primeira vez alguns desses municípios passam a receber migrantes ricos do centro.

Embora São Paulo tenha sido o município mais afetado pela crise dos anos 80, Oaxaca e a região do ABCD também foram afetados.⁶⁸ Essa última pode ser vista como um símbolo da antiga era do desenvolvimento industrial, abrigando um grande número de indústrias metalúrgicas. Até hoje o ABCD tem a maior concentração de empregos industriais da região metropolitana, e foi o centro do importante movimento sindical do qual surgiram o PT e seus líderes mais importantes. A região tem umas das melhores infra-estruturas urbanas da área metropolitana e algumas das redes médias mais altas. Só cinco municípios da região metropolitana não têm mais de 5% de chefes de domicílio ganhando mais de 20 SM, e dois deles

estão na região do ABCD: São Bernardo (5,8%) e São Caetano (6,2%).⁶⁹ No entanto, contrariamente ao que aconteceu no passado, nos últimos anos o desempenho econômico desses municípios foi pobre e sua população cresceu muito pouco (São Caetano perdeu população nos últimos quinze anos).

Vários municípios nas zonas leste e norte da região metropolitana também são industriais e sofreram com a recessão econômica.⁷⁰ Eles estão entre os municípios mais pobres da região metropolitana.⁷¹ Em nenhum dos municípios na região leste a proporção dos chefes de domicílio que ganham mais de 20 SM é maior do que 3%, e em todos os municípios da região, entre 30% e 50% dos chefes de domicílio ganham menos de dois salários mínimos por mês.

Em contraste, municípios a oeste e noroeste como Santana do Parnaíba, Barueri e Cajamar revelam um quadro de grande dinamismo econômico e representam um novo tipo de desenvolvimento. Essas áreas tiveram as mais expressivas taxas de crescimento populacional no período de 1980-1996. Elas também tiveram um nível de desenvolvimento econômico numa década marcada pela desigualdade econômica.⁷² Esse desenvolvimento está associado a altos investimentos em empreendimentos imobiliários (na maioria condomínios fechados), conjuntos de escritórios, centros empresariais e shopping centers num padrão semelhante ao dos novos subúrbios australianos. Esse padrão é complementado pelo fato de que muitos dos novos habitantes dessas áreas são migrantes de classe média e alta (provavelmente muitos daqueles que abandonaram a parte central da capital) e não das camadas trabalhadoras, como tradicionalmente aconteceu na periferia. O Mapa 2 mostra que Santana do Parnaíba, a cidade com a mais alta renda média de toda a região metropolitana (9,3 SM), tem um nível de riqueza que só existia anteriormente em alguns dos distritos centrais de São Paulo.

Santana do Parnaíba exemplifica o que se poderia chamar de nova suburbanização de São Paulo. Seu crescimento não é como a expansão tradicional em direção à periferia pobre e industrial, nem como a dos antigos subúrbios residenciais acentuados dos anos 50 e 60, mas sim um novo tipo de suburbanização dos anos 80 e 90 que reúne residências e atividades terciárias. Santana do Parnaíba não teve o mesmo desempenho econômico dos municípios adjacentes de Barueri e Cajamar, mas mostra de uma maneira mais clara como a região está se tornando um enclave de São Paulo.

Santana do Parnaíba exemplifica o que se poderia chamar de nova suburbanização de São Paulo. Seu crescimento não é como a expansão tradicional em direção à periferia pobre e industrial, nem como a dos antigos subúrbios residenciais acentuados dos anos 50 e 60, mas sim um novo tipo de suburbanização dos anos 80 e 90 que reúne residências e atividades terciárias. Santana do Parnaíba não teve o mesmo desempenho econômico dos municípios adjacentes de Barueri e Cajamar, mas mostra de uma maneira mais clara como a região está se tornando um enclave de São Paulo.

⁶⁸ Apenas 2,8% dos chefes de domicílio de outros municípios da região metropolitana ganham mais de 20 SM. Deisei está 40,69%, ainda está concentrada no ABCD, com outros 7,96% em Osasco. Ver Mapa 2.

⁶⁹ As taxas de crescimento do VAT para o período de 1980-1990 para municípios das regiões leste e norte foram: 4,53% em Itaquera, 4,99% em Santana, 1,66% em Barreira Sulina, 0,99% em Guarulhos, 4,48% em Santa Isabel, 2,95% em Franco da Rocha, e 1,17% em Carapicuíba (Azeiteiro 1993: 35).

⁷⁰ Os municípios mais pobres estão todos na periferia da região metropolitana e a maioria é ainda significativamente rural.

⁷¹

⁷² Entre 1980 e 1990, o VAT aumentou consideravelmente em Barueri (22,62%), Santana do Parnaíba (5,87%) e Cajamar (8,63%) (Azeiteiro 1993: 35).

das novas classes média e alta. Foi o município com a mais alta taxa anual de crescimento da população nos anos 80 (12,76%), e com a maior renda.⁷³ Novena por cento do crescimento populacional durante os anos 80 se deveu à migração; o município teve a maior porcentagem de crescimento decorrente da migração no região metropolitana: 24,5% (São Paulo, Engenharia 1994: 137). Os migrantes eram sobretudo das camadas média e alta. Na medida em que eles se instalaram em regiões que eram basicamente rurais e bastante pobres,⁷⁴ criaram uma situação de dramaticidade social, atenuada pelo fato de que o coeficiente de GINI em Santana do Parnaíba é de 0,7102, o mais alto da região metropolitana.⁷⁵

Uma das diferenças entre o Morumbi e as novas regiões ricas da área metropolitana é que os condomínios fechados desta última são, em sua maioria, horizontais em vez de verticais, isto é, existem em áreas mistas com casas independentes em vez de edifícios de apartamentos. Os condomínios fechados horizontais expandiram-se ao mesmo tempo em que o Morumbi estava construindo seus edifícios, e eles partilharam as mesmas imagens dos conjuntos de apartamentos. Hoje estes condomínios são comuns não só na região metropolitana, mas por todo o interior do estado, especialmente nas regiões mais ricas e mal-servidas. Um dos mais conhecidos, e talvez o Alphaville — inserido em alto do litoral ilhéu de Góndim sobre uma colina imaginária num futuro dominado pela tecnologia. Esse condomínio inclui não só casas dentro de unidades muradas, mas shopping centers e centros de esportes. Junto com os empreendimentos imobiliários vizinhos de Aldeia da Serra e Tamboré, nos municípios de Barretos e Santana do Parnaíba, toda a região foi agressivamente comercializada no Brasil como uma "edge city", ou seja, uma verdadeira representante do novo tipo de subúrbio americano.

A NOVA SEGREGAÇÃO

São Paulo é atualmente uma região metropolitana mais diversificada e complexa do que era há quinze anos, quando o modelo centro-periferia era aplicável para descrever seu padrão de segregação e desigualdade social. Uma combinação

⁷³ O crescimento da população entre 1991 e 1996 foi de 8,7%. Em 1991, 14% dos chefes de domicílio tinham uma renda maior do que 20 salários mínimos. O único município (zona exterior de São Paulo) no qual mais de 10% dos chefes estão nessa categoria. Em 1991, a renda média dos chefes (em salários mínimos) nos municípios da região presente era 9,8 em Santana do Parnaíba; 6,2 em Barretos; 5,9 em Celso e 3,2 em Cajuru.

⁷⁴ Em 1980, apenas 1,5% da população comendatária não de Santana do Parnaíba ganhava mais de 20 SM, enquanto 5,7% ganhava menos de 2 salários mínimos.

⁷⁵ O coeficiente de desigualdade de renda para o município de GINI para a cidade de São Paulo é de 0,41857, e para a região metropolitana, 0,5794. Cajuazeiro, que teve uma boa desempenho econômico nas três décadas inovadoras de renda elevada, teve um coeficiente de GINI ligeiramente menor (0,4615). A maioria dos municípios da região teve um coeficiente de GINI comparativamente baixo.

de processos causou sua transformação. Entre eles incluem-se a reversão do crescimento demográfico, a recessão econômica, a desindustrialização e a expansão das atividades terciárias; a melhoria da periferia combinada com o empobrecimento das camadas trabalhadoras; o deslocamento de parte das classes média e alta para fora do centro e a ampla difusão do medo do crime, que levou pessoas de todas as classes sociais a buscar formas mais seguras de moradia. Em consequência, não só aumentou a desigualdade em São Paulo — o coeficiente de GINI na região metropolitana cresceu de 0,516 em 1981 para 0,586 em 1991 — como ela se tornou mais viável e explícita na medida em que moradores ricos e pobres vivem mais próximos uns dos outros nas novas áreas de expansão da cidade e da região metropolitana. Essas novas áreas ricas, de fato, os pobres coeficientes de GINI e as mais chamadas paisagens da coexistência de pobreza e riqueza. Além disso, no contexto de crescer medo do crime e de preocupação com a decadência social, os moradores não mostram tolerância em relação a pessoas de diferentes grupos sociais nem interesse em encontrar soluções comuns para seus problemas urbanos. Em vez disso, eles adotam retóricas cada vez mais estigmatizadas de deslocamento e devolvimento social. Assim, os enclaves fortificados — prédios de apartamentos, condomínios fechados, conjuntos de escritórios ou shopping centers — constroem o cerne de uma nova maneira de organizar a segregação, a discriminação social e a reestruturação econômica em São Paulo. Diferentes classes sociais vivem mais próximas umas das outras em algumas áreas, mas são mantidas separadas por barreiras físicas e simbólicas de identificação e controle.

São Paulo, no final dos anos 90, é uma metrópole com mais turmas e cortiços, mas seus muitos bairros pobres na periferia melhoraram consideravelmente; as velhas áreas centrais foram transformadas por processos combinados de ennobrecimento e decadência; pessoas das classes altas vivem em regiões centrais e bem equipadas, mas também em novos enclaves fechados em regiões periféricas e distantes, perto dos mais pobres, na capital ou fora dela; os empregos terciários estão mudando para áreas ainda não urbanizadas e a população cresce (mas rico) e pobre (mas pobre) está se tornando mais viável. E também uma região metropolitana na qual as distinções físicas que costumavam separar diferentes grupos sociais podem ter escurecido, mas cujos muros cercando propriedades são mais altos e os sistemas de vigilância, mais onerosos. É uma cidade de muros em que a qualidade do espaço público está mudando, intensamente e de maneiras opostas aquilo que se poderia esperar de uma sociedade que foi capaz de consolidar uma democracia política. De fato, a segregação e o processo de construção separação social cristalizada nas últimas décadas pode ser visto como uma reação à ampliação desse processo de democratização, uma vez que funciona para estigmatizar, controlar e excluir aqueles que acabaram de perder seu reconhecimento como cidadãos, com pilares direitos de se envolver na construção do futuro e da paisagem da cidade.

tes, para serem aproximados 86 de automóvel e apenas por seis moradores, uns poucos visitantes e, claro, os empregados, que devem ser mantidos sob controle e controle. São encaminhados para uma entrada especial — a famosa entrada de serviço. Além disso, a aparência errada e que insiste em caminhar 56 pode suscitar dúvidas e reações ambíguas nos empregados, que têm que reproduzir na prática os códigos de classificação de seus pares.

Os condomínios fechados constituem o tipo mais desvelado de moradia para as classes altas em São Paulo hoje em dia. Nesse capítulo, analiso esse novo tipo de residência a partir de uma série de perspectivas interligadas. Primeiro, deixo os condomínios fechados e sua relação tanto com outros tipos de moradia que predomina no passado quanto com outros estilos que produzem segregação social. Depois, analiso os elementos que transformam os edifícios residenciais em segundo lugar, e especialmente os condomínios fechados, em residências de prestígio, segurança, equipamentos de uso coletivo, serviços e socialização. Em terceiro lugar, discuto alguns aspectos problemáticos da vida cotidiana dentro dos muros dos condomínios: a dificuldade de se chegar a regulamentos consensuais e fazer cumprir regras, cujo cumprimento mais dramático é a criminalização de adolescentes, especialmente o vandalismo e os acidentes de automóvel causados por jovens dirigindo sem habilitação. Em quarto lugar, analiso as ambigüidades, contradições e rupturas que esse novo modelo gera na medida em que os moradores da cidade o consideram, em outros espaços, opções de moradia e estilo de vida existentes na cidade. Apesar do novo modelo não ter eliminado todas as outras possibilidades, ele fornece o principal paradigma de distinção em relação ao qual as outras alternativas tendem a ser medidas. Existe hoje na cidade uma estética da segurança diferenciada pelo novo modelo, que simultaneamente cria transformações em todos os tipos de moradia e determina o que confere mais prestígio.

UNIVERSO PRIVADO PARA A ELITE

Os condomínios fechados são a versão residencial de uma categoria mais ampla de novos empreendimentos urbanos que chamamos de enclaves fortificados. Eles estão mudando consideravelmente a maneira como as pessoas das classes médias e altas vivem, consomem, trabalham e gastam seu tempo de lazer. Eles estão mudando o panorama da cidade, seu padrão de segregação espacial e o caráter do espaço público e das interações públicas entre as classes. Os enclaves fortificados incluem conjuntos de escritórios, shopping centers, e cada vez mais outros espaços que têm sido adaptados para se conformarem a esse modelo, como escolas, hospitais, centros de lazer e parques temáticos. Todos os tipos de enclaves fortificados partilham algumas características básicas. São propriedade privada para uso coletivo e enfatizam o valor do que é privado e resiste ao mesmo tempo que desvalorizam o que é público e aberto na cidade. São fisicamente demarcados e isolados por muros, grades, espelhos variais e dentadas arquitetônicas. São voltados para o interior e

não em direção à rua, cuja vida pública rejeitam explicitamente. São controlados por guardas armados e sistemas de segurança, que impedem as regras de inclusão e exclusão. São flexíveis devido ao seu tamanho, às novas tecnologias de comunicação, organização do trabalho e aos sistemas de segurança, eles são espelhos autônomos, independentes do seu entorno, que podem ser situados praticamente em qualquer lugar. Em outras palavras, em contraste com formas anteriores de empreendimentos comerciais e residenciais, eles pertencem não ao seu ambiente imediato, mas a redes invisíveis (Crenshaw e Crawford 1998).¹ Em consequência, embora tenham a ser espaços para as classes altas, podem ser situados em áreas rurais ou na periferia, no meio de áreas ou casas autoconstruídas. Finalmente, os enclaves tendem a ser ambientes isoladamente homogêneos. Àquelas que escolhem habitar esses espaços valorizam viver entre pessoas seletas (ou seja, do mesmo grupo social) e longe das interações indesejáveis, movimento, heterogeneidade, perigo e imprevisibilidade das ruas. Os enclaves privados e fortificados cobrem um relacionamento de negação e ruptura com o resto da cidade e com o que pode ser chamado de um estilo moderno de espaço público aberto à livre circulação. Eles estão transformando a natureza do espaço público e a qualidade das interações públicas na cidade, que estão se tornando cada vez mais marcadas por suspeita e restrição.

Os enclaves fortificados conferem status. A construção de símbolos de status é um processo que elabora diferenças sociais e cria meios para a afirmação de distância e desigualdade social. Os enclaves são literais na sua criação de separação. São claramente demarcados por todos os tipos de barreiras físicas e símbolos de distanciamento e sua presença no espaço da cidade é uma evidente afirmação de distanciamento social. Eles oferecem uma nova maneira de estabelecer fronteiras entre grupos sociais, criando novas hierarquias entre eles e, portanto, organizando explicitamente as diferenças como desigualdade. O uso de muros literais de separação é complementado por uma elaboração simbólica que transforma exclusão, isolamento, restrição e vigilância em símbolos de status. Essa elaboração é evidente nos ambientes imobiliários.

A transformação dos enclaves fortificados em espaços de prestígio criou algumas mudanças importantes nos valores das classes altas. Primeiro, residências coletivas passaram a ser preferidas a residências individuais. Moradias coletivas, como prédios de apartamentos, foram por um longo tempo desvalorizadas em São Paulo por causa da sua associação a cortijos. Até recentemente, as casas eram o paradigma da residência digna e evidência de status social e social. Os valores de privacidade, liberdade individual e família nuclear embutidos na casa privada de sustentaram tanto a guerra contra os cortijos quanto a difusão da casa privada entre as camadas médias-altas. Segundo, áreas isoladas, não urbanizadas e distantes foram transformadas em espaços mais valorizados do que os tradicionais bairros centrais e com boa infraestrutura. Essa mudança requereu a invenção dos

¹ Ver Crenshaw e Crawford (1998) para uma análise de "espaços simbólicos", isto é, os espaços interiores de shopping centers, hotéis, aeroportos etc., que, embora sejam propriedade privada, têm seu público. Eles não demarcam a versão residencial dos castelos.

velores que haviam, privilegiado dos anos 40 até os 80, quando o centro era inconteavelmente associado aos ricos e a periferia, aos pobres. Pela primeira vez, algo como o subúrbio americano tornou-se popular entre a elite, e a distância do centro foi ressignificada para conter tensões em vez de estigmatizá-las.

DE CORTEÇOS A ENCLAVES DE LUXO

Viver em edifícios com várias famílias, compartilhando tanto o uso quanto a propriedade de áreas comuns, não é uma experiência nova para a classe média brasileira. Os condomínios fechados existem desde 1928 em São Paulo. Embora tenha havido um bom tempo para precederem o estigma de cortiço e se tornarem populares entre a classe média, os apartamentos se generalizaram a partir dos anos 70, dados as mudanças nos financiamentos e o boom de construções que se seguiu. Vários elementos, no entanto, diferenciaram os apartamentos das décadas de 70 dos condomínios fechados dos anos 80 e 90. Apesar do antigo tipo de apartamento continuar a ser construído e ter expandido seu mercado até para as camadas trabalhadoras, os empreendimentos mais sofisticados e caros são de um novo tipo. Uma diferença é a localização: enquanto nos anos 70 os prédios residenciais ainda estavam concentrados nos bairros centrais, os condomínios fechados da década de 90 tendem a se situar em áreas distantes. Enquanto os antigos apartamentos integravam a rede urbana, os condomínios recentes tendem a ignorá-la. Segundo, os condomínios fechados são por definição murados, enquanto os edifícios dos anos 70 costumavam ser abertos para as ruas. Embora a maioria desses tenha sido cercada recentemente, o isolamento não era parte de sua concepção inicial, mas sim uma adaptação ao novo paradigma. Terceiro, o novo tipo de condomínio fechado costuma ter grandes (algumas vezes muito grandes) áreas e equipamentos de uso coletivo, enquanto a geração anterior os espaços comuns limitava-se geralmente a garagens, áreas de circulação, piscinas, playgrounds e talvez um salão de festas.¹

Enquanto os condomínios dos anos 70 eram basicamente prédios de apartamentos, nos anos 90 eles podem ser de dois tipos: verticais ou horizontais. Os primeiros são geralmente uma série de edifícios em grandes áreas com vários equipamentos de uso coletivo, e são o tipo predominante em São Paulo. Os últimos consistem em uma série de casas — este tipo predominante nos outros municípios da região metropolitana. As casas são geralmente construídas pelo próprio proprietário, não pelo incorporador, ao contrário do que é a regra nos Estados Unidos. Em consequência, elas não têm um desenho uniforme, embora vários padrões tenham se desenvolvido em torno de certos tipos de equipamentos, como piscinas, áreas de recreio, áreas de churrasqueira, muros e cercas, tamanho da casa e uso (áreas residenciais). Mas eles costumam

a ser condomínios, já que a propriedade e o uso de áreas comuns são compartilhados coletivamente e os moradores têm de obedecer às convenções do condomínio.

Os condomínios fechados brasileiros não são CIDs (common interest developments), mas partilham várias características com os CIDs (common interest developments ou incorporação de interesses comuns) e subúrbios americanos. No entanto, algumas diferenças entre eles são esclarecedoras.² Primeiro, os condomínios fechados brasileiros são invariavelmente murados e com acesso controlado, enquanto nos EUA, os empreendimentos fechados (*gated communities*) constituem apenas cerca de 20% dos CIDs.³ Segundo, os tipos mais comuns de condomínios fechados em São Paulo ainda são os de prédios de apartamentos, e, apesar de poderem ser vendidos como um meio de escapar da cidade e suas peripécias, ainda são mais urbanos do que subúrbios. Os primeiros conjuntos construídos de acordo com o modelo fechado são um bom exemplo. O Ilha do Sul, construído em 1973, é um conjunto de classe média de seis edifícios, cada um com 80 apartamentos de três dormitórios, localizado na zona oeste da cidade (Alto de Pinheiros). Seus principais novinhos eram, de um lado, oferecer comodidades como um clube de mais de 10 mil m² incluindo instalações esportivas, um restaurante e um teatro e, de outro, a segurança: ele é murado e o acesso é controlado por segurança privada. Na época, o crime não era a principal preocupação da cidade, e a prática de controlar a circulação era na verdade tendida por vários grupos. 1973 era o auge da ditadura militar e para muitos qualquer investigação de identidade era vista como ameaçadora. Esse fato indica como o endosseamento foi uma estratégia imobilizadora e de marketing que se tornou dominante nas décadas seguintes. Hoje, os procedimentos de segurança são requisito um tanto ou outro para os tipos de prédios que surgem a ter prestígio. Durante o final dos anos 70 e a década de 80, a maioria dos condomínios fechados construídos em São Paulo eram verticais e localizados no Morumbi, segundo o exemplo do Portal do Morumbi.

Os condomínios horizontais começaram a ser construídos no final dos anos 70, especialmente nos municípios adjacentes à capital na parte oeste da região metropolitana. Eles apresentaram algumas características diferentes em relação aos seus equivalentes americanos. Embora a homogeneidade social seja obviamente valorizada, a homogeneidade do projeto não o é: as casas com a mesma planta e fachada

¹ Ver McKean (1994) para uma análise dos CIDs nos Estados Unidos. Segundo, McKean, os CIDs compartilhavam três características que os distinguem de outros tipos de moradia propriamente ditos em comum: participação obrigatória na associação de moradores e regras rígidas de convívio; reuniões impostas por moradores. Eles podem ser de três tipos: empreendimentos de unidades planejadas (ou PUDs — planned unit developments), que consistem em casas isoladas construídas de acordo com um mesmo plano mestre, em geral nos subúrbios; condomínios, comunitários privados; e cooperativas (ou co-ops), isto é, apartamentos em que os condôminos têm participação coletiva no prédio como um todo em vez de serem proprietários de uma unidade (1994: 19).

² Blachley e Snyder (1997: 7, 180) estimam que 13% de todos os 190 mil associações integrantes do CMI (Community Association Institute) em 1996 eram condomínios fechados. Eles correspondem a mais de 3 milhões de unidades. Não há estatística disponível do número de condomínios fechados em São Paulo.

ção desvalorizadas e pouco comuns. Tradicionalmente, em São Paulo, casas padronizadas têm sido construídas para as camadas trabalhadoras e são caracterizadas não só pela população em geral, como também pelas pessoas que não têm outra opção a não ser viver nelas. Os moradores fazem freqüentes esforços para transformar suas casas e dar-lhes o que chamam de "personalidade", isto é, uma expressão individualista.³

O alto valor ligado a "personalidade" da casa, comprovado por todas as classes sociais, provavelmente explica por que casas padronizadas não são comuns entre a elite. Isso também é provavelmente responsável pelo fato de que prédios de apartamentos também têm de mostrar "personalidade", e os prédios do Movimento exibem uma considerável variação na tentativa de distinguir-se individualmente. Mais importante, no entanto, é que essa reação da homogeneidade arquitetural pessoal que não parte de um mesmo grupo social pode estar relacionada ao fato de que na justificativa ideológica dos condôminos ligados de São Paulo não há nenhuma referência positiva à ideia de comunidade, algo sempre invocado nos empreendimentos americanos. Os condôminos novos são chamados de "comunidades" — como acontece nos Estados Unidos, onde recebem o nome de *gated communities* —, nem são anunciados como um tipo de moradia que possa refletir o valor de se fazer coisas em conjunto. Na verdade, os moradores brasileiros parecem desprezar bastante essa ideia de comunidade. Outro ponto interessante de comparação com os Estados Unidos é o uso de contratos e convenções restritivas (rentistas consentem), embora os condôminos brasileiros tenham necessariamente convenções, e embora elas sejam segregadoras, historicamente não têm sido um instrumento da indústria imobiliária, como é o caso nos Estados Unidos, segundo McKenle (1994, especialmente cap. 2). Somente na última geração de grandes condôminos os incorporadores começaram a incluir suas restrições nos contratos de venda. Nos velhos tipos de prédios de apartamentos, essas eram limitadas à preservação da arquitetura e da fachada, o que é um assunto totalmente diferente em prédios. No caso das casas padronizadas da classe trabalhadora, essas restrições nunca existiram ou nunca foram cumpridas, e modificações constantes são à regra.

O condômino brasileiro dos anos 80 e 90 representa o processo de suburbanização de São Paulo. Esse processo ainda é incipiente se comparado aos Estados Unidos.⁴ Antes dos anos 80, os empreendedores imobiliários agiram como planejadores urbanos privados, isto foi mais evidente na expansão da periferia pobre do que na criação de subúrbios ricos. Até muito recentemente, os casos mais famosos de bairros planejados para a elite eram aqueles projetados no começo do século XX, incluindo Higienópolis, a Avenida Paulista e as famosas cidades-jardim

projetadas nos anos 20.⁵ Essas áreas, no entanto, sempre foram centrais, não havia nenhuma propriedade comum, e as casas eram construídas individualmente. Além disso, embora essas empreendimentos investissem contratos com restrições em relação ao projeto e uso, algumas de suas regulamentações se tornaram a norma, já que foram incorporados ao Código de Obras da cidade em 1929. Hoje eles são regulamentados pelos códigos de zoneamento da cidade, não pelas determinações dos contratos originais.

Os empreendimentos imobiliários para a elite longe do centro da cidade tornaram-se significativos só no final dos anos 70. Foi também nessa época que uns poucos incorporadores começaram a construir algo semelhante às *new towns* e *edge cities* americanas, isto é, áreas suburbanas que combinam empreendimentos residenciais com centros comerciais e espaço para escritórios. Algumas dessas incorporações mais famosas e agressivas em termos de marketing são Alphaville, Aldeia da Serra e Tumbador, nos municípios de Santana do Parnaíba e Barueri, a nova área de incorporação para as classes médias e altas na região metropolitana. Alphaville começou nos anos 70, construída pelos mesmos incorporadores do Ilho do Sol, e que finalmente esgotou outros condôminos baroneiros nas áreas próximas. Construído numa área de 26 km² que se espalhou por dois municípios (Barueri e Santana do Parnaíba), Alphaville é dividida em várias áreas residenciais mudadas — cada uma estabelecida por muros de 1,5 m de altura e muros apenas por uma estrada controlada —, um conjunto de edifícios de escritórios (Centro Empresarial) e um centro comercial ao redor de um shopping center (Centro Comercial). As primeiras partes a serem construídas, em meados dos anos 70, foram o centro de escritórios e duas das áreas residenciais. No início dos anos 90, Alphaville tinha uma área urbanizada de 13 km² e uma população fixa de cerca de 20 mil habitantes. O Centro Empresarial abrigava 360 empresas e o Centro Comercial, 600 empresas. Em média, a população flutuante diária era de 75 mil não-moradores.⁶ Em 1989, 55,4% da receita de impostos de Barueri vinha de Alphaville (Lima e Meyer 1997: 20). A segurança e um dos principais elementos na sua publicidade e uma das principais obsessões de todos os envolvidos com o empreendimento. Sua força de segurança privada tinha mais de 800 homens e 80 veículos no início dos anos 90. Cada unidade (Residência, Centro Comercial e Centro Empresarial) controla sua própria segurança para manter a ordem interna, e existe ainda uma força de segurança comum para cuidar dos espaços públicos (as avenidas e mesmo a estrada que liga a São Paulo).

³ Essas cidades-jardim existem até hoje e originaram a área mais rica do cidade, chamada Jardim. Com suas áreas mais exclusivas, a primeira delas, Jardim Anália, foi planejada na Inglaterra pela firma de Barry Parker e Raymond Lawton.

⁴ Dados do censo de 1990, Tabela 5.A, publicadas no informativo técnico de Alphaville (Jornal de Alphaville, XIV 135, 1991). Nos anos 80 e 90, a população residente no bairro era cerca de 30 mil, e a média de população flutuante, para 80 mil (construção verbal de representantes da construtora).

Aqui, todo dia é domingo.

Costruama, Alfredo, Marília.

Playground, quadras, centros médicos.

Parado se ao fiver a qualquer hora do dia e da noite volta a ser um

prazer plenamente possível e absolutamente seguro no Portal do Mo-

rambi. Polkamento 24 horas por dia. Segurança perfeita na crescente

insurgência da cidade. (O Estado de S. Paulo, 4 de setembro de 1975).

O anúncio sugere um mundo claramente distinguido da cidade ao redor: uma vida de lazer segura, um eterno domingo. Para garantir essa inversão, guardas de proteção 24 horas por dia. Pelo menos dez anos antes de o crime violento aumentar e se tornar uma das principais percepções dos moradores de São Paulo, a insegurança da cidade já estava sendo construída nas imagens das mobilizações para justificar um novo tipo de empreendimento urbano e de investimento. Essa prática persiste até o presente.

Gramia, Jaiirita. Vá lá e more feliz.

3 dormitórios, 2 banheiros, 1.000 m² de jardim, piscina, playground, salão de festas, todos com garagem.

Uma praça e uma praça: você não tem vizinhos altos, longe da poluição ambiental e visual. Sol por dentro, ar puro e muito sônico. Todo o conjunto é envolvido por altas grades protetoras. O ponto das garagens possui guarda de controle. Playground: de liberdade segura, as crianças e paz aos adultos. Status, conforto. Todas as vantagens de um conjunto residencial fechado, com encantos de um clube sofisticado. (O Estado de S. Paulo, 11 jan. 1976).

Fazendo apelo à ecologia, saúde, ordem, lazer e, é claro, segurança, os anúncios apresentam os condomínios fechados como o oposto do caos, poluição e perigos da cidade. Essas imagens são compartilhadas por aqueles que decidem deixar o centro para habitar os novos conjuntos, mesmo que sejam situados em áreas com infra-estrutura precária e que requerem longas horas no trânsito.

21

— Eu sei da Av. Paulista por causa do barulho. (...) Nas fins de semana tinha o movimento de restaurantes, daquilo tudo. Então, não ficando impossível de se mover [...] a circulação de gente durante todo o dia em frente de onde eu moro, era como se fosse o centro da cidade: eram office-boys, aquele movimento permanente, permanente.

Dona de casa, 52 anos, vive no Alvorada com seu marido, executivo numa multinacional, e dois filhos

Isolamento e distância do centro da cidade e sua intensa vida urbana são tidos como condições para um estilo de vida melhor. Os anúncios comumente se referem à paisagem natural dos empreendimentos, com áreas verdes, parques e lagoas, e usam frases com apelos ecológicos. Os condomínios também são frequentemente representados como ilhas isoladas no mar de ares urbanos modernos.

Quem disse que apartamento não combina com natureza? Aqui está a prova em concreto. (...) Um apartamento perfeito, onde você e sua família vão sentir-se em total harmonia com a natureza. 3 dormitórios, sala para 2 ambientes, cozinha e área de serviço espaçosa. Tranquila, acabamento, condomínio cercado por muros e grades de ferro, guarda com portões 24 horas por dia, interfone, garagem. Tranquilidade permanente: o verde à sua volta será permanente, uma vista externa para desmentar os olhos e o espírito. (O Estado de S. Paulo, 12 de outubro de 1986).

Desperce o homem livre que existe em você. Mude para a Chácara Figueira. Aqui você vai poder ser gente a semana inteira e não só no sábado e no domingo. Aqui você vai morar cercado de verde, respirando ar puro. (...) Aqui você vai mudar de vida sem sair de S. Paulo. (...) Segurança total com grades e guarda com interfone. (O Estado de S. Paulo, 22 de janeiro de 1989).

O direito de não ser incomodado. Estamos oferecendo a você um conceito habitacional todo novo e revolucionário. Sobretudo de dois dormitórios. Toda a segurança para você e a tranquilidade para seus filhos. As residências formam um conjunto totalmente protegido por muros. O acesso é permitido exclusivamente aos moradores. A portaria controla tudo. Mas você nunca estará isolado. 5.000 metros quadrados de jardins e áreas de lazer, com duas piscinas. (...) Villa das Mercedes (O Estado de S. Paulo, 6 de janeiro de 1980).

Apenas com "segurança total" o novo conceito de moradia está completo. Segurança significa cercas e muros, guardas privados 24 horas por dia e uma série infindável de instalações e tecnologias — guardas com binóculos e telefones, portas duplas na garagem, monitoramento por circuito fechado de vídeo etc. Segurança e controle são as condições para manter os outros de fora. Para assegurar não só exclusão mas também "felicidade", "harmonia" e até mesmo "liberdade". Relacionar a segurança exclusivamente ao crime é ignorar todos seus outros significados. Os novos rituais de segurança não só diferenciam proteção contra o crime, mas também criam estratégias segregadas nos quais a exclusão e solidão se rigorosamente praticam. Elas asseguram "o direito de não ser incomodado", provavelmente uma alusão à vida na cidade e aos encontros nas ruas com pessoas de outros grupos sociais, marginalizados e sem-voz.

Além de serem distantes, segregados e seguros, supõe-se que os condomínios fechados sejam universos autossuficientes. Os moradores desistem de seu direito que se tudo o que precisam para que possam evitar a vida pública da cidade. Para tanto, os equipamentos de uso coletivo que transformam muitos condomínios em sofisticados clubes.

Veterville 4 — um Alphaville — adequa-se para problemas atuais

(...) Vista para dois lagos e bosques. Respire também! Densidade de po-

pulção bem reduzida. Conveniência sem inconveniência, centro de convivência completo e hiperlatino. Vale a pena conhecer: 4 pontos (a grande, a segunda, a infantil e a de choque térmico e bidetomassagem). Bar aquático. (...) Saunas. Salão de ballet, esgrima e ginástica. Sala de bronzeamento e massagem. Vestiário completo. Minidrapageur com biquinho, revistas, tabacaria, etc. (...) Programa diário de atividades orientadas para crianças, esportes, biblioteca, hora, criação de pequenos animais etc. Uma administração independente: totalmente desconectada do convencional, criando serviços novos, surpreendentes e inovadores, como: assistência especial às crianças (...), serviço opcional de faxinares, serviço opcional de suplenimentos: você terá quem faça suas compras de supermercado. Serviço de lavagem de carro. Transporte para os demais bairros de São Paulo. Segurança absoluta, inclusive eletrônica. 3 suites mais escritório e 3 garagens. 420 m² de área total. (O Estado de S. Paulo, 4 de outubro de 1987).

Apesar do marketing bastante das numerosas instalações para uso comum, em todos os edifícios e condomínios em que fiz pesquisas seu uso é muito baixo, com exceção dos *playgrounds*. Talvez isto reflita como os moradores se sentem pouco à vontade com a ideia de partilhar um espaço residencial, uma coisa que os analistas tentam rebaixar sugerindo que a sociabilidade seria possível "sem inconveniência" e que a densidade da população é baixa. O pouco uso das áreas comuns poderia também indicar que a presença de todas estas instalações — algumas delas bastante luxuosas — é mais uma marca de status do que uma condição necessária para uma vida cotidiana mais gratificante. Em outras palavras, estas instalações parecem ter a ver mais com o ornamento do que com um novo padrão de sociabilidade entre vizinhos ou com novos conceitos de vida privada. Se as crianças podem desenvolver sua sociabilidade nos condomínios, mas mesmo isto parece não sobreviver depois que elas desenvolvem outras relações em suas escolas particulares ou nos clubes que as famílias não deixam de frequentar.

Além dos equipamentos de uso coletivo, os condomínios fechados de São Paulo oferecem um amplo leque de serviços: psicólogos e psicólogos de ginástica para cuidar da recreação das crianças, aulas de todos os tipos para todos os idades, esportes organizados, bibliotecas, jardins, cuidado de animais de estimação, médicos, centros de mensagens, comida congelada, administração doméstica, costureira, pessoal de limpeza, manicure, lavanderia, transporte e empregados para fazer as compras de supermercado. Se a lista não corresponde aos seus sonhos, não há por que se preocupar, já que "tudo o que você quiser" também entra na lista dos serviços.

Não é só nos grandes condomínios que os serviços imperam. Um dos tipos de moradia que estão ficando cada vez mais populares entre a classe média são os "flats". Em geral, são apartamentos pequenos (com um ou no máximo dois dormitórios) em prédios que oferecem todos os serviços de um hotel. Em razão de sua popularidade, o preço por metro quadrado dos apartamentos de um dormitório tem sido mais alto do que em apartamentos de quatro dormitórios (Frankfurt 1994: 4).

A expansão dos serviços domésticos não é algo exclusivo do Brasil. Como mostra Sassen (1991: caps. 1 e 8), nas chamadas cidades globais, a expansão dos segmentos de alta renda exige um aumento de empregos de baixa remuneração: *proppers* e trabalhadores pobres migrantes dependem uns dos outros. Qualquer análise do lado afluente de Los Angeles revela a presença de um *hidden* número de imigrantes trabalhando como empregadas domésticas, babás e faxineiras para manter o luxuoso estilo de vida das casas protegidas por serviços de segurança armada (ver, por exemplo, Kelly 1991). Em São Paulo, no entanto, os serviços domésticos em condomínios fechados são a versão anual de um antigo padrão. Os serviços são uma obsessão entre as classes médias e altas brasileiras. Uma das razões mais comuns que as pessoas dão para justificar a mudança para um prédio de apartamentos é a impossibilidade de encontrar "bons serviços" ou seja, basicamente a impossibilidade de ter empregadas que durmam no emprego e tenham conta de casa e das crianças. Elaborando esse tema, o anúncio de um apartamento no *Observador* usou como ilustração a foto de uma mulher negra gorda e sorridente — o estereótipo da boa empregada, com sua alusão à imagem de uma escrava — usando uniformes e segurando um espaldador. Ela dizia:

Um apartamento onde não falam bons serviços para sua família viver tranquila. O perfeito apartamento que já vem com serviços. (O Estado de S. Paulo, 12 de outubro de 1986).

Ao mesmo tempo em que os serviços oferecidos pelos condomínios criam um padrão brasileiro de ter empregados domésticos, eles introduzem importantes mudanças. Um exemplo no qual "administrações diferentes e independentes" oferecem vários tipos de serviços é bem distinto das antigas relações personalizadas do trabalho doméstico. As tarefas no novo contexto são oferecidas como múltiplos serviços temporários, em lugar da antiga relação mais permanente e individualizada com pessoas que moravam na casa (por exemplo, uma pessoa que prepara comida congelada uma vez por mês em vez de uma cozinheira, ou uma faxineira que trabalha uma vez por semana em vez de uma que mora na casa). Muitas vezes, os novos serviços são gerenciados pela administração do condomínio e não mais através do relacionamento pessoal entre o empregado e a família (normalmente a dona de casa). Essas mudanças tornam o fornecimento de serviços formal e impessoal, mas sem afetar necessariamente a natureza das tarefas que as classes médias e altas pagam ou não para desempenhar.¹¹

¹¹ Essas mudanças já podem estar refletidas nos novos dados sobre a força de trabalho. De 1980 a 1991, o setor de serviços domésticos da força de trabalho urbana diminuiu — 0,3% por ano na cidade de São Paulo, enquanto todos os outros setores do setor aumentaram. Os serviços pessoais e os serviços de consumo e manutenção aumentaram 3,1% e 4,2% no ano. Isso pode indicar uma mudança na maneira pela qual os serviços são executados em vez de uma dissolução do uso de serviços domésticos. Por exemplo, serviços de limpeza foram por empregados de uma empresa, não são caracterizados como serviços domésticos, mesmo quando fazem parte da casa, não sendo serviços de manutenção e consumo. Lane e Meyer (1997: 66).

Além dessas mudanças nos serviços mais tradicionais, houve a criação de outros novos, o mais óbvio deles sendo a segurança privada (ver capítulo 5).¹⁴ Nos condôminos esse serviço combinava novos e antigos padrões. Embora nos últimos anos a indústria de segurança privada tenha crescido consideravelmente, na maioria dos condomínios a que tive acesso esses serviços assumiam a forma de "segurança orgânica", isto é, guardas contratados diretamente pelo condomínio, com frequência sob a tutela de outros serviços (como limpeza, por exemplo) ou sem um contrato legal de trabalho. Muitos dos guardas de condomínios não têm tratamento formal para o trabalho e estão trabalhando em condições legais limitadas ao máximo, desempenhando serviços particulares em suas horas de folga e usando armas de polícia. Mesmo assim, a existência de um mercado oficial de serviços de segurança — regulado por uma lei federal, com cursos de treinamento e obrigações trabalhistas — enquadrada a relação de trabalho em termos bem diferentes daqueles do mercado tradicional de serviços domésticos, isoladamente atendendo em acordos pessoais, e introduzindo novos problemas e preocupações. O caráter dubio dos acordos trabalhistas também está se tornando uma fonte de grande ansiedade em algumas circunstâncias. Por exemplo, os moradores têm dificuldade em despedir guardas com quem têm alguma conexão verbal, mas que aprendem muito sobre seus hábitos e poderiam usar seu conhecimento contra eles ou trabalhar com criminosos para diminuir seus antigos padrões.

Os novos tipos de serviços não faziam desaparecer as tradicionais empregadas domésticas ou os contratos de trabalho negociados pessoalmente e verbalmente, mas o enquadramento desses relações mudou. Em muitas residências de classe média, o espaço para as empregadas diminuiu, e muitas famílias já não podem mais pagar por elas (sem falar de dias ou três empregadas, algo que era comum entre a classe média uma geração atrás). De outro lado, o serviço doméstico agora é regulamentado por lei. A Constituição de 1988 estende aos empregados domésticos os benefícios da lei trabalhista (férias remuneradas, uma folga remunerada por semana, décimo terceiro salário, previdência social, jornada de oito horas e pagamento de horas extras). Como seria de esperar, a reestruturação dessa lei trouxe e trouxe casuísticas para passar por cima dela e contratar múltiplos serviços permanentes em vez de uma empregada fixa. Em geral, as empregadas sob acordos permanentes estão se recusando a trabalhar sem um contrato e estão aprendendo a ir até a justiça do trabalho, que é proveitosa para o único ramo do sistema judiciário do Brasil que pode beneficiar trabalhadores. No entanto, o cumprimento da limitação de horas de trabalho continua a ser amplamente desrespeitada, em especial no caso das empregadas que dormem no emprego, e os contratos não são atendidos nos trabalhos irregulares (diários, por exemplo). Empregados domésticos contratados por administração do condomínio continuam ter contratos formais e de acordo com a legislação.

A situação especial dos empregados e serviços em edifícios sempre foi um problema para a classe média. As soluções variam, mas uma das mais emblemáticas

refere-se às áreas de circulação de prédios de apartamentos. Apesar de muitas mudanças recentes, a tendência de separar as entradas e os elevadores em "social" e de "serviço" parece inabalada: espera-se que pessoas de diferentes classes sociais não se misturem ou interajam nas áreas públicas dos edifícios, ainda que essa separação seja agora legal.¹⁵ A classe média pode rememorar a sua casa, pode alugar ou ter a casa central da cidade, pode mudar-se para espaços maiores do que aquelas da época acomodada e pode ter muitos empregados domésticos, mas não abdicar da separação especial entre suas famílias e as pessoas que lhes prestam serviços. Algumas vezes a distinção parece ridícula, porque os dois diretores ou porteiros são colocados lado a lado. A medida que o espaço diminui e as soluções laborais se afastam, os apartamentos que têm áreas de circulação totalmente independentes capitalizam nesse fato ao anunciar "hall social independente do hall de serviço" (ver exemplo, *O Estado de São Paulo*, 24 de janeiro de 1985). A distinção de separação física como uma forma de prestígio de classe.

As áreas de serviço também mudaram recentemente. Os espaços para quarto e banheiro de empregada, lavanderia e copa têm diminuído consideravelmente em razão dos altos custos (isto é, áreas normais eram badaladas e com muito esquadrejamento) e soluções como lavanderia coletiva no térreo e vestiário coletivo para empregadas que não moram com a família estão começando a aparecer em algumas das incorporações mais recentes. (O banheiro separado da empregada em cada apartamento, tão comum, continua a aparecer mesmo nas menores plantas.) Em prédios para a classe alta, a existência de dois ou três quartos de empregada é anunciada como parte das luxuosas instalações do apartamento. O motivo é que, enquanto situações semelhantes a essas em outros países resultaram na redução de empregados domésticos, no desenvolvimento de máquinas para serviços domésticos e no maior envolvimento de todos os membros da família nas tarefas domésticas, em São Paulo inventaram-se soluções engenhosas que permitem manter praticamente inalterado o conceito tradicional de serviço doméstico — sem falar da divisão de gênero das tarefas domésticas.¹⁶

A medida que o número de trabalhadores por condomínio aumenta, que os trabalhos domésticos mudam de caráter, que os "serviços domésticos" proliferam para as classes média e alta, que não podem passar em cima dos mecanismos de controle se diversificam. Quando as "administradoras civis" dos novos edifícios tomam conta do gerenciamento do trabalho, elas podem impor formas mais estritas de controle que, se adotadas numa interação mais pessoal entre empregadas domésticas e as famílias que os contratam, poderiam criar relacionamentos difíceis impossíveis. Esse controle mais "profissional" pode ser anunciado como um novo serviço.

14 Em 1995, a cidade de São Paulo passou uma lei proibindo qualquer tipo de discriminação no uso de elevadores. Embora todos os elevadores tenham uma câmara de segurança entre o social e o de serviços construída a ser observada. Ver Falcão (1995: 123-31). Para um análise do sistema de segurança especial nos apartamentos modernos permitido por *O Estado de São Paulo*.

15 Para uma discussão interessante de como a profissionalização das mulheres de classe média e alta tem sido pouco representado na organização da vida doméstica, ver Raballín (1997).

O programa publicitário para a televisão transmitido em São Paulo pela Rede Manchete no sábado, 16 de outubro de 1993, explicitamente lucrava ao conectar com o modelo dos EUA, assim como algumas peculiaridades locais. O programa combinou cenas das *edge cities* dos EUA (Rexona, Virginia e Columbia, Maryland)¹⁹ e dos três empreendimento sendo anunciado em São Paulo, Caranau — falado em inglês com legendas em português — descreveu as *edge cities* como a forma predominante do crescimento urbano atual e usou Los Angeles e seus múltiplos eixos como exemplo. Havia interessantes diferenças na forma como o programa apresentou as *edge cities* brasileiras em comparação com as americanas. Moradores de enclaves em ambos os países foram entrevistados na frente de piscinas, lagoas e áreas verdes, enfatizando tanto o caráter luxuoso quanto o santuário dos moradores. No entanto, se as *edge cities* americanas têm muros externos, controles de entrada, e pessoal de segurança, eles não foram mostrados. No caso paulista, no entanto, eles são cruciais e foram enfatizados. A única cena aérea, o programa mostra uma cena filmada de um helicóptero o pessoal da segurança perdoando o condomínio brasileiro intercessor um "véículo suspeito" — uma Kombi — fora dos muros, eles revisaram fisicamente os ocupantes, que são forçados a colar os braços para cima contra o automóvel. Embora seja ilegal para um serviço de segurança privado realizar em uma rua pública esse tipo de ação, isso, junto com cenas de visitantes apresentando documentos de identificação nos portões de entrada, assegura aos moradores ricos (e espectadores) que prestos "suspeitos" (pobres) serão mantidos a distância e sob controle. Outra cena reveladora é uma entrevista em inglês com um morador de uma *edge city* americana. Ele fala como uma das principais razões para se mudar para lá o fato de que quer viver numa comunidade realmente integrada. Essa observação é suprimida nas legendas em português e substituída pela formulação de que sua comunidade tinha "muitas pessoas interessantes". Em São Paulo, a ideia de uma comunidade realmente integrada põe em risco todo o negócio.

Importante, modelos de Primeiro Mundo e usáveis para vender todo tipo de mercadorias é obviamente uma prática comum em países de Terceiro Mundo. O paralelo entre os exemplos brasileiros e americanos sugere que, embora o grau de segregação varie, ele ainda usa dispositivos semelhantes em ambos os casos. Colocados lado a lado com os casos americanos, os métodos brasileiros de segregação (muros altos, guardas armados por todos os lados, controle ostensivo dos portões) parecem óbvios e exagerados. Contudo, eles revelam de modo caricatural algumas características do modelo americano original. A questão da segregação racial também oferece um contraste interessante. Apesar de a integração racial como algo positivo num CID americano e algo arduo, dada a longa história de conflitos raciais e segregação racial nessa forma de moradia nos Estados Unidos (cf. McKim

1994, especialmente cap. 2). No Brasil, isso seria impossível, dada a estrutura tradicional das relações raciais que faz com que a questão não seja nunca mencionada. Como na vida cotidiana, o anticoncepcional simplesmente atende a repressão racial e como se isso não fosse um problema, os negros continuam a ser assediados e marginalizados para a estada de serviço.

MANTENDO A ORDEM DENTRO DOS MUROS

O ideal do condomínio fechado é a criação de uma ordem privada na qual os moradores possam evitar muitos dos problemas da cidade e destruir um estilo de vida alternativo com pessoas do mesmo grupo social. O anúncio de um empreendimento de luxo no Morumbi torna essa concepção inconformavelmente clara. Chamado de Place des Vogues, ele é uma réplica da famosa praça parisiense. Suas apresentações malucas têm quatro dormitórios e 268 m² (além de quatro parques e áreas externas para um uma área total de 539 m² por unidade) e custam US\$ 476 mil. Em 1993, quando a construção começou, foi anunciado, com frases: "Condomínio Place des Vogues. Outro igual a esse só em Paris" (O Estado de S. Paulo, 17 de outubro de 1993). Os anúncios do empreendimento se concentraram nas similaridades entre os dois até 1996, quando começaram a destacar as diferenças (ver Figura 1). A nova propaganda mostrava uma fotografia da praça parisiense e um desenho do enclavo do Morumbi e anunciava: "Place des Vogues. A única diferença é que a de Paris é pública. E a sua é particular" (O Estado de S. Paulo, 15 de março de 1996).

Embora os novos enclaves valorizem o universo privado e rejeitem a cidade e seus espaços públicos, organizar a vida em comum dentro dos muros dessas áreas residenciais coletivas tem se mostrado bastante complicado. Muitas pessoas que entrevistamos nos condomínios concordam que eles resolvem a maioria dos problemas associados ao mundo externo, mas estão continuamente enfrentando conflitos internos. Eles sentem que os condôminos de luxo são egoístas, se com isso se quer dizer que são capazes de evitar o crime e coexistir relativamente pacificamente. No entanto, a vida entre iguais parece estar distante do ideal de harmonia que alguns ambicionam conseguir.

Igualdade social e uma comunidade de interesses não constituem automaticamente as bases para uma vida pública. Concordar a respeito de regras comuns parece ser um dos mais difíceis aspectos da vida cotidiana nas residências coletivas. Além disso, mesmo se se concordar com as regras, faz-las cumprir pode ser difícil, especialmente no caso de crianças e adolescentes. O problema contra dois condôminos e edifícios parece ser como funcionar como uma sociedade com algum tipo de vida pública. Muitos moradores parecem tentar todo o complexo como casas particulares onde podem fazer o que lhes der na cabeça. Eles interpretam liberdade como sendo uma ausência de regras e responsabilidades em relação aos vizinhos.

Novamente é revelador fazer algumas comparações com os enclaves americanos. Nos Estados Unidos, "community" é uma designação comum para condomínios de vários tipos. Em São Paulo, os empreendedores imobiliários não vêem a

¹⁹ Embora não "cidades novas" (*new towns*), construídas e financiadas privatamente e entre as maiores desse tipo de empreendimento (McKenney 1994, 1996). Nos anos 90, contudo, ambas foram assediadas à construção da Grande Washington. Elas não podem ser consideradas exemplos típicos das *edge cities* dos anos 90.

Para os Vizinhos, A única diferença é que a do País é pública



E a sala é particular



4 Sala, 418 (Gargara, 270 a 400 m²) Vendas
E uma peça pronta de 15 x 40 m² metral



De 15 metros, 150 metros, 150 metros, 150 metros



Figura 1: Anúncio do condomínio fechado *Pais do Vizinho*, publicado em O Estado de S. Paulo, 15/03/1996, p. A16.

Teresa Pais do Rio Chelima

si mesmos como "community builders", e os anúncios não apresentam os condomínios fechados como um novo tipo de vida comunitária, mas apenas como um local de moradia para grupos sociais homogêneos. Em outras palavras, os anúncios não enfatizam uma comunidade de valores e interesses partilhados, não tentam criar nenhuma sensação de pertencimento a uma comunidade e não apêtem para a importância de um espaço que possa facilitar interações face-a-face. Para os empreendedores imobiliários brasileiros e seus clientes, as vantagens da homogeneidade social não implicam o desejo de uma socialidade local. Embora o anúncio de Blachly e Snyder (1997), especialmente o cap. 6) sobre comunidades fechadas (*gated communities*) nos EUA, revele que os moradores têm pouco interesse em se envolver com uma socialidade local e com atitudes coletivas, e embora o nível de participação em associações de moradores seja baixo, a referência à comunidade é para um recurso retórico para vender condomínios fechados quanto um critério ideológico para avaliar a vida dentro dos muros.²⁰ A seguir, citarei a vida comum dentro dos muros, mas não por deixar de criar um senso de comunidade. Como os condomínios por não criarem uma vida pública regulada por princípios democráticos, respectabilidade pública e estabilidade.

Uma segunda diferença importante entre os condomínios brasileiros e os americanos, e que também revela os problemas para construir uma vida pública e democrática nos condomínios de São Paulo, refere-se às regras internas e às formas como elas são aplicadas. Todos os condomínios paulistas têm convergências, algumas delas, porém, pelas incorporadoras, algumas pelos moradores. Elas são um tema frequente de debate em reuniões de condomínio e constantemente estão sendo reavaliadas. Fazer cumprir as regras escritas nessas convenções é um grande problema. Todas as disputas tendem a ser tratadas como um assunto privado entre os moradores. Se em casos extremos a disputa chega até o sistema judiciário (normalmente em casos de não-pagamento das taxas de condomínio ou quando é preciso forçar um morador a reparar danos em sua unidade que afetem outros moradores), ao contrário dos Estados Unidos, onde o apelo ao judiciário é amplo. Em outras palavras, embora tanto no Brasil como nos Estados Unidos (McKenzie 1994: 12-23) as disputas entre moradores de condomínios sejam muito comuns, em São Paulo elas tendem a ser tratadas de forma privada e não como questões de interesse público ou da lei. As reuniões de condomínio são também arenas do conflito, embora discussões entre vizinhos sejam também muito comuns. Muitos observação de várias reuniões em diferentes condomínios revelam que os conflitos e agressões eram notoriamente

20 O livro de Blachly e Snyder (1997) avalia a vida dentro das *gated communities* em relação a uma ideia de comunidade defendida por dois críticos: as associações de proprietários e gestãoção pública (capítulos 2 e 6). Comparando com moradores dos subúrbios um tratamento autoritário e ideológico a uma vida comunitária idealizada de "decisão passada" — batizada aqui as pessoas se conhecem e criam uma das outras" (1997) 166). Esses autores criticam as comunidades fechadas não pela separação que elas podem impor, mas basicamente por falharem em produzir boas comunidades. Seu conselho para a substituição de paredes tem como objetivo proporcionar a criação de "comunidades melhores" e locais resistentes de "revolucionários" e "espaço defensivo" (cap. 8).

interior no processo de se tomar a maioria das decisões. As pessoas podiam chegar a ser desagraviadas e desculpadas se era impossível impor sua vontade. Embora se espere que todas as decisões de condonando sejam tomadas, as discussões podem durar horas antes que se decida votar, pois as pessoas preferiam tentar convencer umas às outras e não penalizar suas opiniões.

O desconforto com procedimentos democráticos como o voto ou o respeito a opiniões contrárias não ocorre apenas nas camadas altas. Estudos sobre os movimentos sociais da classe trabalhadora observaram desconfortos similares (por exemplo, Calderia 1987 e 1988). Nesse contexto, eles eram expressos numa preferência ideológica pelo consenso (cuja origem podem ser relacionadas a organizações marxistas) e numa rejeição do modo de comunidade que não é muito comum na vida política brasileira. Vários movimentos, especialmente aqueles organizados pela Igreja Católica sob a forma da Comunidade Eclesial de Base (CEB), organizam-se com base na ideia de que representam uma comunidade local de pessoas mutuamente iguais, quando as diferenças emergem, devem ser resolvidas de modo a manter a força da comunidade política (Durham 1984). Uma das principais ideias que revelam as dificuldades em criar e respeitar regras comuns é o comportamento dos adolescentes, especialmente os rapazes. O monitor encarregado da segurança em um dos condomínios (um executivo de nível intermediário casado com dois filhos) começou sua entrevista dizendo:

72

— O que mais nos irrita é a segurança interna, são nossos filhos. A questão da segurança externa já foi resolvida há muito tempo.

A associação dos problemas centrais dos condomínios com "nossos filhos" expressa uma opinião generalizada, que me foi repetida por duas pessoas encarregadas de organizar a segurança, vários moradores e um síndico. Os filhos praticados por "nossos filhos" variam, indo desde pequenos surtos ou de atos de vandalismo contra as instalações coletivas (sendo o mais comum deles a destruição de extintores de incêndio) ao consumo de drogas. Um dos problemas mais comuns e provavelmente aquele com consequências mais sérias é o aumento do número de acidentes de automóvel causados por adolescentes sem habilitação para dirigir. O número de adolescentes das camadas altas que dirigem antes dos 18 anos aumentou consideravelmente na última década, muitas vezes com a facilitação dos pais (ver citações 3.22 e 3.23). Para a elite brasileira, não só é fácil desobedecer à lei, como algumas práticas ilegais podem se converter em moda. Uma das razões pelas quais isso acontece é que ninguém é processado se for pegado dirigindo sem habilitação, ou mesmo se for envolvido num acidente. Segundo a lei, os pais são responsabilizados pelo comportamento de seus filhos menores, mas os casos de cumprimento da lei são raros, mesmo em relação a acidentes e mortes.¹¹

¹¹ Um caso hediondo ocorreu em Brasília em agosto de 1996. Um jovem dirigindo um veículo ultraveloz em alta velocidade atingiu e matou um trabalhador que saía da estrada.

Dentro dos condomínios, o desrespeito à lei é quase uma regra. As pessoas sentem-se mais livres para desobedecer à lei porque estão em espaços privados dos quais a polícia é mantida afastada, e porque encaram as suas atos complexos como extensões de seus quintais. Na verdade, quando as pessoas têm maiores chances de intervir publicamente, a responsabilidade pública e o respeito pelas regras de outras pessoas, é improvável que tenham a adquirir essas noções dentro dos condomínios.

Pelo contrário, a vida dentro dos universos privados se constitui para eles quer quer ainda mais suas noções de responsabilidade pública. Se o trânsito em geral é mantido por um desrespeito aos regulamentos, a situação dentro dos condomínios atingiu níveis absurdos. O caso de Alphaville, sobre o qual obtive estatísticas, exemplifica isso de forma dramática. Entre março de 1989 e janeiro de 1991, a polícia registrou 546 acidentes de automóvel, 925 feridos e 6 mortos em Alphaville. Oitenta por cento dos acidentes aconteceram dentro das áreas residenciais, ou seja, dentro dos muros e nas ruas particulares às quais só os moradores e seus visitantes têm acesso. A maioria dos acidentes foi causada por adolescentes e a maioria das vítimas eram ou crianças ou adolescentes que brincavam nas ruas (so uma das pessoas que morreram tinha mais de 18 anos).¹² Apesar de o número ser extremamente alto, tem sido impossível controlá-lo. A dificuldade está associada, por um lado, à "permissividade" de alguns pais, que continuam a entregar os automóveis a seus filhos, e, por outro, ao fato de que os moradores preferem manter a política do lado de fora dos seus muros; assim, os encarregados de manter a ordem interna não os empregados dos condomínios e guardas privados. Os adolescentes das classes altas tratam essas seguranças como seus empregados e se recusam a obedecê-los: eles simplesmente ignoram as regras de origem humilde de serem detidos por seus pais se incidirem em incorrimentos com seus regulamentos. Isso acontece tanto em relação a girar quanto ao consumo de drogas. Embora não se dispense de estatísticas, em várias entrevistas os moradores clamaram a atenção para o fato de que as drogas são comuns dentro dos condomínios. (O mesmo vale para o caso das escolas particulares de elite.)¹³

Eu não posso nem precisar nenhuma coisa à vista. No dia seguinte, soube-se que o motorista do filho de Odair Klein, na época ministro dos Transportes. O pequeno acidente ocorreu no momento do acidente. Quando isso se tornou público, o ministro veio de repente, mas não veio para se desculpar nem pedir desculpas. A filha Maria Luísa Lobo Araújo, conhecida em Brasília por ser terapeuta com vários seguidores, pediu desculpas, dizendo não se lembrar. Klein por não poder recusar a vítima argumentando que "como o pedreiro lá estava morto, ele não precisava de ajuda" (O Globo, 21 de janeiro de 1997, pp. 2-9). Além disso, ele impediu o processo contra Klein baseado em alguma espécie de privilégio por não poder suspender julgamentos de crimes em que a pena prevista é de menos de um ano de prisão.

¹² "Alphaville: vive a lei de Tóth Pezão", em debate sobre drogas e violência, *Revista de 3. Junho*, 10 de abril de 1991. Os ministros estão provavelmente sobrecarregados, já que os ministros não têm interesse em pedir ajuda à polícia ou em reduzir crimes que ocorrem dentro de seus muros.

¹³ O consumo de drogas é um problema persistente tanto nas escolas particulares como nas públicas. As últimas, especialmente aquelas que ficam em bairros pobres de periferia, são especialmente como locais de tráfico de drogas. Poder-se-ia esperar que as escolas particulares das camadas altas fossem capazes de controlar a polícia, mas isso não tem acontecido.

destigmatização da família. Dos representantes dos incorporadores à associação de mães e à polícia, todos concordavam que a origem dos problemas com os adolescentes era "a falta de amor e de exemplo". A principal solução proposta foi mais amor e controle, famílias mais fortes e mais controle, isto é, uma solução de acordo com as concepções de senso comum sobre como evitar a difusão do mal (capítulo 2). Não se primou em discutir a questão em termos de uma ordem pública ou responsabilidade pública. O juiz Máximo Cassava Neto, dirigindo-se aos moradores numa reunião logo após os acontecimentos de fevereiro, colocou as coisas da seguinte maneira:

Não quero transformar isto em uma Gesteira, mas vocês devem acompanhar o dia-a-dia de seus filhos. Na categoria dos traficantes, eles são o mercado consumidor. Vários ninar protegem nossos filhos. Fiquem mais tempo com eles. A prevenção começa dentro de casa. (...) Vocês sabem com quem eles andam? Quando vocês os beijam na última vez? [Risos de S. Paulo, "Alphaville vive via de Twin Peaks em debate sobre drogas e violência", 10 de abril de 1991]

Em outras palavras, os problemas são domésticos e devem ser resolvidos internamente. Se o controle interno (doméstico, privado) fosse reforçado, as leis da sociedade não seriam de invadir. Essa noção é tão arraigada que, associada à desconfiança generalizada em relação à polícia, faz com que ninguém pense que ela poderia fazer cumprir a ordem pública dentro do condomínio. A polícia deveria apenas manter os tratamentos de drogas, esurriadores e assassinos longe dos muros (isto importando que métodos usasse para isso). Os representantes do poder público finalmente vieram ao condômino, clamando pelas mães, mas apenas para aconselhá-las. O mesmo juiz, no entanto, parece estar ciente de quão paradoxal é a situação. No mesmo discurso, ele disse:

Parece que há outras leis por aqui. Comecei a dizer que a proteção dos jovens infantes e os eternos não paravam. Um guarda manteve porque também em juízo, outro era primo de juiz, outro era prefeito, outro ainda se primo de desembargador, só faltavam faltar que eram irmãos do Romeu Tuma e da ministra Zélia Cardoso de Mello. [Risos de S. Paulo, 10 de abril de 1991]

Ele foi apunhado. Não obstante, o episódio apenas exemplifica a reprodução do status quo: a criação de regras privadas, a manipulação privada da ordem pública que é possível para aqueles que são membros da elite, e o não-cumprimento da lei — na verdade, o juiz apenas antecipa os pais com a ideia de que precisaria cumprir a lei!

Este caso revela a complexidade das relações entre os domínios público e privado na sociedade brasileira, que é marcada por uma inerte desigualdade social e a tendência a explicitamente desvalorizar a esfera pública. Isso acontece não só devido à proliferação de enclaves privados, mas também porque os espaços que

compartilham ser públicos e nos quais manifestam-se um certo respeito pelo interesse coletivo estão sendo privatizados. A medida que os parques públicos são cercados, ruas são fechadas por correntes e controladas por guardas particulares, e bairros são transformados em enclaves fechados com a ajuda da administração municipal, a possibilidade de tratamentos justos relativamente aos enclaves públicos é cada vez menor. Embora o Brasil sempre tenha sido uma sociedade desigual, a privatização da esfera pública que vem descobrindo é algo novo, e a tendência a criar ilhas particulares de privilégios parece ter se fortalecido.

Os moradores da City Boqueira — uma área de casas de classe média e alta em Alto de Pinheiros — estão tentando chegar a um consenso para solicitar à União (o órgão municipal que trata de problemas urbanos e autoriza os fechamentos de bairros) a construção de barreiras nas ruas que levam ao bairro. Neste caso, o crime não é a razão principal, já que eles consideram seu sistema de segurança privada eficiente. Seu problema é que um novo parque municipal está sendo construído nas proximidades e eles querem impedir que seus frequentadores enchem suas automóveis nas ruas do Bosque. De acordo com o presidente da associação de bairro, o fechamento e a única maneira de livrar os moradores desse "problema" as Air recentemente, no entanto, as ruas ainda eram consideradas espaço público, mesmo pela elite. Por exemplo, um dos bairros mais ricos da parte central de São Paulo, o Pacaraim, desenvolveu-se nos anos 30 sob a inspiração do modelo de cidade-jardim e tem em sua área central o estado municipal de futebol. Até hoje, os moradores de residências de luxo nunca fecharam as ruas aos automóveis de dezenas de milhares de pessoas que comparecem aos jogos e a outros eventos toda semana (de concertos de rock a encontros religiosos). Tampouco os moradores do Morumbi, que vivem em torno do maior estádio de futebol da cidade, construído nos anos 60, fizeram isso. Talvez des tenham no futuro e quem sabe a administração da cidade os ajude nesse sentido, como fez a administração do PT no início dos anos 90. No entanto, o fato de que isso não tenha sido um problema antes é uma indicação da extensão das transformações.

Todas essas tendências em direção à privatização e à redução da ordem pública tornam-se especializadas visíveis durante o período de consolidação do regime democrático. Fazem parte do projeto de democratização o estado de uma elite na política mais igualitária e, de fato, de expansão a cidadãos políticos das camadas trabalhadoras que, através de seus movimentos sociais, põem primeira vez participaram realmente da vida política brasileira. Assim, é possível interpretar a redução da elite para enclaves privados como uma forma de resistência à democratização.³² No entanto, processos semelhantes de privatização ocorrem em outras

³² "Gestão reclusiva: guerra feroz nas ruas", *O Estado de S. Paulo*, 18 de julho de 1991.

³³ Essa democratização não foi atenuada sem problemas. Na verdade, ela tem sido bastante limitada em várias áreas, especialmente em relação ao que chamamos de componentes civil de cidadania (Holsman e Cidreira 1996). Apesar disso, a democracia, especialmente a democracia política, se espalhou nos anos 80, mostrando uma mensagem que vários setores da elite interpretam como ameaçadora.

partes do mundo — como os Estados Unidos, onde há uma democracia consociada — derivem nos últimos sobre os limites dessa interpretação. A comparação sugere, no entanto, que se a questão não for a democratização política, pode ser a inclusão de pessoas anteriormente excluídas ou marginalizadas, tanto política como socialmente. Nos EUA, por exemplo, a evasão dos brancos para os subúrbios nos anos 60 e 70 e para as comunidades fechadas nos anos 90 pode estar ligada à relativa expansão dos direitos de cidadania da população negra e à incorporação na sociedade americana de um número crescente de imigrantes. Na Europa, o aumento do racismo e os novos padrões de segregação parecem estar associados à expansão dos direitos da cidadania à imigração.²⁴

Embora as tendências no sentido da privatização e acesso dos ricos sejam claras, especialmente em novas áreas e empreendimentos imobiliários, São Paulo ainda não está totalmente regulada por elas. Essas ideias e práticas são poderosas, em parte porque estão associadas à elite, mas também geram ambiguidades e resistências, especialmente à medida que outros grupos sociais as adotam.

BARRENDO AOS ENCAIXES

Os condomínios fechados são o tipo mais prestigiado de moradia em São Paulo hoje em dia. Referência aos seus elementos aparecem em todos os tipos de empreendimentos imobiliários. Segurança, cercamento, isolamento, equipamentos coletivos e serviços integram um código de design que pessoas de todas as classes sociais da cidade entendem e usam para elaborar, transferir e dar significado a seus espaços. No entanto, as maneiras de usar e interpretar os elementos do código variam através da cidade. As variações revelam situações nas quais os moradores resistem a esse código ou em que ele é adaptado para condizer com valores oportunos, gerando resultados ambíguos e contraditórios. As rejeições e ambiguidades ocorrem especialmente em relação a três pontos sobre os quais os enclaves fechados operam as transformações mais profundas: avaliações sobre moradas coletivas em oposição às casas isoladas, sobre as áreas centrais e bem urbanizadas da cidade em contraste com as áreas periféricas, e sobre residências fechadas versus residências abertas. As diferentes avaliações frequentemente combinam e revelam diferentes perspectivas de classe na interpretação dos arranjos habitacionais.

VIVEREMO RESERVENÇA MULTITERRITÓRIOS

As classes média e alta consistem a maioria dos moradores de apartamentos e condomínios fechados. Elas já estão bastante acomodadas a moradas coletivas e cada vez mais se mudam para elas por razões financeiras, de segurança e de status.

²⁴ Para os Estados Unidos, ver Massey e Denton (1993) e McKenzie (1994). Para a Europa, ver Wacziarg (1991, 1992) e Wientroba et al. (1992).

A ideia de que apartamentos são mais seguros do que casas é tão arraigada em São Paulo que muitos indicadores de casas usam frases do tipo: "Residências equiparadas com a segurança de um apartamento" (*O Estado de S. Paulo*, 16 de janeiro de 1983). No entanto, as percepções negativas dos apartamentos persistem e podem ser expressas mesmo em análises de edifícios da classe média.

Maicon Adriana. Entre a Av. Santo Amaro e o Parque Itaquera. A sua volta estão sempre os palácios de um local extremamente residencial, sem o linchamento de outro prédio. (*O Estado de S. Paulo*, 6 fevereiro de 1977)

O patrão 2 dormitórios sem vitralhos — confortavelmente isolado no andar. (...) Moema. (...) Se tivesse pelo seu avançado projeto arquitetônico, em formato de cruz, permitindo que cada apartamento fique isolado no andar. (*O Estado de S. Paulo*, 2 de setembro de 1979)

Morumbi Kanga Ville. Definitivamente o mais incrível lançamento do Morumbi. (...) Surge agora um novo conceito em habitação, o sistema double stair, side-by-side, que permite a conexão de apartamentos com dois apartamentos (duplex) na mesma fileira, com entradas privatizadas, tanto a social quanto de serviço. Assim temos um apartamento por andar, pois os acessos sociais são alternados: os apartamentos inferiores são no primitivo e os pares no segundo, utilizando dessa forma um único elevador social. (*O Estado de S. Paulo*, 12 de outubro de 1986)

Realmente, é necessário usar muita criatividade e manipulação de palavras — se necessário com o auxílio de línguas estrangeiras — para equiparar apartamentos em edifícios com várias unidades por andar à imagem de casas isoladas. Proximidade é uma questão delicada entre os paulistanos, mesmo no proximidade daqueles que aparentemente são iguais em termos sociais. Essa atitude é sustentada com terror pelos moradores de casas do Morumbi que observam, com preocupação, as fortalezas. Todas têm vitralhos e sistemas de alarme eletrônicos (em um edícula os sensores do alarme foram colocados a intervalos de 20 cm no longo de toda a parede externa); uma casa tem imensas barreiras em todas as janelas, o que lhe dá um aspecto de janelas de prisão, e uma porta de ferro separado os donos do apartamento do resto da casa, a qual é fechada toda noite. Os moradores dessas fortalezas acham que sua parafinada de segurança e preferem a viver perto de outras pessoas em condomínios fechados ou apartamentos só em suas casas independentes eles, se sentem suficientemente isolados e em controle, especialmente dos encontros de seus filhos. Os moradores de casas fora de condomínios fechados parecem ter uma necessidade mais profunda de isolamento e controle — o que chamam de liberdade — e um forte medo de estranhos, mesmo crianças e vizinhos da mesma classe social. Sua ideia de que fortalezas podem protegê-los do crime e de conflitos e interações sociais indesejadas parece ser mais forte do que a de moradores de condomínios.

Na *Módica*, onde a obsessão com os cortiços e com distorções se dá de forte, a avaliação dos prédios de apartamentos é ainda mais negativa e difusiva. Quando alguém se muda de uma casa para um apartamento, eles sentem que sua qualidade de vida se deteriorou e, em alguns casos (ver capítulo 1), têm a mudança como um declínio social. Sentem que perderam sua liberdade, independência e controle sobre suas vidas, além de perder o status que associam à propriedade de uma casa. A *Módica* ainda é um bairro de casas. Em 1990, 63,3% da área residencial compreendida era de casas, mas a área de cortiços verticais quase dobrou entre 1986 e 1990 (São Paulo, Sampa 1992: 148-9 e Seade 1990: 42).

Assim, apesar de suas objeções, os moradores da *Módica* estão cada vez mais se mudando para prédios de apartamentos, alguns deles condôminos fechados (mas menos luxuosos que os do Morumbi). Esses novos edifícios expressam o processo de embelezamento do bairro que começou em 1970 e está associado à abertura de linha de metrô e importantes melhoramentos em infra-estrutura. Esse processo, que está acontecendo em várias áreas da cidade que eram bairros de classe média baixa, está mudando o mercado imobiliário e levando bairros como *Módica*, *Santana* e *Turmas* para sua própria categoria de bairros que discutem o que está "na moda" em termos de moradia. Nesse contexto de transformação, os novos prédios de apartamentos incorporam simultaneamente significados de apinhamento e segurança, de declínio e de progresso.

Na *periferia* pode-se há poucos prédios de apartamentos e a maioria dos moradores vive em casas autoconstruídas. Em todo o velho distrito de São Miguel Paulista, por exemplo, só 2,76% da área residencial construída era de apartamentos em 1990 (São Paulo, Sampa 1992: 148-9).²⁹ Os apartamentos para as classes em / abandonadas normalmente são construídos por agências estatais como a Companhia Metropolitana Habitacional, são extremamente desvalorizados, e associados à alta criminalidade e ao consumo de drogas. De acordo com o Censo de 1991, esses apartamentos representam 3% do número total de domicílios e a maioria deles (66,3%) está localizada em distritos na periferia este, e mais pobre.³⁰ No Jardim das Camélias, também na periferia leste, não há apartamentos e todos os moradores vivem em casas. Eles valorizam bastante seu espaço e consideram a mudança para algo como um apartamento do Cidat como uma opção realmente interessante. Além do estigma de criminalidade e do medo de ficar próximo de "mús infelizes", os moradores do Jardim das Camélias valorizam poder prover suas necessidades de acordo com seu gosto e personalidade e avaliar negativamente a ideia de se submeter a um projeto pronto e padronizado. Não há o que é coletivo, mas também o que é padronizado e uniforme é considerado ruim e feio — uma visão uma vez compartilhada pela classe média que morava em casas. Nessas avaliações negativas de

prédios de apartamentos, julgamentos estéticos combinam-se com visões de mobilidade social e com um discurso moral sobre o perigo da proximidade, a necessidade de autocuidado e o valor da individualidade. Essa combinação de discursos e significados é compartilhada por pessoas do Jardim das Camélias, da *Módica* e do Morumbi. É a razão pela qual casas padronizadas para a elite são raras, mesmo dentro de condomínios, e as incorporadoras de apartamentos de classe média e alta enfatizam fortemente a originalidade do projeto em seus anúncios. Atualmente, a maioria dos proprietários de casas fora de condomínios é das camadas trabalhadoras ou da classe média baixa, e são eles que explicitamente sustentam o discurso sobre os valores sociais embutidos na propriedade de uma casa independente, frequentemente dirigindo contra a classe alta os mesmos tipos de julgamentos e preconceitos que ouvira a elite elaborar para exaltar os polímeros e suas moradas coletivas.

QUANDO A CIDADE ANXA É DESFAVORÁVEL

A segunda questão em torno da qual há muita ambiguidade e desacordo é a oposição à "cidade" e o abandono das áreas bem-servidas e centrais da cidade. Num todo mundo está pronto a abandonar a cidade para obter status da negação das vitórias. Alguns, de fato, lutam para permanecer em seus bairros tradicionais, sejam eles nas áreas centrais, tradicionais, de classes média e alta onde os edifícios de apartamentos de luxo têm sido comuns há tempo, sejam eles os bairros intermedios e mesmo periféricos onde tradicionalmente a classe média baixa ou a classe baixa tem vivido e que estão passando por um embelezamento. Nos dois casos, há um apelo ao velho estilo de vida oferecido pela cidade, e a rejeição em lugar da transformação.

Anúncios para novos prédios em áreas antigas e bem valorizadas das classes média e alta, como Jardim Higienópolis ou Pinheiros, exibem exatamente as qualidades urbanas que os condôminos rejeitam, reduzindo a imagem desses bairros como "nobres" e sofisticados.

Mário de Lira, (nos Jardins...) Nessa época em que se economiza até com fofeduras, nós apresentamos em cada detalhe o que há de melhor. Num local absolutamente dentro da civilização. (O Estado de S. Paulo, 11 de janeiro de 1976)

Ed. Villa Velazquez. Os Jardins constituem-se hoje no polo máximo de atração de São Paulo... É aí que circula o beautiful people. (...) Viva onde as coisas aconteçam. (O Estado de S. Paulo, 8 de setembro de 1983)

Os bons tempos voltaram. Você já pode morar como antigamente. Num apartamento de alto padrão, num bairro das mais nobres de São Paulo. Higienópolis. Um bairro que não perdeu suas características.

²⁹ Essa porcentagem impressiona as concepções verticais, já que os dados TSC, em que é baseada as análises apólicas da construção legalizada regional, ou seja, uma pequena porcentagem dos domicílios nessas áreas da periferia.

³⁰ Na região leste da cidade, os apartamentos em complexos populacionais do tipo Cidat costumam 9,36% do total de domicílios, de acordo com o Censo de 1991.

Holte, Higienópolis aliá, sua conglôco de bairro aristocrático a toda uma moderniza infra-estrutura. (O Estado de S. Paulo, 28 de outubro de 1990)

Morre numa Vila Madalena bem no meio de Pinheiros. Para quem não quer fugir. Tudo em Madalena ajuda você a esquecer a sujeira e a obscuridade estranheira. São apartamentos que ajudam a esquecer o par-
zer de ficar em casa. (O Estado de S. Paulo, 2 de setembro de 1979)

Essa no cortejo da cidade ainda parece ser atrevido para alguns, especial-
mente se o lugar puder ser — como em condomínios — voltado por sua proxi-
midade aos rios, suas mansões, estilo barroco e eclético (seja o que for que
seu significado), ou simplesmente sua beleza. No entanto, os sinais revelam o
poder do novo conceito de moradia — ao incluir fassas como "para quem não quer
fugir" ou "segura a obscuridade estranheira", que reconhecem que eles não são mais
as únicas opções de prestigio.

Como os condomínios fechados incorporam prestigio, não é de surpreender
que andares para outros tipos de edifícios façam referências a eles. Em andares
de prédios de apartamentos em bairros tradicionais de classe média baixa e das classes
trabalhadoras, é impossível ler o luxo do Morumbi, mas alguns sinais em direção
ao seu modelo estão presentes.

2 e 3 dormitórios. (...) Garagem o seu lugar neste projeto intelligen-
te. 72 m² de área privativa. Sala para dois ambientes, Piscina infantil.
Piscina adulto. Sauna. Vestiário. Quadra de squash. Para de cooper.
Playground. Salão de festas. Salão infantil. Churrasqueira. Cozinha.
Salão de ginástica. Jardins e piscina. Garagem no subsolo. Lavanderia
coberta. WC de empregada. Central de vídeo. Depósito industrial. Can-
tal de recados. O Residencial Ilhas Geórgas se localiza num excelente
ponto do Tanque. Fica a 200 m do metrô e, além de diversas áreas ver-
des ao redor, possui uma vista panorâmica para o Parque municipal. (O
Estado de S. Paulo, 28 de outubro de 1990)

Mesmo quando o espaço disponível por apartamento é de 72 m², todos os
elementos possíveis do "novo conceito de moradia" têm de ser apresentados na inco-
poração de duas piscinas a um banheiro independente de empregada por aparta-
mento. No entanto, também fica claro que para atingir classe média baixa e a classe
trabalhadora, os anúncios precisam mudar algumas de suas idéias. Por exemplo,
eles frequentemente mencionam a existência de transporte público — crucial para
quem pode não ter automóvel —, serviços públicos e infra-estrutura urbana: a vi-
ta do parque municipal substitui a da área verde particular do condomínio privado.

Anúncios para apartamentos em bairros como a Mooca têm que falar com
os segmentos ambivalentes de membros das camadas médias baixas sobre mora-
diá e colônias e sobre abundância de centro da cidade e seu estado de espaço público.
Alguns deles tentam fundir o "novo conceito de moradia" e "valores tradicionais
locais, de modo que pareçam mais uma continuação do que uma ruptura com o

passado. Esses anúncios não fazem apelo às pessoas de fora que poderiam se mu-
dar para lá — como fazem os do Morumbi — mas a moradores locais ascendendo
socialmente. Os empreendimentos são frequentemente apresentados como uma nova
etapa na tradição do bairro.

Piazza di Capri — a nova maneira de viver na tradicional Mooca.
(...) Piscina, solárium e cancha de bocha. Portaria 24 horas por dia, ser-
viço completo de lavanderia. Playground e jardim. Espaço para seus fi-
lhos serem crianças de verdade. Salão de festas, salão de jogos e um cli-
ma exclusivo para sua família. Berçário: você sai e deixa seu bebê sem
segurança. Piazza di Capri, a maneira mais confortável e segura de morar
na Mooca. (...) Mooca: história e tradição. Piazza di Capri: a mais com-
pleta infra-estrutura de serviços e lazer. (O Estado de S. Paulo, 24 de
junho de 1982)¹⁴

Sobre sua família no Jardim Tropical. Vila Carlini, o bairro que
aproxima as pessoas. Raiz com que criam raízes. Porque aqui, filiança-
do, ainda se cultivam as amizades, a família, as tradições. Por tudo isso,
é natural que aqueles que vivem em Vila Carlini não queiram mudar de
bairro. (...) Para sua segurança, o empreendimento é totalmente cerca-
do, com portaria única e vigilância. (O Estado de S. Paulo, 2 de setem-
bro de 1984)

Alto de Santana. (...) 4 dormitórios, 2 suítes, 2 vagas na garagem.
Ela, Piazza Navarra. (...) Morar em Santana é um privilégio. Aqui não
há ruído por nada. Esse é um bairro completo em contexto, serviços,
escolas, restaurantes etc., com a tranquilidade típica das ruas arborizadas
e acesso fácil a todos os pontos da cidade. (O Estado de S. Paulo, 12 de
outubro de 1986)

Podemos ler esses anúncios como uma antipatia em relação à parte central da ci-
dade e a algumas idéias associadas à vida na cidade, mas uma apreensão de outros
aspectos da vida pública e urbana e da sociabilidade local. Esses anúncios tentam
capitalizar a infra-estrutura pública e urbana dos bairros, os serviços e a proximida-
de do centro da cidade (especialmente o que o Morumbi não tem). Essas qualida-
des do bairro vêm junto com valores antigos (de que os bairros eram presen-
tivamente carência, não é, tranquilidade e valores locais, tradicionais e familiares
que podem compensar a suposta ruína dos valores no resto da cidade. Mes-
mo "antigos" podem ser apresentados como uma vantagem, sugerindo que a

¹⁴ O jogo de bocha não é comum em outras áreas da cidade, mas é uma atividade na Mooca.
A exceção frequente de canchas de bocha nos anúncios para a área sinaliza que o entretenimen-
to é destinado a inquilinos. A referência à cancha aponta pessoas que não têm empregos
em tempo integral.

proximidade à boa se for do tipo tradicional. Os antigos sugerem que as pessoas não deveriam se mudar para novas áreas da cidade para evitar estrus, e sim ficar onde estão suas raízes. Isso é particularmente significativo em bairros como a Móbica e Santana, que sofreram um êxodo da grande maioria dos moradores durante os anos 70. Agora que esses bairros estão sendo revitalizados e podem oferecer o mesmo tipo de empenhamento pessoal que os moradores que o Mourumbi, pode ser novamente visitados para ali, e a tradição pode até entrar na moda.

Um empreendimento em São Miguel Paulista, uma das áreas mais pobres de São Paulo, foi anunciado da seguinte maneira:

O desenvolvimento com o mais alto padrão de S. Miguel Paulista (...) O estabelecimento é cuidadoso nos mínimos detalhes: equidistância de alinhamento, azulejos decorados, calçapê instalado na cor que você escolher. Além disso, o Jardim Independência é todo fechado, garantindo a segurança de sua família, inclusive as brincadeiras das crianças no playground. Lá até seu carro tem a proteção de uma garagem. (O Estado de S. Paulo, 3 de outubro de 1982)

"Jardim Independência" é o nome deste empreendimento. Para pessoas acostumadas a viver em espaços extremamente pequenos e que não têm autonomia, a proteção do carro torna-se realmente "algo especial". Em outro anúncio, também num bairro de classe trabalhadora na zona leste, onde as pessoas normalmente desprezam moradias coletivas, a razão da "independência" torna-se mais explícita:

Aproveite o novo plano da casa própria (...) Começa as novas condições, prestações menores. (...) Renda familiar mais acessível. Utilizar seu FGTS para diminuir ainda mais as prestações. Financiado pela Nossa Caixa. Não, moradores do Conjunto Residencial Jardim Cearense, estamos preparando uma festa maravilhosa de boas-vindas para você e sua família. Todos que vivem aqui já estão definitivamente livres do tormento do aluguel. Aqui tudo é gostoso, todos são amigos. (...) Segurança: você vai morar num condomínio fechado, completamente cercado por muros e guardas centralizados. (...) Lazer (...) Contorno: aqui você vai estar perto de tudo (...) pedras, supermodernas, fumaça, pontos de ônibus. (...) O melhor de São Paulo está aqui. (O Estado de S. Paulo, 24 de janeiro de 1983)

Usar-se de aluguel é o sonho de todos, que ficou mais difícil depois da recessão econômica e do fim do financiamento do BNH. A lutar na possibilidade de financiamento é típica tanto em anúncios para a classe baixa quanto para a classe alta do período. O que é atípico é a imagem das boas-vindas dadas pelos vizinhos, o que provavelmente seria considerado de mau gosto, ou mesmo assustador, no Mourumbi. Se nos anúncios para a classe baixa e para os estranhos mais baixos da classe média é que encontramos referências positivas à sociabilidade dentro do condomínio, isso é o mais próximo que os anúncios chegaram da ideia de comunidade — total-

mente difundida no contexto americano. Em São Paulo, essa ideia é manipulada pelos incorporadores imobiliários para um valor dos "ouros", não da elite.

O anúncio acima trata um outro elemento que provavelmente não surgiu se fosse dirigido à classe alta: a menção à padaria do bairro, à farmácia e ao ponto de ônibus, que interessam a trabalhadores que não têm carro e que têm uma ótica mais próxima à cidade e suas conveniências ao contrário. Pessoas mais pobres não estão prontas a deixar a cidade e suas conveniências ao contrário, mas sim a voltar-se ainda mais urbanizadas, tanto ao transformarem em perspectivas quanto ao incorporar-se mais plenamente ao mercado de consumo que ela oferece. Os paulistanos de classe baixa e média baixa querem fazer parte da sociedade, não de sua vida pública como gostariam, sentem-se restringidos e aprisionados. Entretanto, a vida pública da cidade e do uso de seus espaços públicos é provavelmente o para aqueles cuja participação nela é dada como certa e que podem sonhar em criar universos melhores e mais exclusivos.

PORTAS FECHADAS

O enclausuramento de moradas é o terceiro item que gera sentimentos ambivalentes e contraditórios entre os moradores de São Paulo. Segem casas familiares independentes, sejam edifícios de apartamentos e condomínios, todos os tipos de moradia na São Paulo atual passaram por processos de enclausuramento em resposta ao medo do crime. A necessidade de cercar e fechar áreas residenciais pobres e ricos e transformou sua maneira de viver e a qualidade das interações públicas na cidade. No entanto, os sentimentos em relação a esses enclausuramentos parecem diferir consideravelmente.

Nem os residentes de casas isoladas no Mourumbi, nem os moradores em residências coletivas parecem avaliar seus enclausuramentos negativamente. Residentes da classe alta em condomínios fechados e edifícios associam viver dentro de uma dessas fortalezas às sensações de liberdade e proteção, sem falar da alta qualidade de vida. Pessoas que moram em casas independentes expressam o mesmo em relação a suas fortalezas individuais, embora não possam imaginar que os condôminos o obrigam o mesmo. Em nenhum desses casos, no entanto, os moradores demonstram algum sentimento de perda em relação a um tipo mais aberto de residência ou a uma sociabilidade pública mais diversificada. Viver no isolamento e a solidão ou a melhora das condições de vida não fazem — e daí, os sentimentos de liberdade. Também é interessante notar que as pessoas que emigram do Mourumbi nunca usam argumentos de privacidade, individualidade e intimidade para justificar suas preferências. Os moradores do Mourumbi parecem ter um difuso do mal mais do que valorizam o individualismo.³²

³² Argumentos que enfatizam privacidade, individualidade e intimidade são frequentemente associados à difusão do individualismo nas sociedades modernas ocidentais; a descrição da vida

Fotos 14, 15, 16 e 17: Casas autoconstruídas no Jardim das Camélias e suas grades e portões de ferro. Os moradores escolhiam cuidadosamente o estilo de cada um deles e tentam sempre se diferenciar dos vizinhos. A foto 16 mostra uma solução comum: o portão se fecha para fora para acomodar o carro, 1994.



As transformações nas casas ligadas à segurança representam um investimento significativo numa época de dificuldades econômicas. Mas, apesar de o investimento ser alto e normalmente representar um fardo para uma família de renda baixa, ele é considerado absolutamente necessário. O homem que produz cercas e barras de ferro para os moradores do Jardim das Camélias tinha pequena oficina em frente à sua casa mortuária e longa lista de clientes do bairro, explicou-me o quanto as cercas eram caras para seus clientes pobres, como ele lhes devia os pagamentos em várias prestações e de que maneira lidava com a inflação para tornar seus serviços um pouco mais acessíveis. Ele também me mostrou com orgulho o catálogo com seus desenhos de cercas e portões e me contou de seu trabalho para decodificar e transformar a mais simples cerca em algo agradável. Aquela era a sua contribuição para "tornar o bairro mais bonito", de me disse. Ele realmente conhece seu ofício e está consciente de que as cercas não têm a ver apenas com a segurança, mas também com estética e distinção (ver fotos 14, 15, 16 e 17).

No nível mais elementar, uma casa isolada com todos os sinais de distinção definitivamente marca a diferença entre uma casa e um cortiço ou uma favela. No entanto, são possíveis comparações mais extremas porque os moradores de São Paulo de todas as classes sociais são fluentes no novo código de distinção. Naturalmente, as variações são enormes entre bairros ricos e pobres, mas em todos eles quanto mais ornamentada a cerca e o portão, é a propriedade, maior seu status. Parece que os moradores de São Paulo estão aprendendo a transformar varandas, janelas, varões, injeções e muros em seu próprio ao manipular a estética da segurança: eles estão transformando suas casas em prítios, mas suas prítios dizem muito sobre sua posição social.

Um olhar sobre as casas ou prédios de apartamentos em qualquer bairro de São Paulo mostra claramente como as cercas e muros falam sobre distinção e construíram estilos de projeto. Em áreas ricas como o Morumbi, a arquitetura individual de cada construtor e a competição pelo detalhe mais original para singularizar um empreendimento tentam criar sentimentos de distinção (ver fotos 18, 19 e 20). Bairros construídos em outros momentos, como a Móbica e o Jardim das Camélias, também em cada rua as mudanças nas modas. Fédoras mais antigas com cercas diferentes e um desenho aberto parecem acenar para o novo estilo de arquitetura de segurança (ver as fotos 21, 22 e 23 para a Móbica e fotos 24, 25 e 26 para o Jardim das Camélias).

Muros, cercas e barras falam sobre gosto, estilo e distinção, mas suas inscrições estéticas não podem deixar nossa atenção de sua mensagem principal de medo, suspeita e segregação. Esses elementos, junto com a valoração do isolamento e do enclausuramento e com as novas práticas de classificação e exclusão, estão criando uma cidade na qual a separação vem para o primeiro plano e a qualidade do espaço público e dos encontros sociais que não são possíveis já mudou consideravelmente.



Fotos 18, 19 e 20. A arquitetura dos prédios da classe alta do Morumbi também busca a monumentalidade e frequentemente contrasta com a precariedade das ruas. 1994.



Fotos 21, 22 e 23. Na Modoca, é possível encontrar pelo menos três gerações de fachadas. A foto 21 mostra antigos casais operários geminados, construídos entre 8 e calçada. Na geração seguinte, os casais em geral tinham um jardim de frente, aberto para a rua. As fotos 22 e 23 apresentam algumas dessas casas de segunda geração ao lado de outras modificações de acordo com as novas exigências de segurança. As casas mais antigas e abertas se aproximaram com cobertura com o novo estilo, que determinava que os jardins de frente sejam encobertos. 1983.

8.
A IMPLANTAÇÃO DA VIDA PÚBLICA MODERNA

São Paulo é hoje uma cidade de muros. Os moradores da cidade não se articulariam a ter uma casa sem grades ou barras nas janelas. Barricadas físicas cercam espaços públicos e privados: casas, prédios, parques, praças, complexos empresariais, áreas de comércio e escolas. À medida que as elites se retiram para seus ranchos e abandonam os espaços públicos para os sem-teto e os pobres, o número de espaços para encontros públicos de pessoas de diferentes grupos sociais diminui consideravelmente. As rotinas diárias daqueles que habitam espaços segregados — protegidos por muros, sistemas de vigilância e acesso restrito — são bem diferentes das rotinas autôctons em ambientes mais abertos e heterogêneos.

Moradores de todos os grupos sociais argumentam que controlam muros e mantêm seus hábitos a fim de se proteger do crime. Entretanto, os efeitos dessas estratégias de segurança vão muito além da garantia de proteção. Ao transformar a paisagem urbana, as estratégias de segurança dos cidadãos também afetam os padrões de circulação, trajetos diários, hábitos e modos relacionados ao uso de ruas, do transporte público, de parques e de todos os espaços públicos. Como poderia a experiência de andar nas ruas não ser transformada se o cenário é formado por altas grades, guardas armados, ruas fechadas e câmeras de vídeo no lugar de jardins, vitrines conversando, e a possibilidade de espiar cenas familiares através das janelas? A ideia de sair para um passeio a pé, de passar naturalmente por estranhos, o uso de espaços em meio a uma multidão de pessoas anônimas, que simboliza a experiência moderna da cidade, estão todos comprometidos numa cidade de muros. As pessoas se sentem restringidas em seus movimentos, assustadas e controladas; saem menos à noite, andam menos pelas ruas, e evitam as "zonas proibidas" que só fazem crescer no mapa mental de qualquer morador da cidade, em especial no caso das elites. Os encontros no espaço público se tornam a cada dia mais raros, até violentos, porque têm como referência os estereótipos e medos das pessoas. Também, separação, discriminação e suspeição são as novas marcas da vida pública.

Este capítulo analisa as mudanças no espaço público e na qualidade de vida pública que resultam da expansão das estratégias de segurança segregadora, distinta social e racializada e a impoção da experiência da vida pública na cidade moderna. Primeiro, discuto a noção moderna do público articulada aos ideais de abertura e acessibilidade, tanto no espaço da cidade como na comunidade política. Analiso duas críticas a cidades industriais que permanecem comprometidas com valores modernos: o modernismo e a cidade-jardim. Ambos influenciaram os estudos e o planejamento modernistas da cidade, mostrando que aqueles usaram estratégias modernas com a intenção de criar o que o último produzia involuntariamente: segre-



Figuras 24, 25 e 26: As casas arcoscentradas do Jullin das Condições também mostram como as estratégias de segurança moldam o estilo das fachadas. A foto 24 é um exemplo típico de uma casa com jardim aberto na frente, construída por os anos 70. As fotos 25 e 26 mostram transformações mais recentes, com jardins fechados e um segundo andar. 1994.

grajo e fragmentação. Terceiro, usando dados etnográficos e minha própria experiência de São Paulo, discuto o relacionamento entre mudanças no espaço construído e na vida cotidiana nas cidades, mostrando como a última é cada vez mais moldada por invisibilidade e imposição de distância social. A comparação com Los Angeles indica que o padrão de segregação de São Paulo não é algo único, mas já bem definido. Em ambas as cidades, a nova experiência urbana é estruturada não pelos valores modernos de abertura e tolerância à heterogeneidade, mas sim por separação e controle de limites. Finalmente, discuto algumas das consequências políticas dessas mudanças espaciais em termos de equidade e respeito da democracia.

É claro que os espaços públicos das cidades e os tipos de relacionamento que ocorrem aí representam apenas um aspecto da vida pública. Uma das questões mais desafiadoras na análise urbana permeia as discussões sobre o conceito: como conectar as relações entre forma urbana, política e vida cotidiana. Essas relações são muito complexas e geralmente disjuntivas: processos simultâneos com significados opostos podem acontecer na mesma esfera pública. São Paulo oferece um forte exemplo de distinção, já que seu processo de fortificação coincide com a organização dos movimentos sociais urbanos, a expansão das áreas de colonização das classes trabalhadoras e a democratização política. Ao analisar esse tipo de desajuste, distorção ou, fortemente, do determinismo ecológico que versa nos muros e no padrão de segregação espacializado no meio urbano a origem determinante de processos políticos.

Todavia, o espaço construído não é um tipo de cenário neutro para a expansão das relações sociais. A qualidade do espaço construído inevitavelmente influencia a qualidade das interações sociais que lá acontecem. Ela não as determina completamente, já que há sempre lugar para diferenças e algumas vezes intervenções apropriadas de espaço, e para a organização de ações sociais que contestam aquelas moldadas por práticas espaciais. No entanto, os espaços materiais que constituem o cenário para a vida pública influenciam os tipos de relações sociais possíveis nelas. Como um plano de fundo de muros e tecnologia de vigilância, a vida nas cidades é bem diferente da que Jane Jacobs descreveu em sua famosa defesa do espaço público urbano (1961: 50-4). As cidades "antidilatórias" (De Certeau 1984:93) que as pessoas contestam em suas práticas cotidianas de espaço são inevitavelmente diferentes em uma cidade moderna aberta e em uma cidade de muros. Em geral, é necessário uma ação política organizada para resistir aos muros ou para desmantelar padrões de segregação. Na vida cotidiana, é difícil contestar os muros e rituais de suspensão e humilhação, como bem sabem os moradores de São Paulo.

O IDEAL MODERNO DE ESPAÇO PÚBLICO

As ruas abertas à livre circulação de pessoas e veículos representam uma das imagens mais vivas das cidades modernas. Apesar de as cidades ocidentais incorporarem várias e até contraditórias visões da modernidade, há um grande consenso a respeito de quais são os elementos básicos da experiência moderna de vida pública urbana: a proximidade e a abertura de ruas, a circulação livre, os encontros imprevistos e anônimos de pedestres, o uso público e espontâneo de ruas e praças, e a

presença de pessoas de diferentes grupos sociais passando e observando os outros que passam, olhando vitrines, fazendo compras, sentando nos cafés, participando de manifestações políticas, apropriando as ruas para seus festivais e comemorações, ou usando os espaços especialmente designados para o lazer das massas (praças, estádios, locais de exposições).¹ Esses elementos estão associados à vida moderna em cidades capitalistas pelo menos desde a reforma de Paris pelo Barão Haussmann na segunda metade do século XIX. A transformação de Paris promovida pelo Estando sob o comando de Haussmann foi duramente criticada tanto por cidadãos quanto por analistas, mas ninguém nega que os novos bulevares foram rapidamente apropriados por um enorme número de pessoas anônimas para aproveitar tanto a vida pública nas ruas, protegidas pelo anonimato, quanto as possibilidades de consumo que vieram com ela. Tanto o *flâneur* descrito por Baudelaire como o consumidor das novas lojas de departamento se tornaram símbolos do uso moderno do espaço público urbano.

No centro dessa concepção de vida pública urbana estão duas noções relacionadas: o espaço da cidade é um espaço aberto para ser usado e apropriado por todos, e a sociedade de consumo que ela abriga é acessível a todos. Conforme argumenta Young, no ideal de vida urbana moderna as "fronteiras são abertas e indetermináveis" (1990: 239). É claro que esse mural foi inteiramente o caso, em Paris ou em qualquer outro lugar. As cidades modernas foram sempre marcadas por desigualdades sociais e segregação espacial, e seus espaços são apropriados de maneiras bastante diferentes por diversos grupos, dependendo de sua posição social e poder. A própria Paris demonstra a perpetuação da desigualdade e a reforma da cidade durante o Segundo Império foi na verdade uma transformação no modo de segregação espacial e organização das diferenças de classe, como Engels (1872) já havia notado (ver também Harvey 1985). Como resultado, a literatura sobre cidades modernas frequentemente enfatiza seus aspectos negativos, o dogmatismo e a violência no perigo das multidões, anomia, individualismo excessivo, dogmatismo e proliferação de doenças. No entanto, a despeito das persistentes desigualdades e injustiças sociais, as cidades ocidentais modernas inspiradas por esse modelo sempre mantiveram níveis de abertura relacionados ao espaço à circulação e ao consumo, níveis que sustentaram o valor positivo ligado ao espaço público aberto e acessível a todos. Além disso, as ocasionais apropriações violentas de espaços públicos por diferentes categorias de pessoas excluídas — o exemplo mais óbvio sendo as barricadas erguidas durante rebeliões de trabalhadores — também constituiram o público moderno e simultaneamente contribuíram para sua expansão. A contradição é inerente à cidade moderna.

Algumas análises da moderna vida urbana têm sido especialmente convincentes ao enfatizar os valores positivos da cidade e ao defender o espaço público moder-

¹ Análises de várias dimensões da vida urbana moderna encontram-se em: Benjamin (1986), Berman (1982), Clark (1996), Harvey (1985), Holroyd (1988), Jacobs (1961), Johnson (1986), Schickel (1986), Sennett (1991), Sennett (1997), Silver (1978), Wirth (1989) e Young (1990). Também muitos discursos às cidades modernas, tanto no Europa quanto nas Américas.

no. Em geral, eles desconheciam o fato de que a moderna noção do público é, na verdade, um tipo de espaço e uma experiência de vida urbana que surgiram apenas no processo da urbanização industrial do século XIX. Recordar a especificidade histórica dessa noção do público é essencial para entender sua transformação atual.

Jane Jacobs é uma das defensoras mais famosas dos valores da vida pública moderna nas cidades. Sua análise do uso de calçadas e parques enfatiza não só abertura e acessibilidade, mas também a riqueza e as condições que tornam intratáveis públicas entre estranhos possíveis e seguras. Essas condições incluem o controle complexo e voluntário exercido pelos moradores que ela rotula "olhos sobre a rua" (Jacobs 1961: 35), densidade, uso contínuo, ampla diversidade de usos, e uma clara demarcação entre espaço público e espaço privado. Quando essas condições desaparecem, argumenta ela, a liberdade da cidade e sua vitalidade estão ameaçadas. Isso acontece, por exemplo, quando a "instituição do *zui*" (1961: 47-50) orienta contrateiros urbanos e as pessoas constroem barreiras, isolam algumas áreas e sequestram os corpos do lado de fora. Isso também acontece quando se confunde a separação entre público e privado. A privacidade, argumenta Jacobs, é "instituída" nas cidades (1961: 58). A "vida pública crítica" é mantida com base em relacionamentos em público que seguem alguns, formais e reservados — o que podemos chamar de civilidade —, além de separados das vidas privadas. Onde não existem calçadas e espaços públicos vivos, e quando os relacionamentos em público começam a se interromper na vida privada e a requerer a convivência entre vizinhos, a liberdade da cidade está ameaçada, as pessoas tendem a impor certos estandartes, criando um senso de homogeneidade que leva à insularidade e à segregação. Quando não há vida pública, as alternativas a compartilhar muito podem ser não compartilhar nada, supressão e medo dos vizinhos. Em suma, para Jacobs, tanto traçar linhas e fronteiras no espaço da cidade como estranhar o período no público ameaçam os valores básicos de uma boa vida pública urbana.

Infelizmente Young (1990) parte da análise de Jacobs para conceber um "ideal normativo da vida na cidade", que ela imagina como uma alternativa às cidades existentes e como uma maneira de acessar suas muitas injustiças sociais. Young cria seu modelo como um ideal *is*, assim, não discute sobre sua especificidade histórica e moderna. Entretanto, seus argumentos e críticas de algumas visões ilustres revelam seu caráter moderno. Young define a vida na cidade como "o estar junto de estranhos", cujo ideal é "uma abertura à alteridade não assumida" (Young 1990: 237, 227). "Como um ideal normativo", ele argumenta, "a vida na cidade encoraja a asimilar a diferença social sem exclusão" (Young 1990: 227). Por princípio, esses ideais são incompatíveis com qualquer tipo de ordem hierárquica (como

a ordem medieval de estratificação) e podem ser concebidos apenas a partir da suposição de uma igualdade universal dos cidadãos que constitui as modernas sociedades ocidentais.

Young conhece seu modelo de vida na cidade como um instrumento de crítica ao comunitarismo, ou seja, o ideal da festa de reuniões de primatas das tribos face-à-face como um modelo básico de política democrática. Para estabelecer o modelo usado para justificar a construção de enclaves fortificados e a retirada para a vida suburbana. Usando argumentos paralelos aos de Jacobs, Young argumenta que o ideal de comunidade "nega a diferença entre sujeito" e "tão-queramente" sua para excluir ou oprimir aqueles que são diferentes. O compromisso com um ideal de comunidade tende a valorizar e a reforçar a "homogeneidade", assim, tem consequências excludentes (Young 1990: 234-5). Ela alega que seu ideal normativo é uma elaboração das virtudes e possibilidades não realizadas da experiência contemporânea das cidades. As principais virtudes são quatro: diferenciação social sem exclusão, diferenciação do espaço social baseada na multiplicidade de usos, enclaves, canalizado de modo amplo como "uma estrutura o outro, o prazer e a extinção de ser tirado de uma rotina segura para experimentar o novo, o estranho e o surpreendente" (Young 1990: 139) e publicização, que se refere ao espaço público como sendo por definição um lugar aberto e acessível a todos e onde sempre se corre o risco de encontrar aqueles que são diferentes (Young 1990: 238-41). "Na vida pública as diferenças permanecem não assumidas (...). O público é heterogêneo, plural e diverso" (Young 1990: 241). Apesar da realidade social em qualquer cidade contemporânea ser cheia de desigualdades e injustiças, o ideal permite considerar, criticar e formular alternativas a elas.

Os ideais modernos do público não se referem apenas à vida na cidade, já que estão sempre ligados a concepções da política. A promessa de incorporação à sociedade moderna inclui não só a cidade e o consumo, mas também a política. Impondo que a cidade moderna não de muitas maneiras análogas ao da comunidade política liberal, concebida com base em um contrato social entre pessoas idealmente iguais e livres. A ligação do contrato social baseado em um princípio de universalidade é radical — como aquela da cidade aberta — e ajudou a destruir a ordem social hierárquica dos estratificados feudais que a precedeu. Mas é claro que só com muitas limitações as definições daquelas que poderiam ser consideradas "vires e ligas" se expandiram. Assim como a cidade aberta, a comunidade política que incorpora todos os cidadãos nunca existiu. Ainda assim, seus ideais e seus projetos de incorporação continuaram mantendo seu poder por pelo menos dois séculos, dando forma a experiências de cidadãos e vida na cidade e legitimando as ações de vários grupos excluídos em suas reivindicações por incorporação.³

³ Outros analistas da vida urbana moderna argumentam tipos semelhantes de argumentação. Richard Sennett (1997) argumenta na obra de "vícios da modernidade pública" uma descrição do problema de formalidade nas interações em público associada à institucionalização do indivíduo e à eliminação de informalidade que marcou as sociedades contemporâneas. T. J. Clark (1994: cap. 1) descreve a Paris moderna como um espaço público construído para garantir a "desagregação" ao outro, isto é, o movimento e a possibilidade de interações com estranhos nas quais a privacidade é sempre mantida.

³ Uma moderna imagem de incorporação progressiva é oferecida no mesmo capítulo de T. H. Marshall (1962 [1949]) sobre o desenvolvimento da cidadania. Seu ponto de partida é o reconhecimento de que os direitos de cidadãos nunca foram distribuídos igualmente, mas se expandiram consideravelmente ao longo do tempo. Depois de discutir as dimensões civil, política e social de cidadania, Marshall argumenta que elas evoluíram sucessivamente e que cada uma teve apoio

Na política contemporânea, as promessas liberais não cumpridas de cidadania universal e, simultaneamente, a reafirmação de algumas dessas promessas têm sido utilizadas pelos novos movimentos sociais. Ela tem assumido várias formas, seja afirmando os direitos de grupos específicos (negros, populações indígenas, gays e mulheres), seja tentando expandir os direitos de grupos sociais excluídos (como no caso dos movimentos de moradores da periferia de São Paulo reivindicando seus "direitos à cidade"). Em geral, especialmente em sua encarnação liberal, os movimentos sociais atacam o que se pode chamar de um ataque positivo aos ideais liberais modernos: seu objetivo é ainda expandir os direitos, a liberdade, a justiça e a igualdade, e eles buscam modelos que incluam os excluídos e, assim, atinjam esses objetivos, ou uma maneira mais direta. Em outras palavras, é um ataque que mantém e reforça valores liberais básicos, especialmente aqueles de universalidade e igualdade. O que distingue esses movimentos sociais liberais de um segundo tipo é o tratamento da diferença.⁴ Na versão liberal, que Taylor (1992: 37) chama de "política de universalismo", os movimentos sociais negam diferenças e fim de exportar injustiças. Para os movimentos sociais que enfatizam "a igual finalidade de todos os cidadãos", chamar a atenção para diferenças significa lutar pela expansão e pela "equalização de direitos" (Taylor 1992: 37). No fundo, sua meta é assegurar diferenças através da incorporação de grupos discriminados à condição de cidadãos plenos. Esses movimentos visam uma vida política e uma comunidade política na qual o respeito igual pelos direitos de todos elimine a necessidade de marcar diferenças e desigualdades. Dada sua ênfase em princípios universais, eles não têm a diferença como algo a ser mantido e valorizado.

Um segundo tipo de movimento social, que oferece uma crítica ao liberalismo, coloca em evidência a questão da diferença. Nessa segunda categoria, que Taylor chama de "política de diferença", grupos minoritários, especialmente feministas, argumentam que os ideais liberais de universalismo foram sempre construídos com base na exclusão de alguns. Eles insistem que os direitos de grupos minoritários só podem ser considerados se abordados pela perspectiva da diferença e não de identidade (Jamesen).⁵ Apesar de ainda se referirem a um princípio

acidentalmente um ideal para se considerar. Esse ensaio não esconde o longo caminho que conduziu ao reconhecimento de cada direito, mas isso não anula a sua luta mais geral de progresso contínuo da cidadania, apesar da história de sua expansão. A história da expansão progressiva da cidadania encontra ecos em verbos correspondentes da teoria política que se concentram como "trabalho" e que não se parecem a sintonia em termos de base política. Por exemplo, a análise de Lydon e Sheldie (1995) apresenta a democracia com base num imaginário caracterizado pelo "deslocamento equivocado" e que tenta considerar as possibilidades de sua negação, de longe ou perto, sua sociedade contemporânea. Para críticas recentes da visão crítica e evolucionária de Sheldie, ver Richardson (1993) e Turner (1992).

⁴ O movimento pelos direitos civis e o movimento feminista atenuaram sua ênfase de 60 e 70, assim como os movimentos sociais urbanos na América Latina no final dos anos 70 e começo dos 80 são exemplos do que estou chamando de movimentos sociais "liberais".

⁵ Para uma crítica feminista da teoria do contrato social, ver Pateman (1988), e para uma crítica do entendimento legal de igualdade como anacronismo, ver Eisenstein (1988). Scott (1997)

de igualdade universal, eles reivindicam o reconhecimento da identidade única de cada grupo e sua especificidade em relação a todos os outros (Taylor 1992: 38-9). A interpretação de Iris Marion Young de uma política de diferença e da vida na cidade como o domínio das relações sociais de "diferença sem exclusão" representa uma versão dessa crítica (Young 1990). No modelo de Young, as diferenças têm que permanecer não assimiladas; elas não deveriam desaparecer sob qualquer feição de pensamento universal. Embora a própria ideia de liberalismo nesta visão seja explícita, ela ainda constrói um ataque baseado nos princípios de direitos, liberdade, justiça e igualdade e, portanto, dentro dos parâmetros da modernidade.

Outros notáveis da democracia como Claude Lévi-Strauss, Chantal Mouffe, Ernesto Laclau e Eriberto Balseiro oferecem análises similares. O que eles têm em comum, além da ênfase na não-assimilação de diferenças, é a insistência numa política de modernidade e num espaço público, fundados na incerteza e na abertura e marcados pela negociação de significação. Como diz Lévi-Strauss, a democracia é instituída e mantida pela "dissolução das marcas de certeza" (Lévi-Strauss 1988: 19). Em uma democracia, as bases do poder, da lei, do conhecimento e das instituições sociais são indeterminadas e o espaço público e o locus onde o significado do social é do que é legitimado são negociados.

Esses ideais de política democrática — abertura, indeterminação, fluididez e coexistência de diferenças não assimiladas — encontram algumas de suas melhores expressões nos espaços públicos das cidades modernas.⁶ Esses espaços promovem interações entre pessoas que são forçadas a confrontar seus anônimos e os dos outros com base na cidadania e assim a reconhecer e respeitar os direitos legais do outro. É claro que há várias maneiras de subverter aquela igualdade e promover diferenças de status e hierarquia. No entanto, o espaço da cidade moderna, mais que qualquer outro, força essa confrontação e consequentemente tem o potencial de desfazer e recriar essas hierarquias. No espaço da cidade moderna, diferentes cidadãos respondem os termos de suas interações e de fato interagem socialmente a despeito de suas diferenças e desigualdades. Esse ideal da cidade abreva notavelmente as diferenças sociais e as negociações em encontros anônimos cristaliza o que chamamos de espaço público moderno e democrático.

deixe uma análise do parâmetro que marcou a história do feminismo liberal francês: sua necessidade de reconhecer e manter diferenças sexuais na política. Ver também o debate sobre a América Latina construído como gênero de análise de gênero por Alison Van Rooyen em 1996; Fried (1992) e o debate sobre o nacionalismo em Quebec (Kymlicka 1996).

⁶ Interessante observar que em vez de formular um modelo de cidadania em termos pessoais, Young o ancora na experiência moderna de vida na cidade. Embora antes não tivesse identidades sociais e de segregação encorajadas nos bairros, a vida de uma experiência que ela chama de "modo de um espaço democrático no qual as experiências pessoais são compartilhadas" e a "interação social em relação ao outro, a separabilidade e a heterogeneidade" das cidades de alguns metros e podem ser vistos como "uma experiência" (Young 1990). Para uma crítica das concepções de espaço público em relação ao papel da arquitetura num contexto democrático. Desnude argumenta, inspirado por Lévi-Strauss, que o papel da arquitetura é essencialmente o de desestabilizar fronteiras e identidades.

Cidades como a São Paulo e a Los Angeles contemporâneas apresentavam um tipo totalmente distinto de espaço público urbano. A diferença não é do mesmo tipo expresso seja pelas reivindicações dos movimentos sociais (de qualquer tipo), seja pelas críticas às numerosas distorções das cidades modernas, que ainda pretendem melhorar o espaço público moderno e fazê-lo coadunar-se às suas necessidades. Em vez disso, os espaços públicos que estão sendo criados nessas cidades negam as principais características do ideal moderno democrático de espaço público urbano. Essas cidades adotam um tipo de espaço público que não faz nenhum gesto em direção à abertura, indeterminação, acomodação de diferenças ou igualdade, e que ao invés disso toma a desigualdade e a separação como valores fundamentais. Na verdade, ele contradiz os princípios do espaço urbano moderno e expressa alguns dos piores cenários de incivilidade e privatização do espaço público imaginados por Jacob e Young. Cidades de muros e de enclaves fortificados são cidades de fronteiras fixas e espaços de acesso restrito e controlado.

CLASSE-JARDIM E MODERNISMO: A LINGUAGEM DOS ENCLAVES FORTIFICADOS

Os enclaves fortificados e o tipo de espaço público que estão sendo criados em São Paulo e em Los Angeles são o resultado de influências complexas e heterogêneas. Algumas delas podem ser relacionadas às críticas da desigualdade, segregação e injustiça sociais que constituíram as cidades industriais. Outras dessas visões em especial influenciaram a nova segregação dos enclaves a noção de cidade-jardim e o modernismo. Essa análise nos ajudará a entender como o que foi originalmente uma crítica aos problemas das cidades industriais acabou se transformando em uma fonte de destruição de seus ideais democráticos.

O modelo da cidade-jardim foi expresso pela primeira vez por Ebenezer Howard na Inglaterra no século XIX.⁹ Considerando os problemas das grandes cidades industriais modernas, ele propôs substituí-las por cidades pequenas. Seus modelos, especialmente os pobres, viveriam perto da natureza e baseariam suas relações na mutualidade e na propriedade coletiva da terra. Howard imaginou as cidades-jardim como auto-suficientes e, portanto, diferentes dos subúrbios tradicionais, para onde os trabalhadores só voltavam para dormir. Na verdade, as cidades que ele imaginou, com sua combinação de moradia e empregos no território e na indústria, aproximam-se mais dos novos subúrbios contemporâneos. Howard

visionou suas cidades em forma circular, cercada por um cinturão verde (como aquelas adotadas por muitas cidades inglesas) e ligadas a outras cidades pequenas para formar um outro círculo (como no conceito de cidades-jardim). Atividades econômicas, residenciais e administrativas seriam separadas por áreas verdes. No centro, os prédios públicos e administração seriam agrupados por áreas verdes. A cidade seria planejada como uma totalidade — de acordo com o conceito que se tornou sinônimo de planejamento — e seria controlada pela autoridade pública para evitar a especulação e a irreversibilidade em seu uso. As cidades-jardim seriam governadas por uma tecnologia corporativa controlada democraticamente e cujos princípios integrariam seriam ditados pelos moradores locais.¹⁰

O modelo da cidade-jardim foi muito influente, gerando numerosas *new towns*, tanto na Inglaterra como nos Estados Unidos, desde o começo do século XX (Friedman 1988: cap. 1). Os atuais condomínios fechados paulistas e os CIDs (*communities developments*) americanos exemplificam a influência do modelo da cidade-jardim e também o quanto ele foi modificado. Os muros e o caráter privado dos empreendimentos anula a ausência de preocupação com uma ordem urbana como um todo e o estilo de vida exclusivo e exclusivo consideram diretamente os ideais originais. Entretanto, o imaginário da cidade-jardim ainda é significativo. Nos Estados Unidos, esse modelo tem sido frequentemente associado aos ideais políticos comunistas, apesar de estes não serem necessariamente parte do viés de Howard.¹¹ Não é difícil associar a esse conceito as origens dos CIDs administrados por uma associação de proprietários, que estão se tornando o principal tipo de residência nos subúrbios americanos.¹² De forma semelhante, como a análise dos antigos revoões, os condomínios fechados brasileiros implantaram-se no modelo da cidade-jardim. Em contraste com as CIDs americanas, no entanto, os condomínios paulistas não insistem na questão da comunidade. Em São Paulo, o comunitarismo não é uma ideologia importante e a linguagem da cidade-jardim acaba sendo expressa de uma maneira mais sutil. Sem o discurso (presumivelmente positivo) sobre os valores da comunidade local, suas intenções discriminatórias são as únicas a sobreviverem.

Le Corbusier e o planejamento urbano modernista representaram outra crítica à cidade industrial e a seu espaço público moderno, que foi apropriado e transformado pelos novos enclaves. Apesar das muitas diferenças, a Cidade Radiosa de Le Corbusier tinha algumas ligenças com o modelo de cidade-jardim. Na verdade, ele mesmo a descreveu como uma "cidade-jardim vertical" (Jacob 1961: 22).¹³ Suas

⁹ O livro *To-Morrow: A Peaceful Path to Social Reform*, de Howard, foi publicado originalmente em 1898. Em 1902, ele foi republicado como *Garden Cities of Tomorrow*. Na Inglaterra, os seus principais seguidores foram Raymond Unwin e Barry Parker, que planejaram a primeira cidade-jardim e ajudaram a criar sua ideia. Eles também propuseram a primeira cidade-jardim de São Paulo. Para diferentes análises da influência de Howard no planejamento urbano, ver Friedman (1988: parte II, capítulos 1983: 351-63), Jacobs (1961: 17-23), Koolhaas (1991: 72-82) e McKenney (1994: 146).

¹⁰ Ver Jackson (1988) para uma visão do subdesenvolvimento dos Estados Unidos e Fichtman (1995), Beauregard (1995), Sola (1996a) e Carrara (1991) para diferentes visões das mudanças do caráter do subúrbio americano.

¹¹ Ver acima e Young (1990: 227-34) para uma crítica ao comunitarismo e seu caráter essencialista e essencial.

¹² Para uma análise da expansão dos CIDs, ver McKenney (1994). A associação de sentimentos anticomunistas com ideais comunistas é explícita nas análises de Fichtman e Young (1997) sobre condomínios fechados nos Estados Unidos. Embora esses autores enfatizem os pontos, vale a pena apontar que sua preocupação com a "comunidade" ou impedem de expor o caráter perniciosa mente anticomunitarista dos condomínios fechados.

¹³ Para as diferenças entre Le Corbusier e Howard, ver Fichtman (1988: 178 e cap. 21), Jacobs (1961: 21-5) e Carrara (1995: 360).

idéias sobre densidade eram o oposto das de Howard e de introduzir os arranha-céus em seus projetos, bem como o autoritarial e centralizador sobre o fluxo lógico de trânsito. No entanto, seus projetos tinham vários elementos em comum com a cidade-jardim: ênfase pela rua e destruição de sua unidade; segmentação espacial das funções; ênfase na cidade como um parque e na existência de áreas verdes intercaladas a áreas construídas; e necessidade de um plano integral continuamente controlado por autoridades públicas.

O planejamento e o projeto modernistas foram influentes em todo o mundo, mas especialmente no Brasil moderno e em Los Angeles. Como Holston (1989) mostra, a conservação da Brasília moderna no final dos anos 50 cristalizou um modernismo intermunicipal em sua transformação do espaço público e econômico no resto do país.¹² O modernismo tem sido o idioma dominante da arquitetura e do planejamento urbano brasileiros até hoje. Como tal, ele também tem sido associado a prestígio e tem ajudado a criar espaços e a vender realidades para a elite brasileira desde os anos 50.¹³ Nos condomínios fechados, entretanto, a arquitetura modernista se torna não só um símbolo de status para a burguesia, para quem essa arquitetura pode ainda estar na moda, mas também um dos principais meios de produzir segregação. Para alcançar suas metas de ordem, disciplina e isolamento, os enclaves fortificados usam alguns instrumentos de projeto análogos do repertório modernista de planejamento e arquitetura. Uma das características comuns entre o planejamento modernista (e da cidade-jardim) e os enclaves fortificados é o seu ataque às ruas como uma forma de espaço público. Tanto na Brasília modernista, conforme mostra Holston (1989: cap. 4), como nas novas praias de São Paulo e Los Angeles, as concepções modernistas de projeto urbano e arquitetônico retratam os pedestres e suas interações anônimas das ruas, dedicadas quase que exclusivamente à circulação de veículos. A rua como elemento central da vida pública moderna é, então, eliminada. No entanto, mesmo que os resultados tendam a ser co-

¹² Ver Holston (1989) para uma análise da Brasília, sua afiliação ao CIAM e as investidas e perseguições geradas à medida que o projeto foi dilacerado e a cidade, por vezes, remodelada. Muitas considerações sobre Brasília ainda precisam ser feitas.

¹³ Ainda sendo, o modernismo não poderia estar ausente dos assuntos de condonômios fechados. Em 1983, um ensaio de este período no *Modernism* foi analisado como "Vilnius — o socorro pluralista [...] introduziu uma das realidades mais modernas e modernas em arquitetura e urbanismo [...] A Vilnius devolve o espaço urbano aos moradores e reflete uma psicose que não tem o bairro e sua qualidade de vida, considerando as necessidades específicas das famílias políacas de classe média, quanto com as especificações da linguagem do funcionalismo. Le Corbusier realizaram uma concepção das unidades de variação [...] Tanto seu estilo e guardado por portais com vigilância permanente [...] Localização excentrica [...] bairro e um protótipo de uma rede modernista, ocupando pelas condições da classe média superior" (O Estado de São Paulo, 3 de outubro de 1982). Como Bourgeois escreve nos anos 1980, a modernista como uma forma de status no condonômio fechado, a modernista da rua ao condonômio fechado e um projeto modernista. "Trata-se de um projeto de vida, não de um projeto, mas que precisa ser entendido para se tornar uma realidade. O resultado e o resultado, sendo o resultado: a sempre estável que ajuda a melhorar premialmente a melhorar como espaço" (1991: p. 34-5).

mentem, os projetos originais do modernismo e dos enclaves atuais são radicalmente diferentes. Mas vale a pena investigar como projetos são diferentes acabam usando estratégias semelhantes e produzindo efeitos similares.

A arquitetura modernista e o planejamento urbano surgem de uma crítica às cidades e sociedades industriais, que elas queriam transformar através do fortalecimento radical do espaço. Sua ambigüidade é clara: aplicar diferenças sociais e criar igualdade na cidade; racional do futuro desenhado por um arquétipo de variação. Nesse contexto, a rua controla e é dada como geradora de disciplina e como um impulsionador no progresso, já que não conseguia acomodar as necessidades da nova era da máquina. Além disso, a arquitetura modernista aceita a rua porque "ela constitui uma organização arquitetônica dos domínios público e privado da vida social que o modernismo busca superar" (Holston 1989: 103). Nas cidades capitalistas, a organização do público e do privado se expressa na rua-controlada e no seu sistema de espaços públicos, incluindo calçadas e praças. Uma massa sólida de construções privadas configura enclaves e contém o resto da rua pública. O planejamento e a arquitetura modernistas invertem essas relações: o solo-vestiário-fundo que não tem a base da estrutura física das cidades modernas. Na cidade modernista, "as ruas aparecem como vazios contínuos e as construções como figuras escultóricas" (Holston 1989: 125). Ao subverter o código existente de ordem urbana, o planejamento modernista objetiva e consegue borrar a distinção representativa entre público e privado. O resultado é a subversão do espaço público moderno ancorada nessa segregação.

O planejamento urbano modernista age para transformar a cidade em um único domínio público homogêneo patrocinado pelo estado, eliminar as diferenças para criar uma cidade racionalizada universal, dividida em zonas de acordo com funções urbanas: residência, trabalho, recreação, transporte, administração e cívica. Brasília é a incorporação mais complexa desse novo tipo de cidade e de vida pública.¹⁴ O resultado, contudo, acabou sendo o oposto das intenções dos planejadores. Brasília é hoje a cidade mais segregada do Brasil, não a mais igualitária (Holston 1989: cap. 8). Telles (1994), ao descrever a rua como espaço para a vida pública, o planejamento modernista também remove a diversidade urbana e a possibilidade de coexistência de diferenças. O tipo de espaço que ele cria promove não a igualdade — como pretendido — mas apenas uma desigualdade mais explícita.

Entretanto, então, os instrumentos do planejamento modernista, com pouca adaptação, servem para produzir desigualdade. Ruas procedidas apenas para a utilização de veículos, ausência de calçadas, estacionamento e internalização de áreas de comércio e grandes espaços vazios tornando prédios residenciais e áreas residenciais.

nas estruturas criam e mantêm a separação social. Essas críticas modernistas transformam radicalmente a vida pública. Nos novos enclaves fortificados, eles são usados não para destruir espaços privados e produzir um espaço público total e unificado, mas explicitamente para destruir os espaços públicos. Seu objetivo é esconder alguns domínios privados de forma que eles possam cumprir funções públicas, mas de maneira segregada.

Os enclaves fortificados contemporâneos usam essencialmente instrumentos modernistas de projeto, mas com algumas adaptações importantes. O tratamento da circulação e do comércio é bem parecido nos dois casos, a circulação de pedestres é desestimulada, o tráfego de veículos é incentivado, não há calçadas e as áreas de comércio são mantidas longe das ruas, desalojando a interação pública. Os grandes espaços que separam prédios residenciais são pouco usados em comum. Os novos empreendimentos ou enclaves são o afastamento mais claro do ideoma modernista, mas seus efeitos não são estranhos à cidade modernista. No planejamento moderno, como o de Brasília, as áreas residenciais, comerciais e administrativas não deveriam ter grades ou muros mas apenas ser delimitadas por áreas verdes e vias expressas, como no modelo da cidade-jardim e em vários subúrbios americanos atuais. Em São Paulo, os muros são considerados essenciais para delimitar todos os tipos de conjunções, especialmente os novos enclaves. Entretanto, esta demarcação da propriedade privada não cria o mesmo tipo de espaço público (iluminado) que caracteriza a cidade industrial. Como nos enclaves contemporâneos os universos privados são separados pelos vasos de espaços abertos (como no projeto modernista), eles quebram o alinhamento da rua e não geram mais corredores. Além disso, quando há um alinhamento de ruas criado por muros e acionando por sofisticadas tecnologias de segurança, o espaço público residual que se produz está em desacordo com a vida pública moderna.

Uma diferença significativa entre o projeto modernista e os enclaves fortificados se refere ao uso de materiais e às formas de conjunções individuais. As despojeiras fechadas modernistas podem ser eliminadas nos enclaves em favor de ornamentos, irregularidades e materiais ornamentais que exibem individualidade e o status de seus moradores (ver Fotos 10, 18, 19 e 20). As tecnologias de segurança podem também ajudar a assegurar a aura de exclusividade dos prédios. A arquitetura desses prédios também está em desacordo com a cidade modernista na transparência e na exposição da vida privada (6). Portanto, no ataque à vida privada expressa no uso de fachadas de vidro. Em outros palavras, contra a cidade modernista na publicidade, os enclaves acentuam a internalização, a privacidade e a individualidade, mas essas não se ligam à sua contraparte moderna, a socialidade pública formal, já que as fachadas dos prédios não mais constituem um sólido capaz de moldar uma vida pública significativo nas ruas.

Os elementos da arquitetura e do planejamento modernistas que sobrevivem na nova forma urbana dos enclaves são aqueles que destacam o espaço público e a vida social modernos: ruas mortas transformadas em vias expressas, conjunções escuras separadas por vazios e ignorando o alinhamento das ruas, muros e tecnologias de segurança esquivando o espaço público como residual, enclaves voltados para o interior, separação de funções e destruição de espaços diversos e hetero-

gêneos. Os artifícios abandonados são aqueles que reacionavam *en face* (igualdade, acessibilidade, transparência e uma nova esfera pública (fachadas de vidro, uniformidade de projeto, ausência de delimitação material como muros e grades). Em vez de criar um espaço em que as distinções entre público e privado desapareçam — tomando todo o espaço público, como os modernistas pretendiam — os enclaves enfatizam a exclusão de alguns espaços em que a qualidade privada é usada como veto, é considerado irrelevante. Esse foi exatamente o destino da arquitetura modernista e seu "espaço totalmente público" em Brasília e em todas as cidades que usam o planejamento urbano modernista para se construir e reconstruir (Hobson 1989). No entanto, enquanto em Brasília esse resultado foi uma paródia das intenções e premissas iniciais, nos condomínios fechados e enclaves fortificados ele representa uma escolha deliberada. Nos estudos, o objetivo é segregar e mudar o caráter da vida pública, transferindo atividades antes realizadas em espaços públicos heterogêneos para espaços privados que foram construídos como ambientes socialmente homogêneos, e destruindo o potencial das ruas de fornecer espaço para interações anônimas e tolerantes.

Analisando, nos novos tipos de espaços em cidades como São Paulo e Los Angeles, vemos que a não encontrar graça de abertura e liberdade de circulação apressa as diferenças, sem um universalismo reconhecido que nos apagar tais diferenças. Em São Paulo, o velho desenho urbano moderno tem sido fragmentado pela inserção dos enclaves privados independentes e bem delimitados (de projeto modernista), que são totalmente voltados para o interior. Os fragmentos fortificados não se destinam a ser subordinados a uma ordem pública total, claudicando por incorporação. A heterogeneidade agora deve ser levada mais a sério: os fragmentos expressam desigualdades irreconciliáveis, não simples diferenças. Na cidade de muros não há tolerância para com o outro ou pelo diferente. O espaço público expressa a nova intolerância. As convenções modernistas de projeto saídas pelos enclaves ajudam a assegurar que diferentes mundos sociais se encontrem, o infinito possível no espaço da cidade, ou seja, que pertencam a espaços diferentes.

Nem a cidade de muros e enclaves como São Paulo, o espaço público passa por uma transformação profunda. Vivenciado como mais próximo, enquadrado por grades e muros, fragmentado pelos novos vazios e enclaves, privatizado com cortes fechando ruas, guardas armados e guarda, o espaço público é cada vez mais abandonado pelas comunidades mais altas. No modelo em que os espaços para os mais ricos são fechados e voltados para dentro, o espaço que sobra é abandonado aqueles que não podem pagar para entrar. Como os mundos privatizados das camadas mais altas são organizados com base nos princípios de heterogeneidade e exclusão de outros, eles são por princípio o oposto do espaço público moderno. No entanto, os espaços públicos restantes, territórios de meio, também não podem seguir os ideais modernos. A vida continua na cidade, de muros reforça estancando os valores opostos: inacessibilidade, intolerância e discriminação.

No ideal de vida urbana moderna, "as fronteiras são abertas e indetermi-

espaço público não-democrático. No entanto, as relações entre forma urbana e política são complexas, assim como os efeitos de um espaço não-público na vida civil. Muitas reflexões sobre essas complexidades têm como referência o fato de que a consolidação da cidade de muros em São Paulo, com seu espaço público não-democrático, coincidiu com o processo de democratização política. Foi exatamente no momento em que os movimentos sociais eclodiram na periferia, quando sindicatos paralisaram fábricas e lavaram estradas para suas assembleias, quando as pessoas votaram para os cargos executivos pela primeira vez em vinte anos, que os residentes da cidade começaram a exigir muros e a se mudar para edifícios fechados. Quando o sistema político se abriu, as ruas foram fechadas e o medo do crime se tornou a fala da cidade.

VIA NAS RUAS: INCIVILIDADE E AGRESSÃO

Em São Paulo, como em qualquer outra cidade, o meio urbano é heterogêneo e mostra sinais de diferentes camadas de conflitos, usos e intervenções. O processo atual de construção de muros afeta todos os tipos de espaços na cidade e transforma os espaços e as experiências de vida pública de diversas maneiras. A seguir, descrevo diferentes tipos de transformação material causados pelo processo de fortificação e discuto como eles afetam a qualidade da vida pública. Apesar de as mudanças serem de diferentes tipos e terem efeitos diversos, todas elas reforçam fronteiras e desmoralizam encontros heterogêneos. Todas elas criam fronteiras políticas e consequentemente debilitam inenos espaço para a indeterminação nos encontros públicos. Todas elas promovem incoerências, surpresa e medo.

Quando as pessoas se deslocam pela cidade, usam o espaço de maneiras involuntárias e criativas e, como De Certeau nos lembra, fazem trajetórias fragmentadas que exibem a ilegalidade (1984: cap. 7). Assim sendo, qualquer descrição dessas práticas espaciais só pode ser fragmentária e parcial. Baseo-me aqui no que as pessoas me dizem e no que li e vi, mas principalmente em minhas observações, experiências e memórias da cidade. Quero indicar mudanças e sugerir diferentes experiências no uso da cidade, mas não tenho a pretensão de ser exaustivo. Na São Paulo contemporânea, o espaço público é o mais vasto e o uso das ruas, calçadas e praças é mais raro exatamente onde há mais enclaves fortificados, especialmente os residenciais. Em bairros como o Morumbi, as ruas são espaço vazio e a qualidade material dos espaços públicos é simplesmente ruim (ver Fotos 9, 20 e 28). Denso o entrelaçamento interno dos enclaves fortificados, muitas ruas têm calçadas não-pavimentadas ou mesmo não as têm, e várias ruas são atóis dos condôminos não são ateliados (ver Foto 6). As distâncias entre os prédios são grandes. Os muros são muito altos, sem proporção com o corpo humano, e grande parte deles ainda têm armamentos identificáveis. As ruas são para os automotivos e a circulação de pedestres torna-se uma experiência desagradável. Na verdade, os espaços são construídos intencionalmente para produzir esse efeito. Ainda no Morumbi é um estigma — o pedestre é pobre e suspeito. As pessoas lá podem ser trabalhadores que moram nas favelas próximas e que são tratados pelos vizinhos ricos com distância e des-

feio — e, evidentemente, com medo. Como as pessoas de classe média e alta citam em seus próprios carros e os outros andam ou usam transportes públicos, existe pouco contato público entre pessoas de classes sociais diferentes. Não há espaços comuns que os possam reunir.

Os caminhos dentro das favelas são espaços para se andar, mas as favelas acabam sendo tratadas como enclaves privados: apenas moradores e conhecidos se avertizam a entrar e tudo o que se vê das ruas públicas são algumas poucas entradas. Na verdade, as favelas só podem ser vistas como um todo das janelas dos apartamentos acima delas. Quando raro os moradores ricos como os pobres vivem em eschaves, criam muros e obtinham uma atividade cidadãmente política, na qual os sinais de classe são interpretados para determinar níveis de suspeita e assédio. Ruas vazias de fronteiras fixas e diferentes escrituras são espaços de suspensão e não de tolerância, desanjoço às diferenças ou simplesmente para se caminhar. Elas não são espaços públicos agradáveis.

Vários bairros anteriormente residenciais da classe alta (partes antigas do Morumbi, Alto de Pinheiros, Jardim Europa, por exemplo) tendem a ter ruas vazias também, mas bairros mais antigos, alguns deles propensos como cidades-jardim, ainda têm boas ruas e calçadas. Nessas áreas, porém, outros dispositivos restringem a circulação. Em muitos desses bairros de classe média e alta, os moradores privatizam ruas públicas, fechando seu acesso com portões, cercas ou, menos ostensivamente, com jardins, vasos e plantas. Nada disso é específico apenas de São Paulo. Nos Estados Unidos, a mesma prática está se tornando comum, e os espaços que ela produziam foram chamados "comunidades de zonas de segurança" por Blalock e Snyder (1997). Como a rua ainda é considerada um espaço aberto, sua privatização ainda gera oposição nos Estados Unidos. Alguns anos atrás, quando esse processo começou em São Paulo, o governo municipal reagiu e respondeu, as comarcas. No entanto, como o apoio à prática aumentou, a cidade a incorporou em suas políticas: em 1990, o governo municipal do PT começou a decretar o uso de áreas arqueadas e trabalhadas de construção para os bairros de classe média interessados em enclaves privados.¹³

Apesar de esses bairros ainda terem belas ruas arborizadas e calçadas, hoje em dia uma forma de enfrentamento aprendida pela minha família quando eu era criança ficou impossível: passear pelas ruas do Jardim Europa admirando as marés dos rios. A maioria delas não é mais visível, as casas estão escondidas atrás

13. A disputa entre a cidade de São Paulo e os moradores que fecharam suas ruas com portões foi relatada nos jornais *O Estado de S. Paulo* e *Folha de S. Paulo* (por exemplo), durante janeiro de 1993. A mudança nos conceitos públicos e na atitude da administração municipal de São Paulo pode ser vista no relatório de 1993 do Conselho Municipal de Segurança Urbana, "O Estado de S. Paulo, 18 de junho de 1991. Nos Estados Unidos, o fechamento de ruas também, por outro lado, provocou oposição. Uma das disputas mais famosas ocorreu em "Willaby Heights, Los Angeles, onde os portões construídos pelos moradores foram considerados ilegais e ordenados que fossem fechados. Em muitos outros locais, no entanto, eles foram fechados. O caso de Willaby Heights foi discutido em *Los Angeles Times* (especialmente em 1994-1995) e por Blalock e Snyder (1997: 104-8).

dos muros, e os arcos destruídos e curvas polidramas de segregação, apêlham a impor distância a quem aliada se aventura pela rua. Ainda se tornam desagraviáveis, já que as ruas são agora dominadas por vagantes particulares intralidos em guaritas, das lufadas para os pedestres e dispositivos que bloqueiam a circulação. Os poucos pedestres se tornam suspeitos. Tenet isso, com muita máquina fotográfica, e no clima de arrojado dos guardas privados, que veriam agressivamente em minha direção, apesar da minha aparência de classe média. A sensação de estar sob vigilância é invariável, já que os guardas ficam nas calçadas (e não dentro das construções, como no Morumbi), observam todos que passam e podem se dirigir diretamente às pessoas que acham suspeitas. Nada mais do que o esperado, já que ao pouco para suspender e manter os estranhos atirados. Esse cenário particular está lá para privar-se que consuma-se os espaços públicos vazios.

Passos minha infância no final dos anos 50 e começo dos 60 em um novo bairro de classe média, o Sumaré, que desde o final dos anos 60 está completamente urbanizado e incorporado ao centro expandido. Quando me mudamos para lá, as ruas ainda não eram asfaltadas, não havia sistema de esgoto nem telefone. Estávamos a apenas dois quarteirões de um centro de colônia de fôco de cidade, ou seja, o edifício para os cavalos que puxavam os carros de colônia, e que derivavam por nossa rua, mas não para grande divertimento das crianças. Algumas vezes, quando chegávamos, o bôlo Chevrolet 54 anulou meu pai, dissonantemente importado dos Estados Unidos e polido para outras ruas, ficava parado na lama, e ele tinha de andar o quilômetro que separava nossa casa da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo, onde era professor. Não havia muitas casas na nossa rua, e algumas pareciam pequenas chácaras, com suas hortas no jardim e galinhas. Apesar de ser um bairro de classe média, no final dos anos 50 de ainda estava em processo de urbanização, como o Jardim das Camélias, na periferia, quando fui lá pela primeira vez no final dos anos 70. A cidade cresceu tão rápido, o Sumaré é hoje tão urbano, que é estranho lembrar que lá não muito tempo era tão pouco desenvolvido.

Por muitos anos, a casa de minha família tem um muro baixo. O portão permanecia aberto o dia todo e só era fechado à noite. Quando o bairro se desenvolveu, as calçadas se encheram de gente e o tráfego aumentou consideravelmente nos anos 70, meus pais subiram o muro e começaram a fechar o portão durante o dia — eles ficavam incomodados com as pediatras olhando para dentro de sua sala de estar e queriam privacidade. Mas sempre usávamos transportes coletivos e andávamos pelo bairro livremente e sem preocupações, mesmo à noite. No começo dos anos 80, a casa de meu pai foi assaltada e o portão passou a ser trancado. Hoje meu pai tem um guarda particular dentro dos muros durante a noite e o portão fica trancado 24 horas por dia. Ele não pode mais sair à noite por reflexo quando vamos visitá-lo à noite, para que o guarda possa estar preparado para abrir o portão e não precisemos esperar do lado de fora. Todas as casas e prédios ao redor ficaram remodelados e acrescentaram portões e muros. Há vários outros guardas particulares no quarteirão. À rua, que hoje combina residências, escritórios e comércio, é imensamente usada durante o dia (na verdade, estranha-se um problema), mas me sentia pouco a vontade em andar lá depois do anoitecer.

Um bairro de classe trabalhadora como o Jardim das Camélias ainda tem uma

vida social relativamente intensa nas ruas, apesar de ela ter mudado de muitas maneiras desde o final dos anos 70. Por um lado, o bairro se expandiu, as casas melhoraram, as árvores cresceram e as ruas foram asfaltadas, iluminadas e equipadas com calçadas (ver Foros 2 e 3), mas, à medida que o bairro se urbanizou e melhorou materialmente, as grades subiram e os moradores ficaram mais assustados e desconfortados. O crime aumentou no final dos anos 80, de luros a homicídios, alguns deles envolvendo grupos que haviam crescido juntos brincando nas ruas. No entanto, a vida cotidiana ainda é marcada por uma sociabilidade entre vizinhos, o tipo de intercalado formal nas calçadas que dá vida a um bairro e torna o espaço público significativo.¹⁴ O refinado é leve e as ruas ainda são constantemente usadas para a brincadeira das crianças e adolescentes, o brincar-papo de pessoas que param para andar um vizinho, por moradores que se sentam nas calçadas para olhar o movimento, por pessoas cuidando de seus carros ou construindo algo, alguém que para na merenda para saber das notícias locais, ou, se são bonitos, para jogar futebol ou tomar um gole no caminho de volta para casa (ver Foros 7, 24, 25, 26 e 29). Suas casas são cercadas, mas geralmente por grades que permitem a visibilidade e a interação, não por muros. Esse é o tipo de bairro cuja segurança é mantida pelo uso comum, pela mistura de funções e pelos "olhos sobre a rua" (Jacobs 1961: cap. 2). Em outras palavras, a segurança é mantida pelo engajamento, não pelo isolamento.

Apesar da contínua sociabilidade local, as pessoas não sentem que o bairro é tão seguro como costumava ser.¹⁵ Elas fortaleceram suas casas, criam mais desconfortos, falham com estranhos na rua por detrás de suas grades, escolhem com mais cuidado as pessoas com quem vão se relacionar e especialmente controlam seus filhos. Muitas crianças estão agora proibidas de brincar fora de casa e a percepção geral, as pessoas voltam suas preocupações para as áreas mais pobres: elas têm especialmente medo da favela próxima e de uma área invadida recentemente por participantes do Movimento Sem Terra. A suspeita em relação a pessoas vizinhas como "criminosas" ou como "inferiores" não é exclusiva da classe alta, como mostra o capítulo 2. A frequência de festas e comemorações públicas patrocinadas pelas associações locais diminuiu, bem como as atividades de alguns movimentos sociais. A vida coletiva e as atividades políticas perderam vitalidade na última década, mas o espaço público das ruas ainda sustenta interações locais e intelectuais públicos.¹⁶

¹⁴ Ver Caldeira (1984: cap. 3) para uma análise dos muros de vida cotidiana nas ruas do Jardim das Camélias no final dos anos 70 e começo dos 80.

¹⁵ Em bairros de periferia como o Jardim das Camélias, as vezes ouvimos de histórias sobre controle de acesso por moradores ligados ao crime. Grupos de invadidos à venda de drogas no bairro como seu próprio território e há paradas de movimento segna doze milhas por dia, que pagam uma "taxa de segurança" mensal. Essas histórias e controle de circulação em guetos sempre são uma novidade nos Estados Unidos.

¹⁶ Sobre a organização de movimentos sociais e associações locais no Jardim das Camélias e nas periferias no final dos anos 70 e começo dos anos 80, ver Caldeira (1987 e 1990).



Foto 27, 28 e 29. O uso público das ruas em São Paulo é extremamente variado. A foto 27 mostra a rua São Bento, no centro antigo: uma rua-mercado transformada em um espaço aberto de pedestres e vendedores ambulantes (1990). No Monumento, a rua da Igreja e o Mercado Municipal, como na foto 28 (1994). A foto 29 mostra um espaço público e de lazer, com pedestres, como na foto 29 (1994). A foto 29 mostra um espaço público e de lazer, com pedestres, como na foto 29 (1994).

Canalhas, onde os moradores ainda se reúnem para conversar e jogar (1994).

A maioria dos bairros centrais de São Paulo, aqueles com uma boa infraestrutura urbana e que a elite concentrou para si, tradicionalmente misturou funções e manteve um uso relativamente intenso e heterogêneo do espaço público. Alguns desses bairros são bem sofisticados, com lojas de luxo e restaurantes (especialmente os Jardins, mas também Higienópolis e Jardim Bibi). Nessas áreas as ruas ainda são usadas por pessoas de vários grupos sociais e os ricos andam nas mesmas calçadas que os pobres. No entanto, agora essas ruas são vigiadas por um exército de guardas privados e câmeras de vídeo (cada prédio costuma ter pelo menos uma).

Além disso, nesse tipo de bairro, assim como no centro, os proprietários têm usado sua criatividade para inventar meios de manter as pessoas indecisivas à distância. As técnicas variam de instalar esquilhões que funcionam em horários imprevisíveis em maracajás a colocar correntes para impedir o uso de pedais, grades e calçadas e cercar parques públicos. O principal alvo dessas técnicas é o crescente número de sem-vero. Entretanto, como as ruas em geral são bem movimentadas, os efeitos de constante espietaria não são tão severos como em áreas mais vazias. Nessas áreas de intenso uso misto, os obstáculos materiais no nível da rua são compensados por uma série de práticas de vigilância menos visíveis que reforçam diferenças sociais. Os moradores e usuários dessas áreas não estão interessados em indumentário. Seus instrumentos incluem câmeras de vídeo, controle eletrônico de trabalhadores nas entradas da maioria dos prédios de escritórios, detectores de metais em portas de bancos e seguranças exigindo documentos de identificação de qualquer um entrando nos edifícios de escritórios e, cada vez mais, em condomínios residenciais.³⁹

Sistemas de identificação, traçagem e controle de circulação são considerados centrais para uma boa administração de negócios e alinham-se a crescente indústria de serviços de segurança privada. Esses sistemas não são apenas uma questão de segurança, mas também de disciplina e discriminação social.⁴⁰ A imagem do suspeito é feita de estereótipos e, consequentemente, os sistemas de traçagem discriminam especialmente os pobres e os negros. Os porteiros não incomodam as pessoas que têm os sinais de classe correta, mas podem chegar a humilhar os que não têm. Assim, para muitas pessoas o diva-da na cidade está se transformando numa negociação constante de barreiras e muretas, e é marcado por um sucesso de pequenos rituais de identificação e humilhação. Eles incluem biquê office-300s, frequentemente barrados pelos detectores de metais dos bancos, a abrir suas mochilas

³⁹ O controle dos movimentos de trabalhadores e especialistas de seu tempo de trabalho tem uma longa história. O que é diferente em relação às novas tecnologias é o monitoramento de qualquer um que use prédios públicos, como edifícios de escritórios, além que há alguns anos isso era considerado.

⁴⁰ Pessoas que vivem no regime militar sabem quanto as "preocupações de segurança" frequentemente inocentes podem ser usadas para perseguir pessoas. Durante o regime militar, os líderes de grupos de segurança tinham de apresentar um cartão de identificação para cada caso de monitorar e enviar à polícia. Vários soldados tinham bacias colaboradoras de polícia. Os cartões desapareciam com a demonstração, mas as mesmas pessoas que se guardam a eles durante o regime militar podem ser a favor dos métodos contemporâneos de vigilância.

na frente da fila de pessoas esperando para entrar, direcionam trabalhadores para as "entradas de serviço" e retribuir as empregadas quando deixam o trabalho nos condomínios no fim do dia. É verdade que pessoas das camadas média e alta também têm de se identificar e que elas também estão sob vigilância, mas as diferenças nos níveis de controle são óbvias. Pessoas de classe média e alta sabem usar seus sinais de classe (incluindo atropeladas e desrespeitos) para evitar questionamentos e passar rapidamente pelos vigilantes, que respondem com reverência em vez do desdém que reservam para as pessoas mais pobres. Em suma, em uma cidade em que os sistemas de identificação e as estratégias de segurança estão se equalizando por toda parte, a experiência de vida urbana é de diferenças sociais, separações, exclusões e lutas entre as resistências no uso do espaço público. Transa, de fato, de uma cidade de 60 minutos — o oposto do espaço público aberto do Brasil moderno de vida urbana.

As ruas de São Paulo podem ainda estar cheias de grama, especialmente nos bairros centrais de comércio e serviços (ver Foto 27) ou em centros religiosos,²¹ mas a experiência da multidão e a qualidade das interações anônimas mudaram. As pessoas têm medo de serem roubadas e consideram os trancheiros como parte da rotina da cidade. Ninguém anda com jóias ou relógios caros, só se lava o dinheiro necessário e, se possível, apenas uma cópia dos documentos. Mulheres carregam as bolsas grudadas no corpo ou as molham no peito. As pessoas pulam com janelas fechadas e portas trancadas. Elas têm medo especialmente de parar nos sinais porque os motoristas estão cheios de casos de trancheirinhas que usam facas ou canos de vidro para roubar motoristas, sobretudo mulheres. É difícil distinguir esses trancheirinhas do crescente número de pedintes e vendedores de rua que disputam as mesmas esquinas.

Não só as atitudes na rua estão mudando, mas a própria concepção do mundo. As classes média e alta tentam evitar as ruas e calçadas movimentadas, preferindo fazer compras nos shopping centers e hipermercados.²² Como as pessoas dessas classes circulam de carro, o uso de transporte público está se tornando uma experiência das classes baixas. Ainda assim, é uma experiência de massa, já que a elite coexistiu não mais de 3% da população da região metropolitana.

Os centros que articulam o transporte público — metrô, estações de trem e terminais de ônibus — têm sua própria cultura. São geralmente espaços das camadas trabalhadoras, cheios dos sons de música popular e dos gritos de freitas e rodadas tipos de comida. Todos os dias, milhares de pessoas passam por essas entre-

ças e gastam um tempo considerável nos transportes públicos.²³ Essas freitas sempre agitados são grandes espaços para se vender qualquer coisa, de relógios a comida, de cuas a apurados eletrônicos, de ervas medicinais a *lilyrins*, e o mesmo comércio dos ambulantes toma boa parte do espaço das calçadas do centro. Tomar um ônibus, nem ao menos o metrô na hora do rush (algo que os classes média e alta deixam de fazer) significa lutar por um espaço em carros lotados ou amassado contra os outros. E isso apesar do fato de que o transporte público em São Paulo melhorou, especialmente o metrô. Entretanto, aqueles que usam os transportes coletivos diariamente, como os moradores do Jardim das Camélias, sentem que as coisas hoje estão muito mais tensas e desagradáveis do que no passado. Há polícia correndo e muita agressão. E certamente há mais preconceito, já que a classe média encara a sua fibros que os ônibus são perigosos e contra motoristas particulares para não.

O trânsito é um dos pontos aspectos da vida pública em São Paulo. O trânsito à noite e aos direitos das outras pessoas é a norma.²⁴ Há pouca civilidade, já que uma parte significativa da população age como se as leis de trânsito fossem obstáculos à livre movimentação dos indivíduos e não regras desafiadoras. A mídia tem investigado e denunciado frequentemente o comportamento no trânsito. Os resultados de suas pesquisas são impressionantes, não só porque revelam um amplo desrespeito às regras, mas por mostrar que o desrespeito se tornou rotina e já não provoca qualquer reação. Em abril de 1989, o *Diário Folha*, agência de pesquisas da *Folha de S. Paulo*, apurou que 99% dos motoristas de São Paulo consideraram o trânsito da cidade perigoso e que um em cada quatro motoristas tinha se envolvido em pelo menos um acidente no ano anterior.²⁵ Outra pesquisa do *Diário Folha*, em abril de 1986, constatou que os paulistanos consideravam como principal causa de acidentes "a falta de responsabilidade e a imprudência dos motoristas".²⁶ Em outubro de 1989, o departamento de pesquisa do Estado de S. Paulo entrevistou uma amostra de motoristas e descobriu que 85% deles concordavam que os motoristas de São Paulo não respeitavam a faixa de pedestres e ilegalmente fazem conversas proibidas. Além disso, 8 entre 10 pessoas entrevistadas achavam que os motoristas estacionam em locais proibidos, em fila dupla, ultrapassam sinais vermelhos e desrespeitam os limites de velocidade.²⁷ Em 1991, o *Diário Folha* decidiu observar um cruzamento importante na cidade (das avenidas Paulista com Bixagadeiro Luís Antônio). Verificou-se uma média de 13 conversas proibidas à esquerda por hora, apesar dos obstáculos físicos na pista, e que a maioria dos motoristas

²¹ Centros regionais são as vilas áreas na periferia que congregam comércio e serviços e que geralmente servem como centros de transporte público. Por exemplo, o Largo 11, na periferia sul.

²² A mudança aqui não é apenas de espaços mas para centros, mas também do comércio fragmentado e difuso em pequenos mercados e vendas para as vilas tornaram a um impensável, ou seja, de compras individuais esporádicas para uma mobilidade. Essas mudanças têm sido acompanhadas de transformações na vida doméstica, onde se introduziram novas aparências como os freixos e domos de microondas, novas maneiras de preparar e servir comida e novos relacionamentos.

²³ Em 1986, 69% das vilagens por transporte público em São Paulo eram freitas por ônibus, 26% por metrô e 5% por trem. Apenas o metrô transporta mais de um milhão de passageiros diariamente (depois, *Anuário Estatístico do Estado de São Paulo* 1990).

²⁴ Para discussões sobre trânsito, desrespeito e violência, ver também DaMatta (1982) e O'Donnell (1986).

²⁵ *Folha de S. Paulo*, 13 de maio de 1989.

²⁶ *Folha de S. Paulo*, 11 de maio de 1986.

²⁷ O Estado de S. Paulo, 8 de outubro de 1989.

Em contraste com a experiência desse [coreano], as pessoas mais velhas, que cresceram em São Paulo na época em que o progresso era a meta e o uso das ruas e parques era mais livre, parecem nostálgicas quando conversam sobre os usos do espaço público. Suas descrições da cidade no passado têm uma qualidade similar àquelas que costumam contar tudo era bom "antes" do trauma do crime. A velha cidade é lembrada como sendo melhor, mais bonita e mais civilizada do que é agora. Conversas com duas irmãs sobre as mudanças de hábitos, especificamente o de ir ao cinema.

8.1

— As pessoas não vão mais ao cinema?

L — Não vão mais ao cinema. Agora, depois do vídeo, então, não vão mais.

W — Depois, é muita dificuldade. Depois por estacionamento: não tem lugar pra estacionar.

O estacionamento é tão caro quanto o cinema. Se fica na rua, ou rodam ou tem os donos da rua pra tomar conta. Então é um problema pra gente sair com o carro, gente não fica sossegado. Vai num shopping, a gente vai a cinema de shopping à noite.

L — Estacionar o carro lá dentro mesmo. Cinema, quando a gente vai, é no Ibirapuera, Center. Não mesmo, porque já tem mais facilidade.

W — Há 30, 40 anos atrás, a gente podia sair, se arrumava bem pra sair, com luva, tudo bonito, pra ir à cidade, no centro. Que lugar? Centro. O Centro então era o mesmo, né?

L — O Olho, no Olho não entrava homem sem gravata. Não entrava.

— Quando isso?

W — Uns 40 anos atrás.

L — (...) Achto que uns 30 anos atrás, no Marrocos, não entrava sem gravata. Então naquela época a gente podia se arrumar e ir para o centro. Mas só uns no cinema no centro da cidade. A gente ia no cinema, depois saía. E olha uma vitória: a Barão de Itaipiranga era uma rua boa, lugar bom. Você ia tomar um lanche, a jantar, lá já era fora. Hoje você não pode ir pro centro de cidade num domingo, fim de semana, não tem ninguém lá, porque são homossexuais, são travestis lá. Barrquinha. Bom, o centro da cidade está um horror agora, né? com essas meretrices lá.

L e W são vivos e chegam e poucos anos. Sempre vivem na Moóda. Moram juntos, no caso de L, por que o filho de W passa viver com o irmão em sua casa sem pagar aluguel.

Pessoas mais velhas se lembram com saudades da formalidade envolvida no uso do espaço público, as luvas e as gravatas, a distinção dos lugares cívicos, — "as boas" ruas do centro velho em que se podia passear entre gente elegante — "a rua do chique", disse a senhora cuja narrativa amilho no capítulo 1. São sinais de distinção e regras de separação de classe que se perdiam. No campo de hoje a população "chique" foi substituída pelos "burgueses", mas garante distinção e o sentimento que resta é o de mal-estar com a proximidade do pobre. Há muitos anos atrás, quando o centro era usado pelas classes altas, poder se jogar à multidão (através do uso de algumas roupas e acessórios, por exemplo) poderia ser uma questão de identificação com os socialmente superiores, um sinal de distinção para os moradores da classe trabalhadora da Moóda. Hoje, no entanto, as mesmas pessoas sentem a necessidade de promover a distância mais do que a identificação com

os que usam o centro, pessoas mais pobres e marginalizadas — vendedores, crianças de rua, travestis, prostitutas.

A expansão do consumo de massa torna as questões de distinção mais complicadas. Símbolos físicos de superioridade, como as luvas e as gravatas, desaparecem, e frequentemente as pessoas de classe média e alta ficam irritadas com o consumo por pessoas pobres de bens que deveriam ser exclusivos de alguns status, mas que não são mais exclusivos (ver capítulo 2). É mais difícil para a elite impor seu próprio código de comportamento — incluindo regras de deferência — para a cidade inteira. Além disso, com a democratização, os pobres forçaram o reconhecimento de sua cidadania e ocuparam espaços — físicos e políticos — anteriormente reservados à elite. Com muitos sinais óbvios de diferenciação à mão e com mais dificuldade em afirmar seus privilégios e códigos de comportamento no espaço público, as classes mais altas se voltam aos sistemas de identificação. Assim, espaços de circulação controlada (como os shopping centers) servem para assegurar que a distinção e a separação ainda não possíveis em público. Sinais de distinção social são substituídos por muros concretos.

As transformações nos vários espaços da cidade parecem estar gerando fronteiras mais rígidas e polarizadas e, consequentemente, menos indeterminação e menos espaços para contato entre pessoas de grupos diferentes. Essas experiências produzem medo e intolerância, mais do que expectativa e excitação. As experiências em público parecem correr na direção oposta à de uma vida pública moderna e democrática. Entretanto, a política de espaços públicos urbanos em São Paulo é ainda mais complexa e cheia de tipos de usos do espaço público contraditória e tendente ao domínio de separação e segregação.

Os poucos grandes parques da cidade são usados intensivamente e de maneiras bastante democráticas. Quando localizados na periferia, como o Parque do Carmo, os usuários tendem a ser das camadas trabalhadoras, mas o Butantã e o Morumbi, ambos em bairros de classe média e alta, são usados por pessoas de todas as classes sociais. Apesar de em sua maioria serem cercados por grades, eles representam as poucas áreas verdes que a cidade ainda tem. Nos últimos anos, esses parques têm sido apropriados por milhares de pessoas que vão lá tipicamente nos fins de semana, para correr, andar de bicicleta, piquique, jogar bola ou simplesmente estar ao ar livre. Esses usos de uso intenso e diversificado são muito poucos em São Paulo e é interessante que eles sejam espaços geralmente usados para o lazer das massas. Se o que acontece em outros partes do mundo serve como referência, espaços para o lazer e recreação continuam a ter um uso massivo diversificado, — como nos antigos parques, centros históricos restaurados e parques temáticos americanos, por exemplo — mesmo quando todos os outros espaços públicos se deterioram.

O segundo exemplo é a Praça da Sé, a praça central de São Paulo. A Praça da Sé é o símbolo poderoso do centro da cidade, de onde se imagina que todas as estradas e ruas da cidade irradiam. Hoje, os pontos de referência da praça são a Catedral, a estação central do metrô e o "marco zero" da cidade, assinalado por uma pedra esculpida sobre uma rocha do-ventos gravada no alto. Em seu uso cotidiano, a praça é principalmente um espaço da classe trabalhadora. Todas as dias, uma massa de pessoas que depende do transporte coletivo cruza a Praça da Sé. Há ainda

multos que trabalham lá — vendedores de todo tipo de produtos populares (comida, roupas, ervas, brinquedos, panelas), pastores de diferentes religiões, músicos e políticos —, o mesmo tipo de pessoas que lojam qualquer coisa importante do transporte público. A praça também tem muitos moradores: um contingente de moradores de rua e sem-teto. Homens vestidos com ternos e carregando malas, geralmente advogados que têm de chegar ao Fórum Central ali perto, são vistos com frequência na praça, porém não muito longe da praça. A praça da Sé é fundamentalmente um espaço para os moradores pobres, tanto em seu uso diário como em seu simbolismo. Moradores do Jardim das Camélias que entraram no final dos anos 70 consideravam ir à Praça da Sé uma atividade especial para os bairros, como o dia de Ano Novo, era a maneira que encontravam de aproveitar a cidade e sentir que pertenciam a ela. Hoje, eles sentem que a praça se tornou um local perigoso e, apesar de ainda a usarem, preferem ir a lugares como shopping centers para o lazer. Enquanto as camadas trabalhadoras dominam a praça com seus sons e cheiros, os ricos a evitam. Para eles, a praça é apenas um lugar perigoso e desagradável.

Mas a Praça da Sé tem uma segunda camada de simbolismo: para paulistanos ricos e pobres ela é o principal espaço político da cidade, um significado que foi liberado por vários eventos durante o processo de democratização. Durante os anos militeiros, as poucas demonstrações políticas que ocorreram tiveram lugar na Praça da Sé, principalmente devido à presença da catedral. A Igreja Católica foi na época a única instituição capaz de oferecer um espaço relativamente seguro para protestos contra os abusos e as violações aos direitos humanos praticados pelo regime militar. Pela mesma razão, a Praça da Sé se tornou um lugar de inúmeras manifestações de movimentos sociais durante o processo de abertura, mais visivelmente as inúmeras manifestações do Movimento do Canto de Vela, na segunda metade dos anos 70. Quando o movimento pelas eleições diretas foi organizado, no começo dos anos 80, era natural que as manifestações de massa fossem feitas lá. Em 23 de janeiro de 1984, o dia em que a cidade comemorava sua fundação, cerca de 300 mil pessoas se reuniram na Praça da Sé para reivindicar eleições diretas. Naquela dia, pessoas das classes média e alta que não iam ao centro háviam anos às principais atividades esportivas e todo o comércio de luxo também se mudou; desceram como pegos o metrô e emergiram no meio da praça para exigir democracia. As manifestações aconteceram no Vale do Anhangabaú em apenas duas ocasiões, quando a praça ficou muito pequena para a esperada multidão de 1 milhão de pessoas (o último comício por eleições diretas, em abril de 1984, e a manifestação pelo impeachment do presidente Collor, em setembro de 1992).³¹

A Praça da Sé simboliza, de um lado, a reapropriação política do espaço público pelos cidadãos na transição para a democracia. Por outro, ela representa a deterioração do espaço público, perigo, crime, ansiedades em relação ao declínio social e o empobrecimento dos trabalhadores, que continuam a usá-la nas lutas e lutas do trabalho, e que trabalham no mercado informal ou consomem seus pro-

ditos baratos. Ela simboliza tanto a força como a deterioração do espaço público e, conseqüentemente, um símbolo do caráter disjuntivo da democracia brasileira (Holston e Caldeira 1998).

O exemplo da Praça da Sé é outra indicação de que a democratização política não é contradição com a deterioração dos espaços públicos. Na verdade, a democratização pode ser ajudado a acelerar a construção de novos e a deterioração do espaço público. Mas isso não ocorre da maneira simplista que alguns políticos de direita querem nos fazer crer: que a democracia criará desordem e crime e conseqüentemente gera a necessidade de mais. Se a democracia originou os muitos foi porque o processo de democratização foi insperadamente profundo. Até o regime militar, a política era um domínio exclusivo da elite. Com a abertura, contudo, os moradores pobres da periferia passaram a ser importantes atores políticos, ocupando a Praça da Sé para apresentar suas reivindicações e afirmar seus direitos à cidade. Seus movimentos sindicais e sociais surpreenderam a todos, especialmente para eles. Na imaginação daqueles que preferiam abandonar a cidade, o medo do crime se entrelaçou de maneiras complexas com outras ansiedades provocadas por mudanças, como mostra no capítulo 2. De se mistura com o medo dos resultados eleitorais (especialmente o medo de que o PT pudesse ganhar as eleições, como de fato aconteceu), com o medo de que se possa decidir acidentalmente devido à inflação e à crise econômica o medo de que centros de bens não sirvam para criar um desenvolvimento social ou conflito racial, e o medo de que os pobres não possam ser mudados em seus lugares.

A coincidência de democratização com a deterioração do espaço público e os processos mais óbvios de segregação social, assim como os simbolismos ambíguos da Praça da Sé, impedem quaisquer associações simples entre espaços públicos materiais das cidades e formas de comunidades políticas. São Paulo demonstra que a forma da comunidade política e o espaço público da cidade podem se desenvolver em direções opostas. Essa distinção entre processo político e forma urbana é simplificada. Por um lado, como as recentes transformações urbanas não são resultado de políticas impostas pelo Estado, mas sim da maneira pela qual os cidadãos se engajaram com sua cidade, eles podem ser vistos como o resultado de uma revolução democrática. Embora esse engajamento possa ser visto como uma forma de ação democrática, ele produziu sobretudo resultados não-democráticos. A permanência desse espaço dos cidadãos e de que levou à segregação mais do que à tolerância.³² Por outro lado, na medida em que os cidadãos continuam todo tipo

³¹ Manifestações anteriores ocorreram em outras áreas, tanto no centro quanto na periferia, mas nunca tiveram o mesmo simbolismo que a da Praça da Sé.

³² O tipo de espaço não-democrático criado em São Paulo por meio democrático é similar às várias regulamentações segregacionistas formuladas pelos movimentos NIMBY (Not In My Back Yard) nos Estados Unidos e analisadas por Davis (1996). No entanto, as Davis mostra uma grande semelhança em relação aos processos de degradação da democracia nesse sentido, já que os movimentos NIMBY em Los Angeles são um rambo da direita da política lá em Berkeley. O relacionamento entre política governamental e espaço da cidade é mais complicado do que isso, como mostra o caso de São Paulo.

de muros e controles nos espaços da cidade, eles criam limites à democratização. Através da criação de muros, os moradores recriam hierarquias, privilégios, espaços exclusivos e rituais de segregação onde eles acabaram de ser vencidos da esfera política. Uma cidade de muros não é um espaço democrático. Na verdade, ela se opõe às possibilidades democráticas. Finalmente, no entanto, esse processo não é monolítico e há sempre a possibilidade de que espaços como a Praça da Sé se encham de novo com pessoas de todas as classes, como ocorreu quando elas se reuniram para derubar o regime militar.

O ESTILO NEO-INTERNACIONAL, SÃO PAULO E LOS ANGELES

Na São Paulo contemporânea, os processos dinâmicos não diminuem o fato de que as fronteiras rígidas e politizadas e a crescente segregação dos grupos sociais criam um tipo de meio urbano que compoem o valioso e abundante e liberdade de circulação e põe em risco as interações anômalas e impressões entre pessoas de diferentes grupos sociais. Essas e outras transformações similares podem ser detectadas em muitas outras cidades ao redor do mundo, ainda que nem sempre com a mesma intensidade ou obediência. De Johannesburg a Budapeste, do Cairo à Cidade do México, de Buenos Aires a Los Angeles, processos semelhantes ocorrem: o argumento de muros, a recessão das classes altas, a privatização dos espaços públicos e a proliferação das tecnologias de vigilância estão fragmentando o espaço da cidade, separando grupos sociais e mudando o caráter da vida pública de muitas que contrastam os ideais modernos de vida urbana.³³ Da mesma maneira que esses ideais ajudaram a moldar cidades por todo o mundo, transformações daquele ideal semelhantes às que estão ocorrendo em São Paulo estão afetando atualmente o caráter do espaço urbano e da vida pública em vários lugares. Assim, é importante ampliar a discussão e incluir alguma comparação.

Los Angeles é um caso interessante para essa comparação por duas razões. Primeiro, vários dos novos instrumentos usados para impor segregação em várias cidades pelo mundo parecem ter sido desenvolvidos primeiramente em Los Angeles e sua região metropolitana. Considera-se mesmo que alguns desses instrumentos conferem à região seu caráter distinto. Nesse sentido, eles são mais evidentes em L.A., que em outros lugares e podem nos ajudar a entender o processo que ainda está se desenvolvendo em cidades como São Paulo. Segundo, o espaço público neo-moderno de Los Angeles é menos explicitamente inerte que o de São Paulo e algumas de suas práticas de segregação podem não ser perceptíveis imediatamente. Nesse sentido, São Paulo oferece a forma mais clara e pode gerar a percepção de características de Los Angeles. Consequentemente, a juxtaposição

dos dois casos ilumina ambos e sugere realidades mais gerais nas transformações do espaço público.³⁴

Até a segunda metade do século XIX, tanto Los Angeles como São Paulo eram cidades insignificantes. A industrialização e a migração a partir da virada do século se transformaram em grandes regiões metropolitanas. Espontaneamente, então, elas se desenvolveram de maneiras completamente diferentes. São Paulo cresceu de acordo com um modelo urbano orientado para o centro de influência europeia que foi modificado recentemente. Em contraste, Los Angeles sempre foi dispersa e descentralizada, favorecendo os subúrbios. Ela sempre foi o que Roger Kahn (1967) chama de uma metrópole fragmentada. Los Angeles sentiu o sentimento antirurano americano, a valorização da natureza e uma preferência por comunidades de pequena escala, mesmo no contexto de uma metrópole global (Basham 1971, Weinstein 1996).³⁵ A região metropolitana se expandiu sob a forma de uma

colcha de retalhos de comunidades suburbanas de baixa densidade estendendo-se sobre um terreno esotérico/difícilmente regular de montanhas, vales, praias e desertos. Tão unânime o núcleo quanto contendo-las, sua diversidade locoum estivesse, primeiramente, um modelo de ferrovias elétricas interurbanas e depois um sistema ainda mais notável de vias expressas (Soga 1989: 433-4).³⁶

Apesar de a cidade sempre ter sido um centro, que cresceu ao redor do seu núcleo original do século XVIII e continua a concentrar as principais estruturas administrativas e um direito financeiro dinâmico, seu relacionamento com o resto da cidade não é o de um centro tradicional. A região metropolitana de Los Angeles não tem um único centro, mas sim uma rede de núcleos dinâmicos. O centro urbano é apenas um dos centros financeiros e econômicos da região.³⁷ Tudo ao redor do núcleo metropolitano, de habitação a indústria, foi sempre disperso e continuou a descentralizar a medida que a cidade crescia. Como resultado, a Los Angeles contemporânea é "polimanteada e descentralizada" (Soga 1989: 194). Esse padrão, que

³³ Não é minha intenção oferecer uma descrição detalhada da história e do padrão de urbanização de Los Angeles, mas sim uma comparação. Ver Basham (1971), Carr (1961), Davis (1985, 1987, 1990, 1991 e 1993), Robinson (1967), Kohn (1971), Sogah (1989), Sogah (1996), Sogah (1999, 1992 e 1996) e Robinson (1996).

³⁴ "Los Angeles é a primeira cidade americana importante a se separar definitivamente dos modelos europeus e a revelar o impulso de privatização embutido nos ideais da Revolução Americana (...). A indústria de uma ordem burocrática integrada tanto ao espaço cotidiano quanto ao espaço institucional é um exemplo de complexa expressão do tipo de descentralização que sempre esteve presente na organização que a metropolização de países que competem leva a uma recusa uniforme da autoridade pública" (Weinstein 1996: 22, 30).

³⁵ Sobre o sistema de transportes de Los Angeles, ver Weinstein (1996).

³⁷ Ver Davis (1991) e Soga (1989), cap. 9) sobre a importância do centro de L.A. na estruturação da região.

³⁸ Ver, por exemplo, sobre Johannesburg, Barrow (1998) e Mahan (1998); sobre Bangalore, Ladiy (1998); sobre Buenos Aires, Larman (1997); sobre cidades americanas, Robley e Sogah (1997), Davis (1990), Duran (1993) e Ellis (1997).

não é, no caso certamente não é comum para cidades industriais, em sua criação algumas vezes para caracterizar seu urbanismo como pós-industrial (Diaz 1996: 85; Soja 1989 e 1996a). Como uma forma similar de expansão e reconstrução urbana aparece em outras regiões metropolitanas, ela se torna um modelo. Isso é percebido, por exemplo, pela afirmação de Garreau de que "cada cidade americana que está crescendo, está crescendo ao estilo de Los Angeles, com múltiplos centros urbanos" (Garreau 1991: 3; grifo no original).

Apesar de o urbanismo de Los Angeles nunca ter sido dentro e concentrado, até os anos 40 a expansão de residências e indústrias foi contida dentro dos limites do condado. Entre 1940 e 1970, a população da região metropolitana de Los Angeles triplicou, chegando a quase 10 milhões. Esse crescimento, no entanto, ocorreu na forma da suburbanização de massa, como é atestado pelo boom de metrópoles de cidades, algumas delas já incluídas e identificadas nos anos 60 (Soja e Scott 1996: 8-9). Boa parte dessa expansão foi sustentada pelo crescimento do complexo militar-industrial. Depois de 1970, apesar de as taxas de crescimento da população não terem sido tão altas, elas ainda eram as mais altas de todas as regiões metropolitanas americanas. Além disso, eram muito mais altas nos condados mais externos, especialmente em Orange County, do que em L.A. (Soja e Scott 1996: 11). Caracterizada por Soja como uma "urbanização periférica", essa expansão criou uma região metropolitana baseada na industrialização de alta tecnologia e pós-fordista, mantendo residências de luxo, inúmeros shopping centers regionais, shoppings por grandes lojas e lojas (parques temáticos, Disneyland), hipotecas com as principais universidades e com o Departamento de Defesa, e vários enclaves de mão-de-obra barata, a maioria de imigrantes (Soja 1989, caps. 8 e 9). O desenvolvimento das últimas três décadas na região metropolitana de Los Angeles é diferente do padrão de suburbanização residencial com dependência de empregos do centro. Ele exemplifica uma nova "exodora" na qual não só as residências, mas também os empregos, a produção e o consumo se expandiram na periferia e criaram núcleos relativamente independentes. O mesmo tipo de desenvolvimento começou a ser detectado na região metropolitana de São Paulo nos anos 80, apesar de numa escala menor.

A reestruturação urbana de Los Angeles acompanhou um processo de industrialização econômica durante os anos 70 e 80, que a transformou no maior centro industrial dos Estados Unidos. Enquanto o resto do país estava se desindustrializando, o setor industrial de L.A. continuou a expandir-se. No entanto, essa expansão envolveu uma "mudança na organização industrial e na tecnologia das práticas fordistas-keynesistas de produção de massa e consumo de massa" (1), para o que hoje se define cada vez mais como um sistema pós-fordista de produção flexível e desenvolvimento corporativo (Soja 1996a: 438). Em outras palavras, a região passou por um complexo processo de desindustrialização e reindustrialização simultâneas. Além do mais, isso aconteceu concomitantemente à expansão promulgada do setor de serviços. De 1969 a 1989, "o setor de serviços aumentou seu domínio de 45% para 58% de todos os empregos, fazendo de Los Angeles uma economia mais voltada para serviços do que a nação como um todo" (Ong e Blumemberg 1996: 318). Essa mudança rumo aos serviços indica tanto uma transformação na estrutura econômica da região quanto um novo papel internacional de

Los Angeles, que se tornou alvo de migrações investimentos estrangeiros, o maior centro urbano na costa do Pacífico e o segundo maior centro bancário dos Estados Unidos. Essas transformações ocorreram à medida que a região também recebeu um maciço influxo de mão-de-obra imigrante da Ásia e América Latina, que transformou radicalmente a composição étnica e racial da região. A população do condado de Los Angeles "mudou de 70% de anglo-saxões para 60% de não-anglo-saxões entre 1960 e 1990, a maioria morando em enclaves étnicos" (Soja e Scott 1996: 141). Em 1990, L.A. era a cidade mais racialmente segregada de todas as cidades americanas (Soja e Scott 1996: 101).

Como em muitas outras cidades globais (Sassen 1991), a reestruturação econômica de Los Angeles aconteceu numa bifurcação no mercado de trabalho entre um crescente grupo de trabalhadores altamente especializados e com alto salário e uma massa de trabalhadores de baixa especialização e baixo salário, geralmente integrados sem documentação. Não é de surpreender, então, que a disparidade econômica, sempre uma característica da cidade, tenha se aprofundado recentemente. Apesar de o mesmo processo ter acontecido no país como um todo, reverendo ganhos sociais das décadas anteriores, ele foi especialmente acentuado em Los Angeles. Ong e Blumemberg (1996) mostram que entre 1969 e 1989 a renda per capita como nacional. Entretanto, em Los Angeles a distribuição de renda era mais desigual. O coeficiente de GINI para Los Angeles aumentou de 0,368 em 1969 para 0,401 em 1979 e para 0,444 em 1989, enquanto as taxas nacionais foram, respectivamente, 0,349, 0,365, e 0,396 (Ong e Blumemberg 1996: 319). Ao mesmo tempo, a taxa de renda (income ratio) — ou seja, o percentual de renda indo para o quinto mais pobre de todas as famílias como uma porcentagem da renda indo para o quinto mais rico — caiu de 11,8% em 1969 para 9,7% em 1979 e para 7,8% em 1989. A taxa de pobreza aumentou, pulando de 2,8% da população em 1969 para mais de 15% em 1989 e para uma estimativa de 23% em 1993 (Ong e Blumemberg 1996: 318-9, 322, 323). Os homens tornaram-se uma característica da região, à medida que empregos foram perdidos no processo de reestruturação econômica, o estado de bem-estar foi desmantelado e o caso da moradia subiu (Wolch e Diaz 1993; Wolch 1996). Devido a convergência étnica e racial da cidade contemporânea, não é surpresa verificar que a disparidade econômica "coincide com as divisões raciais e étnicas, deixando os afro-americanos, latinos e asiáticos desproporcionalmente representados na base da escala econômica" (Ong e Blumemberg 1996: 312). Apesar de os indicadores de desigualdade de renda em ambas as regiões metropolitanas apresentarem a medida que as regiões passaram por crises econômicas e por reestruturação econômica, 56 pedramos nos perguntar se o padrão de Los Angeles coincide com o de São Paulo, onde as taxas mais agudas de desigualdade estão exatamente naquelas áreas em que o desenvolvimento econômico e a reestruturação tiveram

³⁶ As taxas de renda para os Estados Unidos como um todo foram 13,8% em 1969, 12,5% em 1979 e 10,3% em 1989.

mais sucesso e para onde os mais ricos estão se mudando para viver em enclaves fortificados.

Logo após os anos 80, ficou claro que outro tipo de urbanização estava acontecendo na região metropolitana de L.A., e que diferia bastante tanto das formas urbanas centralizadas anteriores como da suburbanização residencial tradicional. Várias expressões foram inventadas para descrever o novo fenômeno: "urbanização periférica", "*Outer (versus Inner) Cities*", "*edge cities*", "*edge suburbano*" etc. Para Edward Soja, que usa as três primeiras expressões, o desenvolvimento da Los Angeles ultrapassa a própria região e se torna "globalizada" (1996a, 433). Ele argumenta, assim, que as novas dinâmicas urbanas requerem perspectivas analíticas completamente novas. Ele descreve, por exemplo, as chances de explorar o papel de L.A. como "o maior centro produtivo e influente do mundo para a manufatura e marketing de hiper-velocidade" (1996a: 435). Esse papel especializado da região se traduzia numa abrangente criação de parques temáticos e "escapes"³⁹.

Entre as muitas características da urbanização periférica de L.A., que a separam do urbanismo industrial tradicional, uma particularmente importante é a ausência de um meio urbano densamente construído. Mesmo nos distritos centrais de L.A., que se desenvolveram basicamente de acordo com projetos modernistas, não há um tecido urbano denso cujos edifícios poderiam gerar espaços capazes de enclausurar o público e promover uma vida significativa de pedestres na rua. As ruas são largas e vazias e os carros circulam rapidamente. Caminhar e algo desvalorizado e as massas urbanas não se congregam. A circulação no espaço público é sempre mediada pelo automóvel — geralmente individual e particular, já que o transporte público é limitado e certamente não é uma alternativa real para a maioria da população. A privacidade do automóvel controla ruas como espaços de circulação modernistas voltados para as máquinas, e, portanto, espaços para motoristas, não para pedestres. As ruas típicas na região de Los Angeles obviamente não são ruas-cortadores: elas são geralmente largas, podem ter altos limites de velocidade, seus alinhamentos são truncados por amplos espaços vazios e largos, e, quando têm calçadas, estas são vazias. Esse é o tipo de rua criado por instrumentos modernistas em que o público é o que sobra. Como resultado,

a cidade é vivenciada como uma passagem através do espaço, com restrições estabelecidas pela velocidade e pelo movimento, e não pela condição estática dos edifícios, dos prédios que definem a experiência do pedestre nas cidades tradicionais. A indiferença resultante prioriza ainda mais a experiência, desenvolve o domínio público e, devido ao tempo gasto em viagens, contribui para o isolamento. (Weinstein 1996: 35)

³⁹ As noções de Soja de hiper-velocidade e simulacro, assim como as descrições de parques temáticos e escapes, estão especialmente desenvolvidas em sua análise de Orange County. Ver Soja (1992 e 1996b: cap. 8).

Mesmo onde as ruas-corredores provêm uma molécula, como no centro, a vida na rua é limitada: as atividades das pessoas ficam confinadas nos prédios de escritórios e nas passagens subterrâneas e passá-las que começam nos prédios de lojas, restaurantes e hotéis. Em outras palavras, muitas funções da rua foram transferidas para espaços mais controlados e privatizados, e a separação entre o universo da riqueza e dos indivíduos e o da pobreza e dos indivíduos é intensa.⁴⁰

Entretanto, Los Angeles ainda tem áreas abertas e não-privatizadas de uso público relativamente intenso e que podem compor uma massa considerável de pessoas. Entretanto, essas áreas parecem ser principalmente de dois tipos auto-notáveis. Um são os espaços cíveis vez mais segregados e socialmente homogêneos e em que pessoas de um único grupo social circulam (veja os parques listados, sejam as áreas de lojas de luxo de Beverly Hills, por exemplo). Estes espaços não favorecem encontros heterogêneos anônimos. Outro são espaços especializados, principalmente para lazer e consumo, transformados em um tipo de parque temático, como a Promenade em Santa Monica ou o calçadão da praia de Venice. Ambos os tipos são espaços mais significativos de espaços que ainda permitem encontros anônimos e heterogêneos, e portanto podem-se indagar o que acontece à experiência urbana de encontrar o outro quando ela se torna algo extraordinário — ou seja, algo feito somente nos fins de semana e em espaços especiais — e não mais uma questão de rotas diárias.

A maior parte da vida pública de L.A. acontece em espaços segregados, especializados e fechados, como shopping, condomínios fechados, centros de entretenimento e parques temáticos de todos os tipos, em cuja criação Los Angeles foi pioneira.⁴¹ Todos estes são espaços privatizados, administrados por empresas ou associações de proprietários cujos interesses conflitam com as administrações públicas. Além disso, como mostra David (1990: cap. 3), estas administrações privadas podem envolver-se em várias estratégias do tipo NIMBY (*No In My Back Yard*) para "proteger seu investimento", conseguindo a aprovação de todos os tipos de legislação segregacionista para garantir a exclusividade de seu enclave. Essas estratégias, geralmente para os mais ricos, existem em relação aos espaços desalinhados para a população mais pobre — os parques e ruas ocupados pelos *homeless*, os bairros pobres e habitados por vários grupos étnicos no centro, os territórios das gangues e os acampamentos de migrantes.⁴² Em outras palavras, os ricos, os pobres e os in-

⁴⁰ A criação de um labirinto de caminhos subterrâneos e passagens ligando edifícios do centro estão em várias cidades, como Atlanta, Minneapolis-St. Paul e Toronto. Ver Roby (1992) para uma análise das "cidades subterâneas" formadas por casas paradas e o tipo de "aparência local" que resultam. Ver Rindler-Schjerve (1990) para os estudos de renascimento do centro de Atlanta. Sobre a impossibilidade de desprivatizar no centro de Los Angeles, ver Soja (1992).

⁴¹ Soja (1992) fornece uma interessante coleção de exemplos sobre diferentes tipos de parques temáticos e espaços de elite em várias cidades. Ver também Zukin (1991: capítulo 8).

⁴² Argumentando contra o que chama de "narração de perda" do espaço público, Gary Crawford (1993) alega que os moradores de Los Angeles estão corriqueiramente defendendo o espaço público. Ele não acha que os espaços vazios impedam a socialidade e a expressão aos estran-

dos, "pós-subúrbios" e parques temáticos são parte de um repertório do qual diferentes cidades ao redor do mundo estão tomando elementos. Em outras épocas, houve outros elementos nesse repertório, como a Lei das Índias, a munição e o bônus-voto baesianizantes. O uso de formas do repertório contemporâneo articula uma forte separação de grupos sociais, em um processo que transite o espaço urbano. O modo do crime e a produção de estereótipos de outros perigosos (os pobres, os migrantes etc.) são outras dimensões do mesmo processo. O intenso medo do crime do subúrbio, as altas taxas de violência da cidade e seus altos custos podem nos falar sobre tendências semelhantes em Los Angeles, mesmo que sob formas mais brandas. Em São Paulo as tendências são mais altas do que em L.A., porque o gueto não está tão endossado, as desigualdades são maiores, a violência é mais ampla e o antigo urbanismo ainda mantém as marcas nas ruas.

As diferenças entre as duas cidades, no entanto, indicam as histórias específicas e as escolhas de cada sociedade. Enquanto Los Angeles é uma região metropolitana que parece ter sempre favorecido a dispersão, a suburbanização e a privatização, São Paulo desenvolveu-se de acordo com um modelo europeu que valoriza o centro, onde as principais atividades econômicas e as residências das elites estavam concentradas. Quando a cidade se expandiu, os pobres foram mandados para longe, mas a elite permaneceu no centro. Apesar da importância do centro ter sido um princípio organizador da cidade desde suas origens como uma vila colonial, o espaço urbano de São Paulo é composto de várias camadas de experimentos. Ele expandiu-se rapidamente e tem muita preservação com a preservação histórica, como prova exemplarmente a Avenida Paulista e suas duas encanções: uma de marcos para os bairros do café e outra para as sedes modernas de empresa. O espaço da cidade carrega vários tipos de inscrições: um centro velho com plano e edifícios de implantação neoclássica, o projeto de estilo cidade-jardim para bairros da classe alta, algumas avenidas inspiradas em boulevard baesianizantes, interiores prédios modernistas, a arquitetura vernacular das casas autoconstruídas, a improvisação das favelas, e o desenho de implantação pós-moderna dos edifícios fortificados contemporâneos. Alguns desses elementos deixaram uma forte marca no espaço urbano, pois foram capazes de criar sua reestruturação. O impacto mais importante dos estudos fortificados parece ter existido entre eles: eles marcaram principalmente de centralidade que sempre organizou o espaço da cidade. Depois da abertura rumo à periferia nos anos 40 (inspirada por Hausmann), o investimento atual nas outer cities e nos enclaves é provavelmente a mudança mais radical no espaço construído, mudando que inaugura um novo padrão de segregação. A juxtaposição com Los Angeles indica que os instrumentos usados nesse novo padrão em São Paulo não são exclusivamente locais, mas parte de um repertório mais amplo. Ele também sugere que estamos lidando não com uma mudança de estilo dos projetos, mas com uma mudança no caráter do espaço público. A nova forma urbana dentro do espaço público moderno e democrático.

Apesar de projetos políticos nem sempre poderem ser feitos facilmente no meio urbano, especialmente devido à seu multifuncionamento, os instrumentos disponíveis no meio urbano estão relacionados a diferentes projetos políticos. Usá-los, no entanto, pode não significar necessariamente atingir o objetivo pretendido. De fato,

o autoritário Hausmann criou espaços democráticos em Paris (Clark, 1984) e os modernistas socialistas criaram espaços vazios anti-democráticos em Brasília e em muitos outros lugares do mundo (Holston, 1989). De que modo forma urbana e processos políticos coincidem em cidades com São Paulo e Los Angeles, e de que modo elas divergem? Que processos democráticos podem estar se contrapondo às transformações urbanas e vice-versa? Se as desigualdades sociais parecem organizar o meio urbano em vez de serem postas de lado pela tolerância às diferenças e por fronteiras indetermiadas, que tipo de modelo podemos adotar para o público? A democracia ainda é possível nessa nova cidade de mundo? Que tipo de comunidade política corresponde à nova cidade pública fragmentada em que os interesses são expressos predominantemente — por associações de propriedade, por exemplo — e de qual se torna difícil defender o bem comum?

EXEMPLO PAULISTA CONTRA URBANISMO

Apesar de suas especificidades, São Paulo e Los Angeles são hoje mais socialmente divergentes e mais diferentes do que costumavam ser, e muitas das mudanças nos seus espaços urbanos estão causando separação entre grupos sociais, que estão cada vez mais combinados a enclaves homogêneos. Privatização e fronteiras rígidas (tanto materiais como simbólicas) fragmentam continuamente o que costumavam ser espaços mais abertos, e servem para manter os grupos segregados.

No entanto, a experiência do espaço urbano não é a única experiência dos moradores dessas cidades, e certamente não é sua única experiência seja de diversidade social seja de democracia. Uma das características de Los Angeles repetidamente enfatizada por seus analistas é seu multiculturalismo, a presença de um número expressivo de diferentes grupos étnicos mudando a região de uma cidade pouco povoada predominantemente branca (anglo). Essas são as características desejadas por aqueles que, como Solja e Peat, veem o urbanismo pós-andorlo de uma perspectiva positiva, em vez de enfatizar seus aspectos mais negativos, como Davis tentou de fazer. Solja (1996b), por exemplo, fala sobre um novo sincretismo cultural (litúrgico, estético), fusão cultural e a construção de coalizões. Há também a fala sobre o liberalismo e as culturas de fronteira. Alguns mencionam a importância dos meios de comunicação de massa e das novas formas de comunicação eletrônica e seu papel em borrar fronteiras e encerrar distâncias, não apenas em L.A., mas em todo lugar. Em São Paulo, a oposição aos impulsionadores segregacionistas e anti-democráticos do espaço urbano vem em parte também da mídia, mas principalmente de outras fontes: do processo de democratização, da proliferação de movimentos sociais e da expansão dos direitos de cidadania das classes trabalhadoras e de várias minorias.

Tanto em São Paulo como em Los Angeles, portanto, podemos detectar pontos de fronteira e alguns promovendo segregação, desigualdade e polarização de fronteiras. Na verdade, temos nessas cidades uma democracia política com muitos elementos procedimentais democráticos usados para promover segregação, como nos movimentos NIMBY, e multiculturalismo e formas sincretistas com zonas de

apartheid promovidas por enclaves segregados. Essas pressões opostas não estão desconectadas mas sim intimamente ligadas. Elas expressam as tensões contraditórias que caracterizam as duas sociedades. Ambas estão passando por transformações significativas. Ambas foram modificadas pela abertura e flexibilização de fronteiras (migração e reestruturação econômica em Los Angeles, e democratização, crise econômica e reestruturação em São Paulo). Se olharmos por um momento para outras cidades ao redor do mundo onde os enclaves estão aumentando, vemos que algumas estão passando por processos parecidos de transformação e democratização profundos (Johannesburgo e Buenos Aires, por exemplo). A desnaturalização de fronteiras é penúltima, especialmente para a elite. O seu movimento de construir muros é, portanto, compreensível. O problema é que as consequências da fragmentação, da privatização e dos muros são reversas. Uma vez que os muros são construídos,¹⁶ eles alteram a vida pública. As mudanças que estamos vendo no espaço urbano são fundamentalmente não-democráticas. O que está sendo reproduzido no espaço urbano é segregação e imobilitação. O espaço dessas cidades é a principal arena na qual essas tendências antidemocráticas são articuladas.

Entre as condições necessárias para a democracia está a de que as pessoas reconheçam aqueles de grupos sociais diferentes como cidadãos, com direitos e deveres semelhantes ao sentimento de que grupos diferentes pertencem a universos separados e têm reivindicações imediatistas. Cidades de muros não fortalecem a cidadania, mas contribuem para sua corrosão. Além disso, esse efeito não depende diretamente nem do tipo de regime político nem das hierarquias daqueles no poder, já que o desenho dos enclaves e muros traz em si mesmo uma certa lógica social. As novas morfologias urbanas do modo dito formas novas à desigualdade, mantêm os grupos separados e inatendem uma nova socialização que contraria os ideais do público moderno e suas liberdades democráticas. Quando o acesso a certas áreas é negado a algumas pessoas e quando grupos diferentes não integram no espaço público, as referências a ideais de abertura, igualdade e liberdade como princípios organizadores da vida social não são mais possíveis, mesmo como ficção. As consequências da nova separação e restrição na vida pública são sérias: ao contrário do que pensa Jenkins (1993), a arquitetura e o planejamento dejetivos preservam o conflito em vez de evitá-lo, ao tornarem explícitas as desigualdades sociais e a falta de referências comuns. Na verdade, podemos argumentar que a rejeição de Los Angeles foi causada pela segregação social, não pela falta de separação e de delimitação.¹⁷

Se as experiências de separação expressas no meio urbano se tornarem hegemônicas em suas sociedades, elas se distanciarão da democracia. No entanto, dada a distinção entre os diferentes tipos de experiências em cidades como Los Angeles e São Paulo, há também a esperança de que o contrário possa acontecer: que as experiências de borçar fronteiras e de democratização acabem se estendendo ao espaço urbano.

¹⁶ Sola, por exemplo, interpreta as eleições de 1992 como o primeiro movimento de resistência ao pós-modernismo e ao pós-fordismo conservadores (1996a: 439).